



Oficina Imobiliária Lda

CÂMARA MUNICIPAL DE RIBEIRA GRANDE



Plano Estratégico da Ribeira Grande

Relatório Final

JULHO 2010

ÍNDICE

1. INTRODUÇÃO	1
2. DIAGNÓSTICO PROSPECTIVO E TENDÊNCIAS PESADAS	2
2.1. Diagnóstico prospectivo.....	2
2.1.1. Diagnóstico Global	2
2.1.2. Diagnóstico por Domínio	5
2.1.2.1. Ambiente e Paisagem.....	6
2.1.2.2. Infraestruturas, Resíduos e Transportes	17
2.1.2.3. Urbanismo	28
2.1.2.4. Demografia, Equipamentos e Habitação	39
2.1.2.5. Actividades Económicas	46
2.1.2.6. Actividades Sociais, Culturais e Desportivas	61
2.2. Tendências Pesadas	68
2.2.1. A RAA no Quadro Internacional	68
2.2.2. A Ilha de São Miguel no Quadro Regional	73
2.2.3. A Ribeira Grande no Quadro da Ilha	81
3. QUADRO ESTRATÉGICO DE INTERVENÇÃO	88
3.1. Visão para o Concelho	88
3.2. Vectores Estratégicos de Desenvolvimento	92
3.3. Objectivos Estratégicos.....	95
3.4. Programas Específicos	97
4. VOCAÇÕES FUNDAMENTAIS TERRITORIALIZADAS	101
5. PLANO DE ACÇÕES	107
5.1. Programa Ribeira Grande Consolida.....	107
5.2. Programa Ribeira Grande Potencia	109
5.3. Programa Ribeira Grande Convida.....	111
5.4. Programa Ribeira Grande Vida.....	112
6. MODELO DE GOVERNÂNCIA.....	115
6.1. Da Governabilidade à Governância	115
6.2. A governância para o desenvolvimento da Ribeira Grande.....	117
6.2.1. Os Agentes a Envolver.....	117
6.2.2. Os Investimentos Potenciais	118
6.2.3. O Modelo Institucional Adequado	119
6.2.4. Bases Regionais do Sistema de Engenharia Financeira	122
6.2.5. Bases Nacionais do Sistema de Engenharia Financeira	124
6.2.6. Modelo de Programação	126
LISTA DE ACRÓNIMOS.....	128

1.INTRODUÇÃO

O presente relatório contém a proposta de Plano Estratégico da Ribeira Grande que consubstancia um programa de acções para o desenvolvimento do Concelho.

Sendo a fase final dum processo de planeamento cujas propostas se integram numa abordagem sobre a realidade do concelho, tal qual foi percebida pela equipa do Plano e previamente discutida com os responsáveis municipais, considerou-se importante que este relatório pudesse conter uma súmula do diagnóstico efectuado na primeira fase do trabalho. Será portanto um relatório que se estrutura da seguinte forma:

1. Um conjunto de elementos referentes ao diagnóstico prospectivo (que se organizam por fichas resumo que o sintetizam numa perspectiva global e ainda por domínio específico) e às tendências pesadas relevantes, as quais se enquadram em três grandes grupos, as que se referem à Região Autónoma dos Açores (RAA) no quadro internacional, as que respeitam à ilha de S. Miguel no quadro regional e por fim às do concelho da Ribeira Grande no quadro da ilha em que se insere
2. Um segundo grande capítulo diz respeito ao quadro estratégico de intervenção, que inclui a visão global para o concelho, os objectivos e os vectores estratégicos e ainda os programas específicos propostos.
3. Um terceiro ponto apresenta o conjunto de acções, projectos e programas que configuram o Plano de Acção a desenvolver pelo município para que se concretizem os objectivos e os programas específicos propostos.
4. Por último um capítulo que se dedica ao modelo de governância proposto e respectivo enquadramento e fundamentação.

Na sequência da sua apreciação, o presente relatório deverá ser alvo dum conjunto de apresentações públicas que permitam ainda a inclusão ou eventual correcção de algumas acções previstas.

Após essa ronda de apreciação o relatório será finalizado e constituirá então o Plano Estratégico para a Ribeira Grande e servirá de modelo orientador da revisão do Plano Director Municipal, cujo processo já se encontra em curso e que se deve desenvolver muito em breve.

2. DIAGNÓSTICO PROSPECTIVO E TENDÊNCIAS PESADAS

2.1. Diagnóstico prospectivo

O diagnóstico prospectivo sintetiza o processo de caracterização trabalhado no documento da fase anterior (fichas de caracterização, entrevistas e encontro temático) e procede à determinação das vocações funcionais do território concelhio, sendo o ponto de partida para a avaliação e definição de objectivos e vectores estratégicos de desenvolvimento para o concelho.

2.1.1. Diagnóstico Global

Na fase anterior, todos os domínios tratados apresentaram uma análise SWOT do sector, avaliando uma análise interna (pontos fortes e pontos fracos) e uma análise externa (oportunidades e ameaças), procurando retratar os principais elementos que os caracterizam, potenciam e condicionam.

A análise interna corresponde a uma avaliação dos factores internos aos diversos sistemas/domínios que constituem o território a planear, descrevendo-os no que eles têm de mais marcante, pela positiva ou pela negativa.

A análise externa diz respeito à avaliação dos factores exógenos à área do plano (concelho) ou ao sector em análise que com esta interação, que poderão condicionar ou propiciar novas perspectivas para o desenvolvimento do concelho.

Neste ponto do trabalho procedeu-se a uma agregação por grandes domínios, relevando os principais pontos fortes e pontos fracos, bem como as principais oportunidades e ameaças, e ainda se identificaram os factores dominantes, isto é os de maior importância para cada um deles.

A sistematização desta análise é apresentada no quadro da página seguinte.

Domínio	Factores Dominantes	Pontos fortes	Pontos Fracos	Oportunidades	Ameaças
Ambiente e paisagismo	Forte potencial paisagístico	Boa qualidade do ar e ruído ambiente	Monotonia cromática	Criação de redes/estruturas de apoio à fruição da paisagem	Desordenamento generalizado do território
	Recursos hídricos de qualidade e diversificados embora ameaçados pelos usos de solo	Riqueza de valores paisagísticos e naturais (biológicos e geológicos), integrados ou não em áreas classificadas	Gestão insuficiente das áreas naturais (conservação do seu valor e estruturas de fruição)	Áreas naturais valorizáveis (com potencial para turismo, investigação científica, educação ambiental, lazer, etc.)	Aumento, não monitorizado, das actividades humanas potencialmente poluidoras
	Insuficiente sistema de recolha de resíduos	Grande abrangência, riqueza visual e dinâmica da paisagem	Desordenamento da paisagem urbana	Sensibilização para o uso do espaço público exterior	Aumento da degradação das áreas naturais (pressão humana, espécies infestantes) e destruição do património vegetal e paisagístico
	Valorização reduzida do património natural e paisagístico	Recursos hídricos de origem variada e, potencialmente, de boa qualidade	Poluição antrópica dos recursos hídricos, proveniente de várias origens.	Melhoria progressiva da rede de saneamento básico do concelho	Aumento de origens de poluição hídrica (pastagens em áreas desadequadas e zonas urbanas sem infra-estruturas de saneamento)
		Sistema intermunicipal de gestão de RSU adequado	Insuficiente limpeza dos cursos de água e margens com usos desadequados.	Maior sensibilização da população para reutilização de materiais e separação de resíduos	Excesso de áreas agropecuárias
		Núcleos Locais de Protecção Civil bem preparados ao nível da sua formação	Situações de deposição ilegal de resíduos	Maior sensibilização das populações para evitar a ocupação de zonas de risco	Continuação das tendências actuais de ocupação do território, a qual expõe a população a situações de risco
			Habitacões e infra-estruturas em zonas de risco natural	Desenvolvimento de outras culturas associadas a uma memória da paisagem tradicional	
			Redução da biodiversidade e predomínio de usos extensivos		
Desenvolvimento urbano	Ocupação urbana espartilhada	Dinâmica urbanística do eixo Ponta Delgada – Ribeira Grande	Usos urbanos retalhados no território – desordenamento	Programa de atracção de residentes em Ponta Delgada	Ocupação das grandes manchas classificadas no PDM como urbanizáveis sem prioridades nem consolidação
	Deficiente dotação e gestão de espaços exteriores públicos no espaço urbano	Peso populacional considerável e com dinâmica positiva.	Usos desadequados e degradação na orla costeira	Reabilitação de vales e moinhos em percursos pedestres	Indefinição de prioridades e de clareza nas propostas de intervenções para a salvaguarda e reabilitação do património
	Deficiente infra-estruturação no sistema de saneamento	Quantidade de imóveis com interesse arquitectónico nomeadamente de estilo micalense	Proximidade entre usos não compatíveis	Meios de consensualização dos agentes na requalificação do uso do solo e valorização sustentada do património.	Incapacidade das várias entidades para entender o património na óptica da sua sustentabilidade
	Deficiente estruturação viária e de estacionamento	Parque habitacional relativamente jovem	Insuficientes mecanismos/instrumentos de reabilitação	Reabilitação e utilização de imóveis com interesse para diversas funções polarizadoras de desenvolvimento	Dificuldade de consensualização quanto aos PMOT em elaboração entre as muitas entidades com intervenção
	Insuficiente dotação de equipamentos urbanos em várias freguesias	Elevado número de habitações sociais	Inexistência de programação da expansão	Intervenção no Passeio Atlântico	Diminuição do volume de recarga aquífera
	Excessivo peso da habitação social	Sistemas automáticos de desinfecção da água para consumo e aumento de capacidade de armazenamento	Alguns bairros sociais degradados	Redução das áreas urbanas de expansão previstas nos Planos regionais e sectoriais	Contaminação nas zonas de descarga dos esgotos sem tratamento
	Diminuta dinâmica de reabilitação patrimonial	Transporte público satisfatório para a população estudantil	Falta de espaços exteriores de recreio e lazer nas zonas habitacionais consolidadas	Programas de rotação habitacional	Isolamento das freguesias com a criação da Scut, passando a ER1-1 a uma via com menor importância
		Boa oferta formativa a nível de ensino profissional	Freguesias rurais com prédios mais vetustos de onde se destaca a Lomba de S. Pedro com prédios muito degradados	Concepção de sistemas de recolha de águas residuais com tratamento para sua reutilização	Degradação e abandono dos prédios mais antigos
		Centro Local de Aprendizagem da Universidade Aberta	Degradação da qualidade da água e escassez de água na altura do Verão em alguns aglomerados	Reestruturação viária prevista nos Planos regionais e sectoriais	Desertificação humana de parte do C. Histórico da R. Grande
			Deficiente monitorização das ETAS	Maior desenvolvimento da Universidade Aberta	Excessiva fixação nos bairros de habitação social
			Rede de saneamento unitária, obsoleta e sobrecarregada	Investir, programar e rentabilizar a rede de escolas profissionais	Investir em equipamentos sem uso efectivo
			Sistemas de tratamento de águas residuais incipiente	Desenvolver um plano estratégico de equipamentos sociais	A inexistência de contratos-programa de utilização
			Estacionamento desordenado e falta de local próprio para estacionamento nas freguesias	Museu de Arte Contemporânea (Centro de Expressões)	A falta de dinâmica para a mudança
			Falta de equipamentos sociais em várias freguesias	A obrigatoriedade da revisão do PDM para o adaptar aos vários Planos regionais e sectoriais recentemente aprovados	
			Deficit de equipamentos infantis e da cobertura de cuidados de saúde		
			Abandono de alguns equipamentos		
			Baixa escolarização e formação no ensino superior		

Actividades Económicas	Fileira agro-pecuária do leite	Nº significativo de empresas, das quais várias são grandes em dimensão de trabalhadores	Estrutura média e volume de negócios relativamente baixa	A expansão para norte de Ponta Delgada	Decréscimo do mercado
	A fileira extractiva/ transformadora/ construção civil	Forte presença da actividade industrial	Mercado diminuto	Potencial desenvolvimento da fileira extractiva/construção civil/reciclagem	Fecho de empresas de grande e média dimensão
	Disponibilidades de recursos humanos jovens	Diversificação de produtos agrícolas (culturas industriais do tabaco e chá e citrinos)	Pequena dimensão das explorações agro-pecuárias	Estruturação da produção agro-pecuária numa lógica mista (eco-produções e produções ligadas ao turismo)	Monocultura da fileira leiteira
	Grande desequilíbrio estrutural das empresas	A fileira agro-pecuária e industrial do leite	Exiguidade do mercado de pescado fresco	Retoma inovadora de explorações tradicionais (citrinos, beterraba, flores) e transformáveis (tabaco, chá)	Concentração não monitorizada de suinicultura
	Mercado limitado	Tem o segundo maior porto de pesca da RAA	Estrutura produtiva industrial muito desequilibrada (muitas micro empresas)	A associação da pesca à náutica e à pesca desportiva e turística	A ocupação de solos agrícolas para outros fins
		Fileira extractiva e transformadora ligada à construção civil	Dimensão média no comércio inferior à da ilha	Possibilidade de intensificar as indústrias agro-alimentares	A falta de estratégia de fileira no sector da pesca
		Produção de geotermia	Fraca especialização numa parte significativa dos estabelecimentos	Crescimento do sector grossista por via do incremento industrial	Dispersão da produção industrial fora das ALEs
		Actividade grossista nas áreas do pescado e automóveis	Fraca oferta em todo o sector turístico	Especialização em comercialização de produtos artesanais	O sector comercial e dos serviços não atender à proximidade de Ponta Delgada e à sua estratégia sectorial
		Serviços a empresas, em especial no sector gráfico	Infra-estruturas de comunicação insuficientes	Desenvolvimento numa intervenção turística assente na animação desportiva e ambiental	A massificação do turismo na ilha, por efeito da estratégia de Ponta Delgada.
		Actividades associativas	Deficiente preparação profissional em todos os sectores	Disponibilidade de mão-de-obra jovem a formatar	A aposta actual na formação profissional com falhas estratégicas de adaptação ao concelho
Actividades Sociais e Culturais	Forte actividade e dinâmica nas actividades culturais e algumas desportivas	Dinâmica das entidades locais do sector	Falta de cobertura de creches e, em algumas freguesias, de lares de idosos	A concentração de esforços em Rabo de Peixe	O alastramento da toxicodependência e alcoolismo
		Elevada variedade de festividades	Falta de equipamentos inter-geracionais	A criatividade municipal na animação social e cultural	Estratificação excessiva da população
		Actividades culturais (sobretudo folclóricas e filarmónicas)	Demasiada concentração na R. Grande e Rabo de Peixe	Museu de Arte Contemporânea	Isolamento das freguesias menos activas culturalmente
	Deficiente cobertura de equipamentos sociais	Forte propensão para a prática do futebol	Cobertura irregular do concelho em alguns equipamentos desportivos	Aproveitamento turístico das festividades e artesanato	Falta de praticantes para manter equipamentos especializados
		Desenvolvimento gradual dos desportos radicais	Deficiente descentralização de algumas actividades sociais e culturais	Procura acentuada de desportos radicais	
		Equipamentos pouco usuais (golfe, karting, tiro)		Inserção em campeonatos de nível superior	
				Desenvolvimento do pedestrianismo	

Os tópicos do quadro SWOT, provenientes/decorrentes de um esforço de sintetização, encontram-se organizados segundo quatro grandes domínios: ambiente e paisagismo, desenvolvimento urbano, actividades económicas e actividades sociais e culturais.

O primeiro engloba domínios como fisiografia, património natural, qualidade do ar e ruído, paisagem, recursos hídricos, uso do solo, reserva ecológica e reserva agrícola.

O segundo engloba as temáticas do urbanismo (rede urbana, uso do solo urbano, património construído, dinâmica construtiva, planeamento e gestão), das infra-estruturas urbanas, viárias, transportes, equipamentos, demografia.

O terceiro abarca a estrutura produtiva, agricultura, pecuária, pescas, comércio, indústria e construção civil, turismo, serviços e outras actividades económicas.

O quarto refere-se às actividades sociais, culturais e desportivas presentes no concelho da Ribeira Grande.

Embora fosse possível elaborar um texto descritivo realçando os principais pontos a considerar para a elaboração do Plano Estratégico, a verdade é que todos os pontos referenciados são importantes para o seu desenvolvimento, pelo que se opta por remeter o próprio leitor para a sua análise, o que para além do mais, permite uma avaliação mais assertiva sobre a justeza das sínteses efectuadas e ainda das propostas que delas decorrem.

2.1.2. Diagnóstico por Domínio

Neste capítulo do trabalho retomam-se as fichas por domínio que foram apresentadas no relatório de caracterização, depois da correcção que a sua apreciação justificou.

Para além das correcções efectuadas, foram definidos os impactos que cada domínio poderá vir a determinar para o Plano Estratégico, isto é, foram determinadas as linhas de acção a desenvolver no quadro de cada sector, as quais serão a base para a criação de projectos e acções a concretizar no futuro.

Com esta opção, procurou-se proporcionar a quem vier a proceder à análise deste relatório todos os meios necessários para aferir da sua coerência sem ser necessário recorrer a outros documentos.



2.1.2.1. Ambiente e Paisagem

RIBEIRA GRANDE	
PATRIMÓNIO NATURAL	
CARACTERIZAÇÃO 2009	Apenas 5,8% do concelho está ocupado por vegetação natural.
	Estas áreas ocupam as zonas de maior altitude, principalmente na zona da Serra de Água de Pau e também, na zona Este do Concelho
	Estão, em parte, abrangidas por regimes legais de protecção, mas ameaçadas pelo avanço das espécies exóticas invasoras.
	Áreas classificadas no âmbito da Rede Regional de Áreas Protegidas e da Rede Natura 2000.
	Ponta do Cintrão com estatuto de <i>Important Bird Area</i> atribuído pela <i>Birdlife International</i>
	Outras áreas a preservar: Lagoa de S. Brás, cursos de água e suas margens, zona costeira e Caldeiras de Ribeira Grande.
	Actual uso do solo da bacia hidrográfica da Lagoa de S. Brás é inadequado: predomínio de pastagens e também floresta de Criptoméria.
	Inexistência de vegetação natural para protecção das margens dos cursos de água e melhoria do seu valor ecológico.
	A zona costeira é um habitat importante para a avifauna e flora endémica, sendo importante a sua salvaguarda face à pressão humana.
	Biodiversidade: os habitats naturais estão presentes numa área muito reduzida e apresentam problemas ao nível das espécies exóticas invasoras e pressão humana (alteração do uso do solo para pastagem, floresta, edificação, etc.)



DADOS DE SUPORTE DA CARACTERIZAÇÃO	Informação cartográfica fornecida pela Direcção Regional dos Recursos Florestais (Inventário Florestal Regional).
	DROTRH/SRA, Instituto da água/MAOT, 2001. Plano Regional da Água – Relatório Técnico, versão para consulta pública. Região Autónoma dos Açores
	Direcção Regional de Ambiente, 2004. Plano Sectorial para a Rede Natura 2000 na Região Autónoma dos Açores.
	Ficha Caracterização IBA da Ponta do Cintrão (http://www.spea.pt/IBA/ibas/78.html).
	Lima, E. 2007. Património Geológico dos Açores: Valorização de locais com interesse geológico das áreas ambientais; Contributo para o Ordenamento do Território. Universidade dos Açores.
	Abreu, A. (coord.), 2005. Livro das Paisagens dos Açores – Contributos para a identificação e caracterização das paisagens dos Açores. SRAM/DROTRH.

ANÁLISE SWOT 2009	PONTOS FORTES	OPORTUNIDADES
	Património natural inserido em áreas protegidas (Parque Natural da Ilha de s. Miguel).	Áreas naturais com potencial turístico (caldeiras, lagoas, nascentes).
	Património natural singular: Lagoa do Fogo (refúgio de espécies raras), Ponta do Cintrão (Important Bird Area) e Caldeira Velha.	Existência de áreas de vegetação natural passíveis de serem valorizadas, potenciando o seu valor científico, de visitação e educa�o ambiental.
	PONTOS FRACOS	AMEAÇAS
	Reduzida área com vegetação natural.	Incremento da pressão humana e a ausência de controlo nos acessos a áreas ambientalmente mais sensíveis.
	Insuficiente oferta de equipamentos de apoio ao visitante nas áreas protegidas e na lagoa de S. Brás.	Manutenção da floresta de produção e pastagens em detrimento das áreas de vegetação natural.
	Espécies exóticas invasoras	

IMPACTO NO PLANO ESTRATÉGICO	Valorização do usufruto das áreas naturais concelho, nomeadamente ao nível do turismo, investigação científica, educação ambiental, lazer, etc.
	Requalificação ambiental dos locais com património natural relevante
	Reavaliação dos usos do solo regulamentados em áreas classificadas/ambientalmente sensíveis
	Erradicação das espécies exóticas/infestantes e sua substituição por vegetação autóctone

RIBEIRA GRANDE		
PAISAGEM		
CARACTERIZAÇÃO 2009	A paisagem do concelho da Ribeira Grande corresponde à expressão do seu relevo, resultante de uma forte actividade vulcânica,	
	Grande abrangência visual e capacidade de inter visibilidade.	
	A qualidade visual intrínseca do concelho é elevada dada a presença de elementos singulares possuidores de valor patrimonial / paisagístico	
	A linha de costa é acidentada e irregular sendo acompanhada, ao longo de todo o concelho, por caldeiras ou cones de escórias.	
	O clima é de tipo oceânico temperado, húmido e chuvoso, de grande instabilidade e acentuada queda de chuva estival.	
	O regime hídrico é torrencial e temporário (grotas), exceptuando-se algumas ribeiras como a Ribeira Grande.	
	Excessiva mono funcionalidade da paisagem, dominada pelos sectores agro-pecuário e florestal.	
	Grande percentagem do território ocupada por pastagens artificiais permanentes.	
	Unidades de Paisagem	
	SM3 – Zona Agrícola Capelas / Ribeirinha: área do planalto, dominada pelo uso agrário	
	SM 4 – Encosta Porto Formoso / Achadinha: zona de relevo enrugado recortada por grotas	
	SM 9 – Picos: unidade interior de matas e solos pedregosos onde dominam as pastagens e as matas mistas	
	SM 10 – Serra de Água de Pau: zona interior de encostas íngremes e relevo dinâmico de grande amplitude visual onde nas- cem várias ribeiras e emergem águas termais associadas a fumarolas	
	SM 11 – Lagoa do Fogo: área correspondente à bacia da Lagoa do Fogo onde abunda uma diversificada flora autóctone	
	SM 12 – Achada das Furnas: unidade interior de relevo suave pontuado por médios cones vulcânicos onde predominam as pastagens para pecuária intensiva	

DADOS DE SUPORTE DA CARACTERIZAÇÃO	Livro das Paisagens dos Açores Contributos para a Identificação e Caracterização das Paisagens dos Açores Edição: Secretaria Regional do Ambiente e do Mar / Direcção Regional do Ordenamento do Território; 2005 Equipa Responsável pelo Estudo: Universidade de Évora – Departamento de Planeamento Biofísico e Paisagístico Coordenação do Estudo: Alexandre Cancela d'Abreu, José Marques Moreira; Maria do Rosário Oliveira
	Levantamento altimétrico Formato vectorial - equidistância de 2m Fonte: Câmara Municipal da Ribeira Grande
	Manual de ciencia del paisaje: teoria, metodos e aplicaciones. Edição: Barcelona: Masson; 1992 Coordenação: Bolos i Capdevila, M., [et al.].
	El Paisaje. Ministerio de Obras públicas y urbanismo. Madrid; 1987 Coordenação: Escribano y col.

ANÁLISE SWOT 2009	PONTOS FORTES	OPORTUNIDADES
	Forte dinâmica da paisagem associada à assinalável alternância entre mais valias paisagísticas	Sensibilização para uma nova mentalidade de vivência e usufruto do espaço público exterior
	Grande abrangência visual	Ligação entre locais patrimoniais (rede integrada de trilhos / miradouros / espaços de lazer / turismo)
	Riqueza de elementos naturais	Desenvolvimento de outras culturas associadas a uma memória da paisagem tradicional
	PONTOS FRACOS	AMEAÇAS
	Dificuldade de acessos	Expansão das áreas de pastagem
	Sinalização deficiente	Aumento das construções na linha de costa
	Monotonia cromática	Contaminação dos solos e da água
	Lixos a céu aberto	Desaparecimento do património vegetal autóctone
	Desordenamento da paisagem urbana	Extracção de inertes
	Deficiência de equipamentos para usufruto do espaço exteriores	

IMPACTO NO PLANO ESTRATÉGICO	Identificação e caracterização de áreas com potencial paisagístico possibilitando a sua valorização em termos de intervenção localizada;
	Restringir a expansão imobiliária, nomeadamente, na zona da linha de costa ou em áreas sensíveis (reformulação)
	Elaboração e concretização dum programa de erradicação das espécies exóticas/infestantes e sua substituição por vegetação autóctone;
	Definição das zonas territoriais que carecem de ordenamento da paisagem urbana;
	Carência duma sinalética paisagística adequada;
	Diversificação de actividades de lazer e recreio em espaços naturais e rurais.

RIBEIRA GRANDE	
RISCOS	
CARACTERIZAÇÃO 2009	Movimentos de massa: associados a zonas com topografia acidentada e com vertentes instáveis. Destaca-se a zona dos flancos dos vulcões do Fogo, como zona de maior risco, devido aos seus elevados declives e instabilidade. Em todo o concelho verifica-se ocupação indevida de algumas zonas de risco: habitações e infra-estruturas junto a vertentes instáveis e crista de arriba. Algumas zonas povoadas são servidas por uma única via de acesso transitável dificultando eventuais operações de socorro e salvamento. Cheias e enxurradas: perigo muito significativo, em especial nas freguesias localizadas a Este(linhas de água mais encaixadas).
	Situações de risco potenciadas pela existência construções nos leitos de cheia, aumento da área de pastagem, insuficiente limpeza das ribeiras e estabilização das margens, e incorrecto dimensionamento das pontes.
	Freguesias a Oeste com ocorrência de pequenas inundações devidas à alteração do coberto vegetal e aumento da área impermeabilizada (conjugado com sub dimensionamento da rede de drenagem).
	Risco sísmico: Destaca-se a freguesia de Santa Bárbara onde, em caso de sismo de origem tectónica, as ondas sísmicas adquirem intensidades superiores às das áreas envolventes. Verifica-se o contrário para a cidade de Ribeira Grande.
	Risco acrescido, em caso de eventos de maior magnitude, dado o grande número de habitações antigas, com deficiente estrutura e baixa resistência à acção sísmica.
	O Plano de Pormenor de Salvaguarda da Zona Histórica de Ribeira Grande (não aprovado) inclui um conjunto de estímulos para a conservação e recuperação dos edifícios da Zona Histórica.
	Elevada vulnerabilidade de alguns troços das estradas. Situação preocupante da freguesia da Lomba de S. Pedro, servida por uma única via de acesso motorizado.
	Risco vulcânico: Possibilidade de ocorrência de erupções intracaldeira e nos flancos dos vulcões do Fogo ou ao longo dos alinhamentos estruturais da Região dos Picos.
	Risco de tsunamis: Dada a baixa frequência deste tipo de fenómenos, considera-se que o perigo é reduzido. No entanto, em caso de ocorrência, as áreas mais vulneráveis são as localizadas abaixo da cota dos 30 metros.
	Riscos Tecnológicos - As centrais geotérmicas do Pico Vermelho e de Cachaço-Lombadas e a Central do Caldeirão da EDA podem considerar-se como um factor de risco adicional (perigos associados a problemas como a contaminação de aquíferos ou a sismicidade induzida).
	Capacidade de actuação: Ribeira Grande tem um Sistema Municipal de Gestão de Emergências e Plano Municipal de Emergência (em actualização). Bombeiros com alguma falta de equipamentos de actuação e meios humanos.



DADOS DE SUPORTE DA CARACTERIZAÇÃO	Sistema Municipal de Gestão de Emergências de Ribeira Grande. Disponível em http://intracmrg.cm-ribeiragrande.pt/smge
	Gaspar, J.L., Queiroz, G., Wallenstein, N., Ferreira, T., Trota A., Valadão, P., Viveiros, F., Silveira D. e Alves P. 2002. Plano Municipal de Emergência do Concelho de Ribeira Grande. CMRG e Serviço Regional de Protecção Civil e Bombeiros dos Açores.
	Plano de Pormenor de Salvaguarda da Zona Histórica da Ribeira Grande – Documento Final. Relatório. Dias Coelho e Teixeira da Costa, Arquitectos (não aprovado).

ANÁLISE SWOT 2009	PONTOS FORTES	OPORTUNIDADES
	Sistema Municipal de Gestão de Emergências.	Plano Municipal de Emergência em início de revisão para adequação ao novo regulamento comunitário.
	Núcleos Locais de Protecção Civil bem preparados ao nível da sua formação.	Maior sensibilização das populações para evitar a ocupação de zonas de risco.
	Realização de simulacros.	Existência de um Plano de Salvaguarda da Zona Histórica de RG.
		Reestruturação da rede viária.
		Plano de Salvaguarda da Zona Histórica de Ribeira Grande (não aprovado).
	PONTOS FRACOS	AMEAÇAS
	Construção de habitações e infra-estruturas em escarpas de falha, nas cristas das arribas, leitos de cheia ou em locais de muito difícil acesso.	Continuação da ocupação incorrecta do território, ignorando as zonas de risco natural.
	Parque habitacional com grande percentagem de habitações antigas.	Aumento das áreas de pastagens e áreas impermeabilizadas (potenciam a ocorrência de cheias e enxurradas).
	Vias de comunicação vulneráveis quando da ocorrência de cheias e enxurradas e sismos.	
	Bombeiros com alguma falta de equipamentos de actuação e meios humanos.	

IMPACTO NO PLANO ESTRATÉGICO	Identificação de bloqueios ao escoamento natural nas linhas de água com influência na ocorrência de fenómenos de cheia
	Identificação de zonas urbanas sujeitas a cheias periódicas
	Identificação de situações de risco nos aglomerados que se desenvolvem ao longo das arribas costeiras
	Identificação de edificações antigas com elevada probabilidade de colapso

RIBEIRA GRANDE	
QUALIDADE DO AR E RUÍDO	
CARACTERIZAÇÃO 2009	Para caracterização do ar ambiente na Região Açores apenas existe uma estação de monitorização (EMQA) localizada no Faial.
	Desde o início do funcionamento da estação que não foram registados quaisquer valores superiores ao Valor Limiar de Alerta à População.
	Para o Concelho de Ribeira Grande, os valores obtidos em 2001 (os únicos existentes para o concelho), ficaram abaixo dos valores máximos permitidos por lei.
	Potenciais fontes de poluição do ar, ao nível das indústrias: Cimentação - Cimentos dos Açores, Lda. e Central Termoelétrica do Caldeirão
	Em 2005 foi concluído o Mapa de Ruído para o Concelho.
	As áreas mais ruidosas concentram-se na zona oeste do Município, sobretudo ao longo da E.R. 3 - 1ª, junto da qual se situam ainda grande parte

DADOS DE SUPORTE DA CARACTERIZAÇÃO	SRAM, 2005. Relatório de Estado do Ambiente dos Açores 2005 (REA 2005). Dados constantes no capítulo "Ar".
	SRA, 2003. Relatório de Estado do Ambiente dos Açores 2003 (REA 2003). Dados constantes no capítulo "Ar".
	SRAM/DROTRH, 2003. Relatório de Estado do Ordenamento do Território (REOT-A).
	SRAM/DRA, 2009. Relatório da Qualidade do Ar 2007/2008.
	SRAM, 2006. Perspectivas para a Sustentabilidade na Região Autónoma dos Açores – Situação de Referência
	dBLab, Laboratório de Acústica e Vibrações, Lda., 2005. Mapa de Ruído do Município de Ribeira Grande. Resumo Não Técnico.

ANÁLISE SWOT 2009	PONTOS FORTES	OPORTUNIDADES
	Reduzido número de fontes de emissões atmosféricas significativas e /ou indutoras de elevados níveis de ruído.	Criação de um programa concelhio para a monitorização da qualidade do ar.
	PONTOS FRACOS	AMEAÇAS
	Monitorização insuficiente da qualidade do ar ambiente.	Inexistência de monitorização que acompanhe o aumento das actividades humanas potencialmente poluidoras (actividades industriais, infra-estruturas rodoviárias, turismo, construção civil, valorização de resíduos, etc.)
	Desconhecimento sobre o nível de cumprimento dos requisitos legais parte das empresas mais poluidoras do concelho (indústria de lacticínios e empresas do ramo da construção civil).	

IMPACTO NO PLANO ESTRATÉGICO	Salvaguarda a qualidade do ar existente

RIBEIRA GRANDE		
RECURSOS HÍDRICOS		
CARACTERIZAÇÃO 2009	Recursos Hídricos do Concelho: Lagoas, Ribeiras e Sistemas Aquíferos.	
	2% da água para consumo humano provem de rec. hídricos superficiais.	
	A água subterrânea é captada essencialmente em nascentes.	
	Desde 2003/2004 começou a haver monitorização da qualidade da água.	
	Lagoa do Fogo: Estado Ecológico Bom a Razoável. Mesotrófico.	
	Lagoa de S. Brás: Estado Ecológico Mau. Eutrófico.	
	Ribeira Grande tendencialmente com problemas de poluição no troço final.	
	Ribeira Seca com pior qualidade devido aos poluentes agrícolas.	
	No geral os problemas verificam-se principalmente ao nível da contaminação microbiológica e poluentes agrícolas.	
	Tem-se verificado uma evolução positiva ao nível da qualidade da água superficial e subterrânea.	
	Problemas de qualidade da água banhar em algumas praias (Ex: Monte Verde, Praia dos Moinhos e Poças/Matriz).	
	Principais origens de poluição antrópica:	
	▪ Aplicação excessiva de agro químicos e área elevada de pastagens e de efectivos pecuários. ▪ Elevado número de fossas sépticas disseminadas pelo concelho.	
	A Lagoa de S. Brás encontra-se classificada como “zona vulnerável à poluição causada por nitratos de origem agrícola”.	
	Encontram-se definidos os perímetros de protecção às captações (DROTRH) para Ribeira Grande.	

DADOS DE SUPORTE DA CARACTERIZAÇÃO	Portaria nº258/2003, de 19 de Março - Aprova a lista e as cartas que identificam as zonas vulneráveis do continente e da Região Autónoma dos Açores (revogada).
	Portaria nº1100/2004, de 3 de Setembro - Aprova a lista e as cartas que identificam as zonas vulneráveis do território português (revoga a Portaria nº258/2003, de 19 de Março).
	Portaria nº 47/2006, de 22 de Junho (Regional) - Programa de Acção para as zonas vulneráveis.
	DROTRH, Fevereiro 2005, Maio 2007e Setembro 2007. Monitorização da qualidade de águas superficiais e subterrâneas nas ilhas de São Miguel e Santa Maria: Caracterização Físico-química e Microbiológica. Relatório Final.
	DROTRH/SRA, Instituto da água/MAOT, 2001. Plano Regional da Água – Relatório Técnico, versão para consulta pública. Região Autónoma dos Açores
	Ponte, G.M.M. 2001. Contributo para o conhecimento das principais fontes de contaminação contínua e acidental dos recursos hídricos e orla marítima do Arquipélago dos Açores – Relatório de Licenciatura e Engenharia do Ambiente. Universidade dos Açores.
	Porteiro, J., Calado, H., Pereira, M., Ventura, J.E., Paramio, L. ?. Planeamento Biofísico e Gestão de Ecossistemas Lacustres: As lagoas dos Açores. Disponível em www.apgeo.pt/files/docs/CD_X_Coloquio_Iberico_Geografia/pdfs/102.pdf
	SRAM/DROTRH (2003). Relatório do Estado do Ordenamento do Território da Região Autónoma dos Açores.
	Cruz, J.V., 2004. Ensaio sobre a água subterrânea nos Açores – História, Ocorrência e Qualidade. Secretaria Regional do Ambiente/DROTRH.

ANÁLISE SWOT 2009	PONTOS FORTES	OPORTUNIDADES
	Disponibilidade hídrica potencial em qualidade e quantidade (sistemas aquíferos, lagoas e ribeiras).	Projecto “Implementação de Redes de Monitorização”.
		ETARs domésticas planeadas/em construção.
		Aumento da área florestal do concelho.
		Reutilização de águas residuais na rega de espaços verdes.
	PONTOS FRACOS	AMEAÇAS
	Poluição antrópica proveniente de várias origens (agropecuária, fossas sépticas, deposição de resíduos, etc.)	Incremento das áreas de pastagem.
	Ausência de intervenções sistemáticas para manutenção das margens/leitos os cursos de água.	Crescimento das áreas urbanas de forma não programada.
	Desconhecimento da quantidade global de recursos hídricos subterrâneos captados para os diversos usos.	Alterações climáticas.
	Usos do solo desadequados em zonas adjacentes a lagoas e ribeiras (Ex: Lagoa de S. Brás).	

IMPACTO NO PLANO ESTRATÉGICO	Reavaliação dos usos do solo regulamentados em áreas mais vulneráveis à contaminação dos recursos hídricos.
	Avaliar o grau de implementação das boas práticas agrícolas e florestais no concelho



2.1.2.2. Infraestruturas, Resíduos e Transportes

RIBEIRA GRANDE	
ABASTECIMENTO DE ÁGUA	
CARACTERIZAÇÃO 2009	População servida pela rede de abastecimento de água no concelho: 100%
	O sistema de abastecimento de água do concelho da Ribeira Grande caracteriza-se por ter origem em captações subterrâneas (nascentes) e uma captação superficial
	Cada freguesia dispõe de captações próprias, com excepção de Calhetas
	As condutas de abastecimento de água são maioritariamente de PVC, havendo ainda troços em Ferro Fundido e Fibrocimento
	Os sistemas da Cidade e zona poente do concelho apresentam problemas a nível de pressões de serviço nos escalões superiores, e uma escassez no período do Verão
	Os sistemas da zona nascente do concelho apresentam problemas a nível de parques recursos hídricos disponibilizados à população e, reservas baixas, nomeadamente nas freguesias da Lomba da Maia e Lomba S. Pedro
	A capitação atribuída pela entidade reguladora IRAR para o concelho é de 200L/hab/dia, bastante inferior à realidade em algumas freguesias
	Estão a ser instalados sistemas automáticos de desinfecção de água destinada ao consumo público nos reservatórios concelhios, e de correcção do pH da água, na freguesia da Matriz.
	Estão em curso a elaboração de projectos de reforço dos recursos hídricos e reservas em algumas freguesias da zona nascente do concelho
	Estão em curso e em conclusão obras de reforço do sistema de abastecimento de água na Cidade e zona oriental do concelho
	A Gestão do abastecimento de água é da responsabilidade da Câmara Municipal da Ribeira Grande



DADOS DE SUPORTE DA CARACTERIZAÇÃO	Elementos fornecidos pela C.M da Ribeira Grande - DASUEM
	INSAAR 2007

ANÁLISE SWOT 2009	PONTOS FORTES	OPORTUNIDADES
	Instalação de sistemas automáticos de desinfecção	Sensibilização para a implementação de sistemas de recolha de águas pluviais e seu aproveitamento
	Reforço do abastecimento de água na zona oriental do concelho	Campanhas de sensibilização à população para o correcto uso da água potável
	Reforço do abastecimento de água na zona ocidental do concelho	
	Monitorização da Qualidade da Água nas torneiras dos utilizadores (controlo obrigatório), e nos reservatórios concelhios e ETA do Pico Vermelho (controlo operacional), de acordo com Programas Anuais de Controlo da Qualidade da Água para consumo humano, aprovados e fiscalizados pela entidade reguladora (IRAR)	
	PONTOS FRACOS	AMEAÇAS
	Degradação da qualidade da água das captações subterâneas durante as épocas estivais, e da superficial durante o Inverno	Diminuição do volume de recarga aquífera em anos secos
	Variações das pressões de serviço nos escalões superiores nos sistemas da Cidade e zona poente do concelho	Poluição junto aos aquíferos localizados em terrenos de pastagens
	Escassez de água na altura do Verão em alguns aglomerados	
	Sistemas de desinfecção 'gota a gota' nos reservatórios concelhios	
	Elevadíssimas captações durante os meses de verão	

IMPACTO NO PLANO ESTRATÉGICO	Criação de mecanismos de medição correcta dos recursos hídricos captados para abastecimento público
	Mapeamento da vulnerabilidade de algumas captações de água face às fontes de poluição existentes
	Implementação massiva dos perímetros de protecção de todos os aquíferos captados para abastecimento público

RIBEIRA GRANDE	
ÁGUAS RESIDUAIS	
CARACTERIZAÇÃO 2009	População servida pela rede com tratamento das águas residuais: 2006 - 26% e 2007 – 39%
	Em muitas zonas, a rede é unitária, obsoleta e sobrecarregada, com descargas directas nas linhas de água ou no mar, não possuindo qualquer tipo
	A drenagem pluvial é quase sempre inexistente ou a rede é unitária
	Encontram-se já construídas parte das redes de saneamento da Vila de Rabo de Peixe.
	Estão concluídos os projectos das redes de saneamento do concelho da Ribeira Grande com excepção das freguesias da Matriz e da Conceição.
	Encontram-se nesta altura em fase de conclusão a obra de construção a ETAR de Rabo de Peixe
	A ETAR compacta do Burguete tem execução prevista para final do ano
	Em fase de projecto encontra-se a ETAR da Cidade
	Em funcionamento desde 2005 encontra-se a ETAR da Maia
	Algumas unidades industriais já possuem ETAR's, no entanto algumas têm um tratamento deficiente e outras estão ainda a enviar o efluente directamente para o meio receptor
	Nos últimos 20 anos, as novas urbanizações foram dotadas de redes de colectores instalados na via, tendo como destino final as Fossas Sépticas e Poços Absorventes
	O destino final dos esgotos de todos os edifícios são as fossas sépticas individuais e/ou colectivas com descargas ao solo ou directas nas linhas de água ou no mar, não possuindo qualquer tipo de tratamento.



DADOS DE SUPORTE DA CARACTERIZAÇÃO	Elementos fornecidos pela C.M da Ribeira Grande - DASUEM
	INSAAR 2007

ANÁLISE SWOT 2009	PONTOS FORTES	OPORTUNIDADES
	Construção de alguns troços das redes residual e pluvial da zona litoral da Vila de Rabo de Peixe	Evolução positiva com a construção de ETAR's
	Primeira e segunda fases dos sistemas residual e pluvial da Cidade, na via litoral - Passeio Atlântico	Concepção de sistemas de recolha de águas residuais e consequente tratamento de forma a permitir a sua reutilização
	Tratamento das águas residuais da freguesia da Maia	
	PONTOS FRACOS	AMEAÇAS
	Rede unitária, obsoleta e sobrecarregada	Contaminação das águas costeiras e das linhas de água, nas zonas de descarga dos esgotos sem tratamento
	Elevado número de fossas sépticas individuais e colectivas disseminadas pelo concelho	
	Inexistência de tratamento de águas residuais	

IMPACTO NO PLANO ESTRATÉGICO	Elaboração do Cadastro das redes e sua caracterização
	Controle das características dos efluentes das Etares nas zonas de descarga e a sensibilização para o seu aproveitamento

RIBEIRA GRANDE		
RESÍDUOS		
CARACTERIZAÇÃO 2009	A recolha de RSU abrange 100% da população do Concelho.	
	Existe rede de ecopontos desde 2004: total de 74 ecopontos no Concelho.	
	Existe recolha porta-a-porta para grandes produtores (estab. comerciais)	
	Em 2008 a recolha selectiva de RSU correspondia a 4,8% dos produzidos.	
	A recolha selectiva tem vindo aumentar não sendo ainda significativa.	
	O destino dos RSU é a ETRS de São Miguel, concelho Ponta Delgada.	
	A ETRS é gerida pela Associação de Municípios da Ilha de S. Miguel.	
	O vidro, papel e plástico recebido na ETRS é exportado para reciclagem.	
	A CMRG também recolhe separadamente, por solicitação, sucata e material eléctrico e electrónico, entre outros (“monstros”)	
	Não existe recolha selectiva de pilhas nem de óleos alimentares, mas podem ser entregues directamente à AMISM.	
	A empresa Agraçor - Sociedade Agro-Pecuária Açoreana, SA faz a valorização energética dos óleos alimentares.	
	Os resíduos hospitalares do tipo I e II (equiparados a resíduos urbanos) são recolhidos pela CMRG e encaminhados para a ETRS.	
	Os resíduos do tipo III e IV (resíduos perigosos) são geridos por um operador especializado – AZORMED.	
Os residuos de construção e demolição são encaminhados para um aterro de inertes na Freguesia de Rabo de Peixe.		
A Associação de Municípios da Ilha de São Miguel aderiu em Janeiro de 2003 ao Sistema Ponto Verde, S.A – SPV.		
Ainda se verificam situações de deposição ilegal de resíduos em caminhos, linhas de água, zona costeira, etc.		



DADOS DE SUPORTE DA CARACTERIZAÇÃO	Brito, A., Cunha R. (coord.), 2007. Plano Estratégico de Gestão de Resíduos dos Açores (PEGRA). DRA/SRAM. Dados constantes no capítulo "Caracterização e Diagnóstico".
	SRA, 2003. Relatório de Estado do Ambiente dos Açores 2003 (REAA 2003). Dados constantes no capítulo "Resíduos".
	Serviço Regional de Estatística dos Açores, 2007. Anuário Estatístico RAA 2007.
	Dados de produção e composição de Resíduos Sólidos Urbanos na área de intervenção da Associação de Municípios da Ilha de São Miguel (AMISM).
	Dados fornecidos pela Câmara Municipal de Ribeira Grande.

ANÁLISE SWOT 2009	PONTOS FORTES	OPORTUNIDADES
	Existência de sistema intermunicipal adequado para gestão de RSU.	Valorização energética de resíduos (Biomassa Florestal, Biomassa agrícola, óleos alimentares).
	Existência de um sistema de recolha selectiva nas áreas com maior concentração urbana.	Maior sensibilização das populações para reutilização de materiais e separação de resíduos (realização de campanhas).
	Motivação das camadas mais jovens da população.	Desenvolvimento do sistema de recolha selectiva e de valorização de resíduos existente.
	PONTOS FRACOS	AMEAÇAS
	Situações de deposição ilegal de resíduos (caminhos, linhas de água, etc.).	Custos da remoção e transporte de resíduos e da implementação da recolha selectiva.
	Reduzido peso dos resíduos separados face aos produzidos.	Incremento da dispersão das habitações em freguesias mais rurais e com relevo acidentado.
		Insuficiência de incentivos para a criação de valor a partir de resíduos.

IMPACTO NO PLANO ESTRATÉGICO	Expansão gradual do sistema de recolha selectiva às restantes áreas urbanas do concelho e a outras tipologias de resíduos
	Avaliação das potencialidades para implantação de um Eco-parque no concelho
	Apoiar a instalação de equipamentos culturais e outros que promovam a atracção de visitantes ao concelho

RIBEIRA GRANDE		
ELECTRICIDADE E TELECOMUNICAÇÕES		
CARACTERIZAÇÃO 2009	A EDA, S.A. é a concessionária do Transporte e Distribuição de Energia Eléctrica da Região Autónoma dos Açores	
	População servida pela rede no concelho: 100%	
	O sistema de distribuição de energia eléctrica é composto por uma rede de transporte e uma rede de distribuição MT (média tensão) com diferentes níveis de tensão.	
	É a única ilha da região onde existe produção de energia geotérmica.	
	A Central Geotérmica do Pico Vermelho, foi a primeira central geotérmica a ser instalada nos Açores	
	A Central Geotérmica da Ribeira Grande situa-se no sector de Cachaços-Lombadas do campo geotérmico	
	A contribuição da fonte geotérmica, durante o período de Janeiro a Maio de 2009, na estrutura de produção de electricidade da ilha de São Miguel foi de 39.5%.	
	A rede de telecomunicações é do tipo ramificada em poste, aérea e atravessando propriedades particulares, e é na via pública que são estabelecidas as entregas e ligações às habitações e aos serviços locais.	
	Estende-se pelo concelho e possibilita a expansão ou ligação a zonas adjacentes	
	Existem algumas operadoras móveis que não abrangem o concelho todo em boas condições.	
	A rede explorada tem condições para a utilização e abertura aos demais operadores de telecomunicações	

DADOS DE SUPORTE DA CARACTERIZAÇÃO	Site da EDA (www.eda.pt)
	Site da SOGEO (www.sogeo.eda.pt)
	Site da ANACON (www.anacom.pt)
	Site da SREA – Secretaria Regional de Estatística dos Açores (www.estatistica.azores.gov.pt:90/Default.aspx)

ANÁLISE SWOT 2009	PONTOS FORTES	OPORTUNIDADES
	Campo geotérmico com capacidade de expansão	Aproveitamento do campo geotérmico e sua expansão na produção de energia eléctrica
		Aposta na entrada de novos operadores de telecomunicações móveis e melhor cobertura
	PONTOS FRACOS	AMEAÇAS
	Impactos visuais negativos na encosta da Lagoa do Fogo	

IMPACTO NO PLANO ESTRATÉGICO	Reforço da produção de energia geotérmica
	Regulamentação em parceria da produção e expansão de geotermia no concelho
	Reforço da cobertura da rede de todos os operadores de telecomunicações móveis

RIBEIRA GRANDE	
SISTEMA DE TRANSPORTES	
CARACTERIZAÇÃO 2009	A estrutura viária do concelho é essencialmente caracterizada pela existência de uma via paralela à linha de costa: a ER1-1ª (Via Estruturante)
	Ligações regionais razoáveis E/O (EN1-1)
	Boas ligações regionais para N/S com a implementação das SCUTT (ligação Ribeira Grande - Lagoa)
	Peso acentuado das deslocações pendulares intra-concelhias
	Aumento da pressão do transporte individual acentua-se na área urbana
	Em alguns aglomerados urbanos não existe continuidade das vias, dando origem a becos
	Transporte público satisfatório, no entanto o horário deveria ser alargado principalmente no período nocturno
	Complementaridade dos táxis aos autocarros
	Obras em desenvolvimento;
	Pico da Pedra, Calhetas e Ribeira Grande: sem grande congestionamento, ou em vias de resolução;
	Rabo de peixe: com necessidade de envolvente, estando em curso a adjudicação.
	Ribeira Grande: Beneficiação do troço no Rego da Chã de Água, e o troço restante (Chão de Água - 5 Caminhos) será efectuado no próximo ano.
	Porto Formoso, S. Brás e Maia: Requalificação da ER1-1ª
	Lomba da Maia, Fenais D'Ajuda e Lomba de S. Pedro: nova via mais para o interior da ilha no âmbito das Scutt (Barreiros – Nordeste).

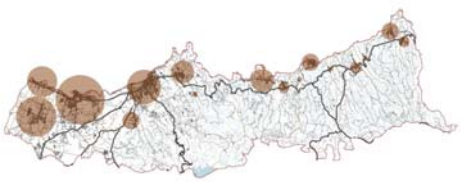
DADOS DE SUPORTE DA CARACTERIZAÇÃO	Elementos fornecidos pela DRE
	Horário das carreiras de autocarros da CRP
	Intervenção do Secretário da Ciência, Tecnologia e Equipamentos, na assinatura do contrato para Fornecimento e Instalação de Sistemas de Controlo de Velocidades

ANÁLISE SWOT 2009	PONTOS FORTES	OPORTUNIDADES
	Articulação/complementaridade com Ponta Delgada	
	Transporte público satisfatório	
	Transporte público adaptado a população estudantil	
	PONTOS FRACOS	AMEAÇAS
	Crescimento do parque automóvel	Isolamento das freguesias com a criação da Scutt, passando a ER1-1 a uma via com menor importância
	Estacionamento desordenado	
	Falta de local próprio para estacionamento nas freguesias	
	Não existe transporte público (autocarro) no período nocturno	

IMPACTO NO PLANO ESTRATÉGICO	Criação de zonas de estacionamento e consequentemente a eliminação do estacionamento desordenado nos aglomerados
	Avaliação das potencialidades de articulação ou complementaridade com Ponta Delgada, no quadro dos transportes e rede viária
	Avaliação da extensão do período nocturno de transporte público em algumas localidades
	Avaliação efectiva do impacte da SCUT no ordenamento do território e na vivência das freguesias mais isoladas



2.1.2.3. Urbanismo

RIBEIRA GRANDE		
REDE URBANA		
CARACTERIZAÇÃO 2009	Peso da rede urbana referenciado no PROTA como supremacia económica, social e demográfica do Triângulo Ponta Delgada, Ribeira Grande, Lagoa.	
	Terceiro concelho com mais população da RAA e segundo da Ilha.	
	Existência de assimetrias de concentração de população no concelho.	
	Localização dos aglomerados perto da costa geralmente com tendência para desenvolvimento linear.	
	Povoamentos rurais na zona nascente em geral ao longo das vias.	
	Destes destacam-se as freguesias de Lomba de S. Pedro, Lomba da Maia e S. Brás pela fraca densidade populacional (inferior a 80 hab/km²).	
	Existência de aglomerados em freguesias rurais mais concentrados como é o caso da Maia e da Ribeirinha.	
	Grande concentração urbana de população no eixo Ponta Delgada – Ribeira Grande.	
	Principalmente nas freguesias Rabo de Peixe (acima de 400 habitantes/Km²), Pico da Pedra e Matriz (acima de 300 habitantes/Km²) seguidos da Ribeira Seca (208 habitantes/Km²).	
	A quase totalidade da população de cada freguesia concentra-se na sede, registando-se apenas pequenas concentrações populacionais complementares em algumas freguesias (Fenais da Ajuda, Lomba da Maia, Maia, Porto Formoso, Ribeirinha e Rabo de Peixe)	

DADOS DE SUPORTE DA CARACTERIZAÇÃO	INE, Recenseamento 2001 da População e Habitação.
	Levantamentos de campo realizados pela equipa técnica entre 30 de Março e 3 de Abril.
	Plano Regional de Ordenamento do Território dos Açores em elaboração.

ANÁLISE SWOT 2009	PONTOS FORTES	OPORTUNIDADES
	Peso populacional considerável e com dinâmica positiva.	Criar condições de oferta no concelho que atraiam residentes ou potenciais residentes no Concelho de Ponta Delgada, aproveitando a proximidade e as especificidades da Ribeira Grande.
		A Ribeira Grande fazer parte, nos termos do PROTA, do triângulo estruturante, do ordenamento do território da Ilha de São Miguel, com supremacia económica, social e demográfica
		Orientações do PROTA para o Concelho.
	PONTOS FRACOS	AMEAÇAS
		Efeito polarizador e criador de dependência de Ponta Delgada.

IMPACTO NO PLANO ESTRATÉGICO	Consolidar e reforçar o concelho no seio do triângulo estruturante do ordenamento do território da ilha de S. Miguel
	Avaliar as medidas que contribuam para a atenuação das assimetrias de concentração de população no concelho
	Atrair novos residentes, valorizando a proximidade e as especificidades da Ribeira Grande
	Interligar pontos de interesse da rede urbana concelhia com outras redes da ilha e da Região

ANÁLISE SWOT 2009	PONTOS FORTES	OPORTUNIDADES
		Disponibilidade da Câmara Municipal para a concretização de PMOT / estudos complementares em elaboração.
		Sensibilizar e mobilizar agentes para a requalificação do uso do solo
	PONTOS FRACOS	AMEAÇAS
	Usos urbanos retalhados no território – desordenamento	Dificuldades de sintonia das entidades competentes na elaboração de IGT's
	Proximidade entre usos não compatíveis	Ocupação desordenada das grandes manchas classificadas no PDM como urbanizáveis
	Usos desadequados na orla costeira	
	Degradação na orla costeira	

IMPACTO NO PLANO ESTRATÉGICO	Controlar/ reduzir os perímetros urbanos
	Reordenar o território
	Reforçar as centralidades urbanas
	Definir uma estratégia de ordenamento do território dinâmica e priorizada
	Valorizar a orla costeira

RIBEIRA GRANDE	
PATRIMÓNIO CONSTRUÍDO	
CARACTERIZAÇÃO 2009	O património arquitectónico da Ribeira Grande assume, no seu conjunto, grande relevo, existindo grande quantidade de imóveis interessantes no concelho. Especial atenção para o núcleo mais antigo da cidade. A freguesia da Matriz abrange parte significativa dos edifícios classificados abrangidos pelo Plano de Pormenor de Salvaguarda em elaboração. O Plano de Pormenor de Salvaguarda e Valorização da Zona Histórica da Ribeira Grande (PSVZHRG) é o PMOT em situação mais próxima de aprovação. O inventário do património imóvel dos Açores identifica para o concelho da Ribeira Grande 222 imóveis distribuídos por todas as freguesias. As freguesias da Matriz, Conceição, Ribeira Seca e Rabo de Peixe concentram 60% dos mesmos.
	
	Dos 222 imóveis 14% são identificados como estilo Micaelense localizados em grande parte nas freguesias da Cidade de Ribeira Grande (freguesias da Matriz e Conceição), Rabo de Peixe e Fenais da Ajuda.
	Cerca de 75% dos imóveis encontram-se em bom ou razoável estado de conservação, 18% em mau estado e 7% em ruína dos quais alguns constituem vestígios arqueológicos (4,5%).
	Tipologicamente, a grande maioria dos imóveis referenciados trata-se de edifícios isolados.
	As propostas do PDM para classificação de imóveis de interesse municipal estão distribuídas um pouco por todas as freguesias, e incidem essencialmente sobre: igrejas, fontanários e moinhos.
	O PDM propõe 3 sítios na cidade e 24 imóveis para classificação como de interesse concelhio.
	Conjunto significativo de ideias para a reabilitação e valorização do Património contido no PDM que não deve ser abandonado.
	Orientações estratégicas do PROTA importantes para o sector.
DADOS DE SUPORTE DA CARACTERIZAÇÃO	O inventário da DGEMN, organismo público tutelado pelo Ministério do Ambiente e Ordenamento do Território e Desenvolvimento Regional.
	O inventário do património imóvel dos Açores identifica para o concelho da Ribeira Grande 222 imóveis.
	Plano Director Municipal da Ribeira Grande.

ANÁLISE SWOT 2009	PONTOS FORTES	OPORTUNIDADES
	Quantidade de imóveis com interesse arquitectónico	Capacidade de consensualização entre os agentes na valorização e reabilitação do património.
	Estilo micaelense	Fomentar as intervenções no património numa óptica prospectiva de procura da sustentabilidade do mesmo.
	Traçado da malha urbana da zona antiga da cidade	Qualificação de vales e moinhos considerando a implantação de percursos pedestres.
		Reabilitação e utilização de imóveis com interesse para diversas funções polarizadoras de desenvolvimento.
	PONTOS FRACOS	AMEAÇAS
	Edifícios com valor identificados em mau estado	Indefinição de prioridades e de clareza nas propostas de intervenções para a salvaguarda e reabilitação do património.
	Degradação na orla costeira e vales	Incapacidade das várias entidades para entender o património na óptica da sua sustentabilidade.

IMPACTO NO PLANO ESTRATÉGICO	Definir a estratégia de intervenção no património construído assente na sua sustentabilidade
	Divulgar o património construído
	Promover a actividade cultural associada ao património construído do concelho

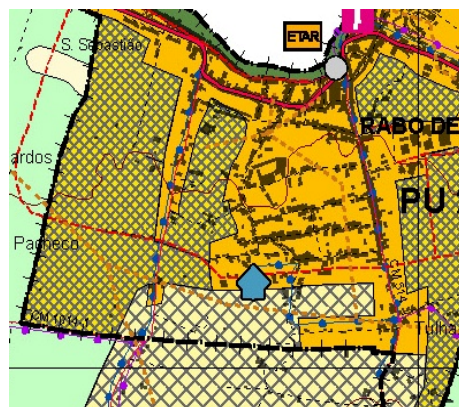
RIBEIRA GRANDE		
DINÂMICA CONSTRUTIVA		
CARACTERIZAÇÃO 2009	Durante o período entre 2004 e 2008, deram entrada na Câmara Municipal 3606 processos correspondentes a uma média de 721 por ano.	
	A dinâmica construtiva apresentou um crescimento significativo até 2006 decrescendo a partir daí de forma mais ou menos proporcional ao longo do concelho registando queda acentuada em 2008.	
	O tipo de procedimento mais comum é a licença de edificação com 42,8% dos processos seguida da autorização de utilização com 23%.	
	Os processos de licenciamento para loteamento estão concentrados nas freguesias de Rabo de Peixe e Pico da Pedra abrangendo cerca de 50%	
	O uso dominante nos processos é a Habitação unifamiliar com 81% dos processos.	
	As freguesias com maior número de processos entrados são Rabo de Peixe, Matriz e Conceição (freguesias da cidade da Ribeira Grande) e Pico da Pedra e Ribeira Seca que reúnem 71% dos processos.	
	As freguesias com menor dinâmica são de S. Pedro, São Brás e Fenais da Ajuda com 4,3% dos processos.	
	A freguesia de Rabo de Peixe destaca-se francamente como freguesia mais dinâmica concentrando 31,7% dos processos distribuídos por praticamente todos os usos sendo a habitação unifamiliar o uso dominante com 84,2% dos processos.	
	Na freguesia de Rabo de Peixe distinguem-se ainda o n.º de processos destinados a Comércio, Serviços e Indústria.	
	Na freguesia de Pico da Pedra (13% dos processos do concelho) também se destaca a habitação unifamiliar (388 processos) sendo ainda relevantes os pedidos para armazéns (24) e indústria (17).	
	As freguesias da Cidade (Conceição e Matriz) totalizam 19% dos processos na sua grande maioria para utilização de habitação unifamiliar (75%) destacando-se em segundo lugar os destinados a comércio e serviços com cerca de 5% cada.	
	Das freguesias da cidade distingue-se ligeiramente a Conceição, com maior dinâmica para usos não habitacionais que a da Matriz.	

DADOS DE SUPORTE DA CARACTERIZAÇÃO	Câmara Municipal da Ribeira Grande, Listagem de Processos SPO (sistema de processos e obras – software) 2004-2008.

ANÁLISE SWOT 2009	PONTOS FORTES	OPORTUNIDADES
	Dinâmica do eixo Ponta Delgada – Ribeira Grande	Crescimento do eixo mais dinâmico por via das acessibilidades previstas
	PONTOS FRACOS	AMEAÇAS
	Decréscimo acentuado da dinâmica em 2008	Deslocação da dinâmica para outros concelhos por via da melhoria das acessibilidades
	Dinâmica fortemente heterogénea e desequilibrada	

IMPACTO NO PLANO ESTRATÉGICO	Potenciar o desenvolvimento ordenado da dinâmica do eixo Ponta Delgada - Ribeira Grande
	Avaliar o impacto da SCUT no quadro da dinâmica construtiva
	Combater a dinâmica construtiva fortemente heterogénea e desequilibrada

RIBEIRA GRANDE	
PLANEAMENTO E GESTÃO URBANÍSTICA	
CARACTERIZAÇÃO 2009	Conjunto significativo de instrumentos de gestão territorial e outros planos em elaboração.
	Estes IGT e planos são de natureza estratégica ou regulamentar.
	Existem seis Planos Municipais de Ordenamento do Território (PMOT) em que cinco se encontram em elaboração, estando apenas um em vigor – o Plano Director Municipal (PDM).
	Existência de instrumentos complementares aos IGT, nomeadamente regulamentos municipais relativos a urbanização e habitação.
	O Plano Regional de Ordenamento do Território (PROTA) vem reforçar a intenção do Programa Nacional da Política de Ordenamento do Território (PNPOT) em tornar a Região Autónoma dos Açores (RAA) numa região de excelência ao nível do ordenamento do território e planeamento ambiental, dando-lhe um edifício coerente.
	Não existe total articulação entre propostas do PDM e as do Plano de Ordenamento da Orla Costeira (POOC).
	Os elementos estratégicos de âmbito nacional e regional são posteriores ao PDM.
	Dos processos que estão em curso a maioria estava prevista pelo PDM, no entanto existe uma série de projectos referidos no mesmo que ainda não se concretizaram.
	O PDM define como classes de espaços (dentro do perímetro urbano): espaços urbanos, espaços urbanizáveis e espaços industriais, compreendendo os espaços urbanos e urbanizáveis as áreas turísticas e as áreas de equipamentos colectivos.



DADOS DE SUPORTE DA CARACTERIZAÇÃO	Câmara Municipal de Ribeira Grande, reuniões e entrevistas
	Direcção Regional do Ordenamento do Território e Recursos Hídricos
	Direcção Geral do Ordenamento do Território e Desenvolvimento Urbano (DGOTDU)
	Ministério do Ambiente, do Ordenamento do Território e do Desenvolvimento Regional
	Site da CM da Ribeira Grande
	Programa Nacional da Política de Ordenamento do Território - Aprovado pela Assembleia da República, no dia 5 de Junho de 2007
	Plano de Ordenamento Turístico da Região Autónoma dos Açores - Decreto Legislativo Regulamentar n.º 38/2008/A de 11 de Agosto
	Plano de Ordenamento da Orla Costeira, Troço Feteiras-Fenais da Luz-Lomba de São Pedro - Decreto Regulamentar Regional n.º 6/2005/A, de 17 de Fevereiro de 2005
	Plano Regional de Ordenamento do Território para a Região Autónoma dos Açores – em elaboração
	Plano Director Municipal da Ribeira Grande – Decreto Regulamentar Regional n.º 17/2006/A, de 10 de Abril de 2006

ANÁLISE SWOT 2009	PONTOS FORTES	OPORTUNIDADES
	Regulamento de apoio à habitação degradada.	Disponibilidade da Câmara Municipal para a elaboração e concretização de PMOT / estudos complementares em elaboração.
	PONTOS FRACOS	AMEAÇAS
	Gestão casuística do território durante os anos de maior dinâmica construtiva.	Dinâmica construtiva do eixo Ponta Delgada – Ribeira Grande, sem PMOT adequados à sua programação.
	Inexistência de um documento estratégico e programático para o desenvolvimento e ordenamento territorial do concelho.	Dificuldades de sintonia entre as muitas entidades com actuação no domínio do ordenamento do território quanto aos PMOT em elaboração.
	Insuficientes mecanismos/instrumentos de reabilitação.	
	Inexistência de programação da expansão.	

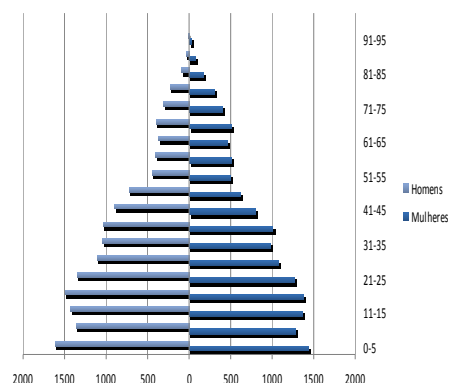
IMPACTO NO PLANO ESTRATÉGICO	Identificar áreas sensíveis e em situação de risco e promover a sua preservação
	Controlar/ reduzir os perímetros urbanos
	Reordenar o território
	Reforçar as centralidades urbanas
	Definir uma estratégia de ordenamento do território dinâmica e priorizada
	Planear e gerir a valorização da orla costeira
	Acompanhar proactivamente a elaboração dos PMOT
	Promover a implementação dos PMOT e demais instrumentos a programação e execução que venham a ser definidos
	Monitorizar o ordenamento do território



2.1.2.4. Demografia, Equipamentos e Habitação

RIBEIRA GRANDE	
DEMOGRAFIA	
CARACTERIZAÇÃO 2009	Segundo maior concelho de São Miguel, com 22,8% da população total
	População com menos de 24 anos (42,9%), mais alta % de São Miguel.
	Um dos 8 concelhos dos Açores com população a crescer entre 91 e 01.
	Quarto concelho que mais cresceu em termos relativos (4,8%). O que lidera o crescimento relativo nos Açores é o concelho de Lagoa com 9,5%.
	Densidade populacional de 169 Hab/km2 (em 2007), representando um aumento de 8,5% em relação a 2001
	Diminuição da taxa de mortalidade, de natalidade e de fecundidade entre 2001 e 2007, respectivamente, -20,7%, -5% e -10,9%.
	Tendência na diminuição do número de casamentos (Taxa de Nupcialidade) em que em 2001 haviam 7.8‰ e em 2007 6.4‰.
	Diminuição do índice de envelhecimento, tendência contrária à que se regista na R.A.A.
	Aumento de 14,3% de pessoas alfabetizadas (ou seja, em 1991 havia 20.393 enquanto que em 2001 eram 23.319 pessoas).
	O nível de instrução predominante em 2001 na Ribeira Grande é o 1º Ciclo e apenas 3,9% de ensino superior.
	O Concelho da Ribeira Grande é o segundo pior da ilha no que respeita à educação de nível superior.
	Apenas 10,3% da população atingiram o nível obrigatório de ensino, sendo igualmente o segundo pior concelho da ilha

Pirâmide Etária da Ribeira Grande, 2001



Fonte: Censos

DADOS DE SUPORTE DA CARACTERIZAÇÃO	Censos 2001: Quadro I 1.4 do anuário 2002,
	Dados de 2007: Quadro II 1.1 do Anuário Estatístico de 2007
	Educação: Dados dos Censos de 2001
	População: Dados dos Censos de 2001

ANÁLISE SWOT 2009	PONTOS FORTES	OPORTUNIDADES
	- População rejuvenescida	- Potencialidade de melhor estruturação empresarial
	- Densidade populacional	- O investimento na rede de formação profissional
	- Taxa de natalidade acima da média da R.A.A.	- População jovem
	PONTOS FRACOS	AMEAÇAS
	- Baixo nível de escolarização	- O quadro cultural adverso à alteração de mentalidades
	- Diminuto nível de formação no ensino superior;	- A falta de dinâmica para a mudança

IMPACTO NO PLANO ESTRATÉGICO	Aproveitar a existência duma população rejuvenescida no quadro do desenvolvimento do concelho
	Promover um nível de escolarização mais elevado
	Dinamizar acções para a mudança (em geral)
	Utilizar as capacidades educativas instaladas na preparação profissional
	Apoiar o pólo local da Universidade Aberta

RIBEIRA GRANDE	
HABITAÇÃO	
CARACTERIZAÇÃO 2009	Entre 2001 e 2007 o concelho da Ribeira Grande registou o maior nº de fogos licenciados pelas autarquias da ilha de S. Miguel
	As licenças emitidas para edifícios de habitação cresceram de 157 em 2001 para 185 em 2007, isto é, mais 18%
	O número de edifícios de habitação familiar clássica aumentou 10,3% em 2007, relativamente a 2001.
	O número de alojamentos familiares clássico aumentou 12,3%, em 2007, relativamente a 2001.
	43% dos edifícios foram construídos entre 1981 e 2001
	40% foram construídos antes de 1960, dos quais 14,9% antes de 1919
	Entre 1980 e 2001 o parque habitacional cresceu 75,4%.
	No concelho da Ribeira Grande, existiam em 2001, 27 alojamentos não clássicos e 12 alojamentos colectivos.
	Em 2001 ainda existiam 10 alojamentos sem electricidade o que representava 25,6%, do total da ilha.
	O estado de conservação é médio;
	As freguesias com prédios mais vetustos são Lomba da Maia, Fenais da Ajuda, Ribeirinha, Porto Formoso e São Brás, em que a média de casas construídas antes de 1946 varia entre 59,3% da Lomba da Maia aos 47,6% de São Brás;
	As freguesias com prédios mais recentes são Santa Bárbara (72%), Pico da Pedra, Conceição, Calhetas e Lomba de São Pedro (55%)
	As freguesias com maior nº de prédios multifamiliares são Rabo de Peixe (13%), Santa Bárbara (13%), Ribeirinha (9,7%) e Porto Formoso (9,4%).
	As freguesias com prédios mais degradados são Lomba de São Pedro com 34,1% das casas que estão muito degradadas ou a necessitar de grande reparações, seguindo-se Lomba da Maia (18,1%) e Porto Formoso (14%).
	Segundo os censos 2001, o tipo de construção mais comum é a habitação com 2 pisos, 55,2% dos alojamentos do Concelho, contra 43,2% com apenas 1 piso.
	A nível de freguesias a que mais predomina construções de apenas 1 piso são Lomba de São Pedro (79,8%), Maia (65,2%) e Fenais da Ajuda (63%). Os alojamentos com mais de 2 pisos têm pouca relevância no concelho apenas 1,63%.
	Em relação à predominância de alojamentos com 2 pisos temos, Pico da Pedra (70,2%), Rabo de Peixe (68,5%), Santa Bárbara (64,4%) e Porto Formoso (60%)
DADOS DE SUPORTE DA CARACTERIZAÇÃO	Em termos de habitação social, existe, sobre alçada da Câmara Municipal da Ribeira Grande, 319 habitações e sobre a alçada da SPRHI, 43 habitações sociais. Contudo ainda existem mais cerca de 160 debaixo da alçada da DR de habitação
	Estão ainda em fase de construção 210 fogos, 177 em Rabo de Peixe e 33 na Matriz e estão em fase de análise do projecto 20 em Fenais da Ajuda e outras 20 na Lomba da Maia
	O estado de conservação é razoável ou bom na maioria das habitações sociais, apenas cerca de 20% em mau estado.
	Anuário Estatístico de 2007
	Censos de 2001
	Empresa Municipal "Ribeira Grande Mais"



ANÁLISE SWOT 2009	PONTOS FORTES	OPORTUNIDADES
	Parque habitacional relativamente jovem	Procura grande de novas habitações
	Elevado número de habitações sociais	Potencialidade de programas de rotação habitacional
		Acessibilidade acrescida a Ponta Delgada
	PONTOS FRACOS	AMEAÇAS
	Existência de alguns bairros sociais degradados	Degradação e abandono dos prédios mais antigos
	Falta de espaços verdes junto das zonas habitacionais	Desertificação humana de parte do C. Histórico da R. Grande
	Freguesias rurais com prédios mais vetustos	Excessiva fixação nos bairros de habitação social.
	Lomba de S. Pedro tem prédios muito degradados	

IMPACTO NO PLANO ESTRATÉGICO	Reabilitar os prédios mais antigos, quer no C. Histórico das localidades quer noutros pontos do concelho
	Revitalizar o Centro Histórico da Ribeira Grande
	Repensar a estratégia de intervenção em habitação social
	Desenvolver o imobiliário nas freguesias mais próximas de Ponta Delgada
	Instalar espaços verdes de uso comum nas zonas habitacionais
	Conjugar o desenvolvimento habitacional com a necessária contenção de perímetros urbanos

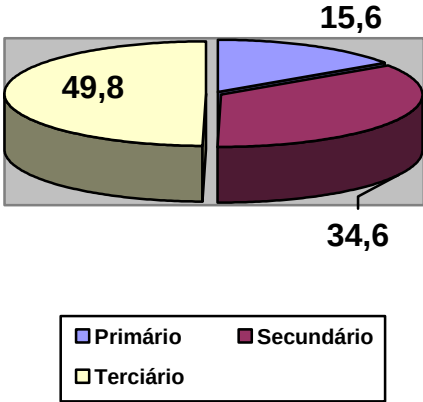
RIBEIRA GRANDE		
EQUIPAMENTOS		
CARACTERIZAÇÃO 2009	Dos 104 equipamentos sociais 28 na cidade, 27 estão em R. Peixe e 13 na Maia. As Calhetas, S. Brás e a Lomba de S. Pedro têm um cada	
	Dos 28 equipamentos de ensino, 8 estão na cidade, 6 em Rabo de Peixe e 3 na Maia. Todas as freguesias têm pelo menos um	
	Os 36 equipamentos desportivos concentram-se na cidade (11) e em Rabo de Peixe e na Maia (4 cada). O Pico da Pedra e Fenais da Ajuda têm 3 cada. Todas têm pelo menos um	
	Os 23 equipamentos culturais concentram-se em 7 freguesias apenas.	
	A cidade tem 9 equipamentos culturais, Rabo de Peixe tem 8, Pico da Pedra tem 2 e a Maia 2. Ribeira Seca e Santa Bárbara têm 1 cada	
	Existem 36 equipamentos religiosos, redistribuídos por todas as freguesias mas com um destaque para a Ribeira Seca com 6	
	Os 7 equipamentos de saúde estão divididos em 7 freguesias revelando ser esta a pior das ofertas concelhias	
	Nos restantes equipamentos mantém-se a tendência de concentração nas três zonas, a cidade com 25, a Maia com 8 e Rabo de Peixe com 8	
	Os serviços de administração pública, regional e local concentram-se na cidade (15 em 19)	
	Em termos gerais as duas freguesias da cidade concentram a maioria dos equipamentos (88), seguidas de Rabo de Peixe com 57 e da Maia com 34.	
	As freguesias com menor número de equipamentos são: as Calhetas (5) a Lomba de S. Pedro (6), e S. Brás com 7	
	A nível de equipamentos de segurança e prevenção há uma esquadra da PSP na freguesia de Conceição e dois postos da PSP em Rabo de Peixe e na Maia, respectivamente. Existem também quartéis de Bombeiros Voluntários na Lomba da Maia e Ribeira Seca, bem como um Serviço de Protecção Civil situado na Ribeira Seca.	
No que concerne a equipamentos de cariz cultural destaca-se o Teatro Ribeira-Grandense, o Museu Municipal, a Biblioteca Municipal, o Arquivo Municipal, Arquivo do Governo Regional e o Museu do Arcano na freguesia da Matriz, o Museu da Emigração na Conceição e o Cine Teatro Mira Mar Rabo de Peixe;		
No que concerne aos equipamentos públicos onde estão sedeados serviços específicos da administração municipal verificamos que estes estão mais concentrados na freguesia de Matriz;		
DADOS DE SUPORTE DA CARACTERIZAÇÃO	Secretaria Regional da Educação	
	Câmara Municipal da Ribeira Grande – Empresa Municipal Ribeira Grande Mais	
	Santa Casa da Misericórdia	

ANÁLISE SWOT 2009	PONTOS FORTES	OPORTUNIDADES
	Boa oferta formativa a nível de ensino profissional	Maior desenvolvimento da Universidade Aberta
	Centro Local de Aprendizagem da Universidade Aberta	Rentabilização da rede de escolas profissionais
		Desenvolver um plano estratégico de equipamentos sociais
		Museu de Arte Contemporânea
	PONTOS FRACOS	AMEAÇAS
	Falta de equipamentos sociais em várias freguesias	Investir em equipamentos sem uso efectivo
	Abandono de alguns equipamentos	A inexistência de contratos-programa de utilização

IMPACTO NO PLANO ESTRATÉGICO	Rejeitar o investimento em equipamentos sem uso efectivo
	Garantir a utilização efectiva dos equipamentos de uso colectivo
	Determinar os equipamentos em falta nas freguesias de menor dinâmica
	Criar equipamentos sociais (infantis e de idosos) e de saúde em localidades deles carenciados
	Rentabilizar a rede de escolas profissionais



2.1.2.5. Actividades Económicas

RIBEIRA GRANDE		Distribuição Estrutura Produtiva
ESTRUTURA PRODUTIVA		
CARACTERIZAÇÃO 2009	Segundo o SREA o concelho da Ribeira Grande tinha 1.585 empresas em 2006.	
	Concentrava um nível superior ao da ilha em micro e grandes empresas	
	A média de pessoal ao serviço era de 4,9 pessoas, bastante mais que a média dos Açores (3,2) ou mesmo do país (3,4)	
	A média de facturação era de 370 mil € (90% da média em S. Miguel e 63% da de P. Delgada), superior à da RAA (52%) e do País (22%)	
	O concelho tinha em percentagem mais microempresas (94%) que Ponta Delgada (91%) e mesmo o resto da ilha (93%)	
	Em 2006 havia 5 empresas (0,32%) com mais de 250 trabalhadores. Na RAA bem como em Portugal essa percentagem é quatro vezes menor.	
	As suas 4 maiores empresas concentravam 42,5% do volume de negócios	
	Entre 1998 e 2007, o concelho da Ribeira Grande aumentou o número de empresas em 57% e o pessoal ao serviço em 99%	
	Cresceu mais de 1% na quota percentual do nº total de empresas (passando de 8,8% para 10,1%) e sobretudo 4% na quota percentual do pessoal ao serviço, que passou de 10,6% para 14,6%.	
	Domínios de actividade com maior impacto no concelho por nível empregador: as indústrias transformadoras, a construção civil, o comércio, as actividades imobiliárias e a pesca	
	As cinco indústrias extractivas têm um elevado número de pessoal ao serviço	
	A população activa no concelho da Ribeira Grande é maioritariamente do terciário, mas está longe de atingir a média da RAA	
	O concelho é sobretudo mais forte no secundário. Assistiu-se na década de 1990 a um forte decréscimo do primário	
	Rabo de Peixe é a freguesia mais dinâmica em especial com forte presença de pequenos patrões e independentes	
	A Matriz e o Pico da Pedra são as freguesias que mais representam o empresariado e que dispõem de boa presença de pequenos patrões	
	As restantes freguesias não têm grande preponderância embora a Lomba da Maia tenha dinâmica rural a Ribeira Seca rural e industrial	

DADOS DE SUPORTE DA CARACTERIZAÇÃO	Anuário estatístico dos Açores 2007
	Observatório do Emprego e Formação Profissional - Estrutura Empresarial 2007
	INE – Censos de 1991 e 2001

ANÁLISE SWOT 2009	PONTOS FORTES	OPORTUNIDADES
	Nº significativo de empresas no concelho	As actividades extractivas
	Média de pessoal ao serviço superior à média na Ilha	Maior especialização da actividade no concelho
	Várias grandes empresas	Expansão de Ponta Delgada
	Grande peso da indústria	
	Crescimento do concelho na hierarquia da RAA	
	PONTOS FRACOS	AMEAÇAS
	Estrutura média relativamente pequena	Decréscimo de mercado
	Volume médio de negócios relativamente baixo	Fecho das empresas de grande dimensão

IMPACTO NO PLANO ESTRATÉGICO	Consolidar a estrutura dos diversos sectores de produção económica concelhia
	Organizar a estrutura produtiva em função da evolução do mercado
	Seleccionar os subsectores produtivos com maior potencialidade para o futuro
	Desenvolver e estruturar a indústria extractiva
	Avaliar o impacto do eventual fecho de empresas de média e grande dimensão no concelho
	Realçar a optimização dos recursos produtivos ao nível da freguesia
	Diminuir a dependência concelhia da evolução da estrutura produtiva de Ponta Delgada

RIBEIRA GRANDE	
AGRICULTURA E PECUÁRIA	
CARACTERIZAÇÃO 2009	Aumento da média de hectares por exploração de 4,4 para 7,02
	Explorações divididas e com pequena dimensão
	Regime de exploração maioritário passou de arrendamento para conta própria
	Produção de prados, pastagens e forragens cobre 92% da terra arável
	Culturas temporárias mais relevantes: batata e hortícolas
	Culturas industriais (tabaco e chá) são predominantes na ilha e concelho
	As plantas ornamentais são também predominantes na ilha e no concelho
	Culturas permanentes pouco significativas
	Citrinos no concelho têm uma cobertura superior à média (mais do dobro de superfície em termos relativos)
	Os citrinos demonstram uma tendência de retracção sistemática
	Os frutos subtropicais cobrem no concelho mais 18% de superfície que a média na RAA
	As explorações no concelho são mais organizadas e tecnicamente mais apetrechadas que no resto da RAA
	A idade média da mão-de-obra agrícola é inferior à da RAA e do País
	Existe uma percentagem de homens não familiares nas explorações concelhias bastante mais elevada que na RAA e País
	Os bovinos para leite atingem 15% do total da RAA, sendo menos expressivos os bovinos para carne
	A Ribeira Grande tinha em 1999 cerca de 30% dos efectivos suínos da RAA



DADOS DE SUPORTE DA CARACTERIZAÇÃO	Recenseamento Agrícola de 1989
	Recenseamento Agrícola de 1999
	Anuário Estatístico dos Açores 2007

ANÁLISE SWOT 2009	PONTOS FORTES	OPORTUNIDADES
	Forte concentração nos prados, pastagens e forragens	Explorações mais organizadas e bem equipadas
	Diversificação em culturas industriais (tabaco e chá)	A idade média do agricultor é mais baixa
	Produção de citrinos (embora em declínio)	Retoma de explorações tradicionais (citrinos, beterraba, flores)
	Produção de frutos subtropicais	Estruturação da produção numa lógica mista (eco-produções e produções ligadas ao turismo)
	Bovinos de leite	
	PONTOS FRACOS	AMEAÇAS
	Pequena dimensão das explorações	Concentração de suinicultura no concelho
	Mercado diminuto	Monocultura da fileira leiteira
		Ocupação de solos agrícolas para outros fins

IMPACTO NO PLANO ESTRATÉGICO	Aumento da dimensão média das explorações
	Organizar a produção de forma a ultrapassar as limitações do mercado
	Diversificar a produção evitando a monocultura da fileira leiteira
	Assegurar a qualidade nas explorações de suinicultura
	Desenvolver produções alternativas numa lógica de fileira transformadora
	Defender a RAR no concelho e delimitar nesta a sua utilização para prados, pastagens e forragens
	Retomar algumas produções tradicionais (beterraba, flores) em moldes lucrativos
	Desenvolver a fileira dos frutos, dos citrinos aos subtropicais
	Avaliar as potencialidades das eco-produções e de produções associadas ao turismo
	Aumentar a organização e o equipamento das explorações, promovendo soluções associativas
	Organizar acções e sistemas de formação, tirando proveito da juventude dos agricultores no concelho

RIBEIRA GRANDE		PESCAS	
CARACTERIZAÇÃO 2009	No concelho da Ribeira Grande apenas existem 3 portos da classe D		
	O porto da Maia carece duma intervenção de desassoreamento		
	O porto de Porto Formoso dispõe de casa de aprestos e está em processo de novo investimento embora com alguma contestação		
	O porto de Rabo de Peixe é o mais importante, tendo sido alvo de obras a partir de 1997, que envolveram mais de 39 milhões de euros		
	Este porto dispõe de travellift, novos acessos, casas de aprestos, redes de abastecimento de água e de energia e combate a incêndios		
	Das 88 embarcações identificadas pela DRP, 82 estão sitiadas no porto de Rabo de Peixe, 4 em Porto Formoso e 2 na Maia		
	A lota de Rabo de Peixe tem capacidade para 38 Ton por dia, possui leilão electrónico e sistema informatizado		
	A pesca envolve mais de 200 pescadores a tempo inteiro e cerca de 1.235 marítimos inscritos. Isto é 24,5% e 28,8% dos registados na RAA		
	O peso da pesca no total de emprego do concelho segundo o Estudo Sócio Económico das Pescas 2003 é de 12,7%, envolvendo contudo uma população jovem (48,5% com menos de 29 anos)		
	O concelho da Ribeira Grande ocupa o primeiro lugar no quadro do total do emprego na fileira e nos restantes rácios de comparação na RAA apenas é ultrapassado pela Madalena		
	São do concelho duas empresas que escoam mais de 40% da pesca na ilha para mercados externos à RAA		
	As espécies mais transaccionadas na lota do Rabo de Peixe são a cavala, o chicharro e a lula. Contudo as lagostas e os cavacos são totalistas em termos percentuais quando comparados com o resto da ilha.		
	No concelho está sedeada uma das maiores empresas conserveiras dos Açores, a Cofaco, que empregava 183 pessoas das quais 155 mulheres.		

DADOS DE SUPORTE DA CARACTERIZAÇÃO	Frota e Portos - dados fornecidos pela Direcção Regional de Pescas
	Empresas – dados do Observatório do Emprego e Formação Profissional - Estrutura Empresarial 2007
	Venda de pescado – dados da Lotação para 2008 para a lota de Rabo de Peixe e para a ilha
	Estudo Sócio Económico das Pescas 2003
	Levantamentos da equipa

ANÁLISE SWOT 2009	PONTOS FORTES	OPORTUNIDADES
	Rabo de Peixe é o segundo maior porto da RAA	Os apoios financeiros para o sector
	Dispõe de frota com dimensão	A possibilidade de associar a pesca desportiva e turística
	População jovem no sector	A adaptação de Rabo de Peixe à náutica
	PONTOS FRACOS	AMEAÇAS
	Maia sem actividade e Porto Formoso residual	Os assoreamentos na Maia
	Exiguidade do mercado de fresco	A falta duma estratégia de fileira no sector
	Condições de segurança do porto de Rabo de Peixe	

IMPACTO NO PLANO ESTRATÉGICO	Estudar a estratégia do sector numa lógica de fileira estruturada
	Potenciar alternativas à exiguidade do mercado de fresco
	Determinar as finalidades fundamentais e as alterações necessárias dos portos de pesca no concelho
	Proceder a investimentos nos portos apenas em função da sua sustentabilidade
	Consolidar as condições de segurança no porto de Rabo de Peixe
	Continuar o esforço de modernização da frota de Rabo de Peixe
	Diversificar o sector alargando-o à pesca desportiva e turística
	Dinamizar a população jovem do sector, por via da formação adequada e de soluções associativas ou cooperativas

RIBEIRA GRANDE	
INDÚSTRIA, ELECTRICIDADE E CONSTRUÇÃO CIVIL	
CARACTERIZAÇÃO 2009	Em 2006, segundo o SREA havia 123 empresas sedeadas na Ribeira Grande, embora em 2004 houvesse mais 23.
	As actividades com maior número de empresas são as alimentares (31), os produtos minerais não metálicos (27) e a madeira (21)
	A indústria transformadora (IT) do concelho é 20% da que existia na ilha.
	A concentração da IT dá-se nas alimentares (23%), nos artigos de borracha (55%) e na fabricação de equipamento eléctrico e óptica (44%)
	Segundo o Observatório do Emprego as indústrias transformadoras na Ribeira Grande têm em média 32 pessoas ao serviço
	As indústrias alimentares têm em média 68 pessoas, havendo uma com mais de 360 pessoas e outra com mais de 600
	O sector dos produtos minerais não metálicos têm em média apenas 28 pessoas mas 4 delas têm mais de 250.
	Só 28% das empresas facturam mais de 500 mil euros, das quais 8% (4 empresas) mais de 5 milhões
	Rabo de Peixe é a freguesia mais industrializada do concelho e a que dispõe da maior leque de ramos. Das 44 empresas, 18 são de construção civil, 6 de produtos à base de carne ou peixe e 5 à panificação e pastelaria
	Conceição é a segunda maior freguesia industrial, com 24 empresas das quais 4 na construção civil e 4 nos produtos com carne e peixe, 3 à panificação e 2 nos licores. A actividade doceira e de pastelaria é relevante
	A Matriz dispõe de 15 empresas, 3 na construção civil e 2 nas aguardentes. É relevante a indústria leiteira e a transformação de frutos
	A freguesia do Pico da Pedra tem algum peso (11 empresas) mas apenas na construção civil. A Ribeira Seca e a Ribeirinha (6 empresas cada) têm impacto na construção civil e no leite e derivados
	As freguesias menos industriais são a Lomba de S. Pedro (0 empresas) e Fenais da Luz, Maia e Porto Formoso (1 empresa)
	A indústria extractiva concentra-se nos inertes e rochas ornamentais, estando identificadas 5 empresas e 449 pessoas ao serviço. Destas uma só empresa tem mais de 260 pessoas e 4 delas facturam mais de 1 milhão de euros
	Os consumidores de electricidade industrial no concelho são 30% acima da média geral. O concelho dispõe da única exploração eléctrica de geotermia da RAA que alimenta 39% da ilha de S. Miguel
	A construção civil, embora em abrandamento, é uma actividade no concelho acima da média da ilha, quer em termos de volume de negócios quer em empresas de média dimensão (4 com mais de 50 trabalhadores e 4 com mais de 100)



DADOS DE SUPORTE DA CARACTERIZAÇÃO	Anuário estatístico dos Açores, 2001, 2004 e 2007
	Cadastro Industrial da Ribeira Grande
	Observatório do Emprego e Formação Profissional - Estrutura Empresarial 2007
	SREA - Licenças Camarárias para Construção Nova

ANÁLISE SWOT 2009	PONTOS FORTES	OPORTUNIDADES
	Forte sector extractivo	Possibilidade de intensificar indústrias agro-alimentares
	Indústria transformadora alimentar e dos produtos mine-rais não metálicos com pujança	Interligação da produção com o mercado turístico
	Construção civil com empresas de média dimensão	Mão-de-obra disponível e jovem
	Produção de geotermia	
	PONTOS FRACOS	AMEAÇAS
	Nível global de facturação reduzido	Encerramento de empresas de média e grande dimensão empre-gadora
	Estrutura produtiva muito desequilibrada (muitas micro empresas)	Dispersão da produção industrial fora de ALEs
	Baixo nível médio de formação do operariado	Falta de formação profissional

IMPACTO NO PLANO ESTRATÉGICO	Seleccionar os subsectores produtivos com maior potencialidade para o futuro
	Interligar a produção mais artesanal ou de produtos exclusivos com a fileira do turismo
	Desenvolver e estruturar a indústria extractiva
	Avaliar o impacto do eventual fecho de empresas de média e grande dimensão no concelho
	Reforçar a indústria transformadora alimentar, diversificando a fileira do leite
	Reestruturar o sector da transformação de produtos minerais ligados à construção civil
	Aumentar a competitividade das empresas por via do seu redimensionamento
	Projectar a potencialidade do mercado da construção civil no concelho
	Assentar a produção de geotermia no concelho num acordo de comparticipação entre o concessionário e a autarquia
	Proceder a acções de formação para qualificação dos trabalhadores na indústria
	Criar Áreas de Localização de Empresas para o concelho
	Incentivar a criação e fixação de empresas transformadoras nas ALE

RIBEIRA GRANDE		COMÉRCIO	
CARACTERIZAÇÃO 2009	A média de pessoas ao serviço nas 940 empresas comerciais do concelho da Ribeira Grande era de 6,3, quando em S. Miguel era de 9,6.		
	O comércio no concelho apenas emprega 11,5% dos trabalhadores do sector na ilha de S. Miguel.		
	O concelho é sobretudo retalhista e menos grossista.		
	Contudo existem actividades grossistas em que a Ribeira Grande é especializada tais como o pescado e veículos automóveis.		
	No comércio internacional, o concelho tem a primazia em toda a RAA, com mais de 55% de saídas totais e 60% das entradas.		
	No retalhista o sector automóvel demonstra contudo uma robustez maior que a média na ilha.		
	Facturam mais de 500 mil euros 31% das empresas; quase 30 delas mais de 1 milhão e 6 mais de cinco milhões de euros.		
	O cadastro comercial identificou 336 estabelecimentos, dos quais 65 (19,3%) são grossistas.		
	As freguesias mais grossistas são Rabo de Peixe (21 estabelecimentos); Ribeira Seca (6), Pico da Pedra (4) e Ribeirinha (3)		
	A Matriz está mais especializada no comércio por grosso: em agentes (2 em 3) nos bens não alimentares (3 em 5) e nos combustíveis (4 em 12). No retalho em equipamento de TIC (17 em 28) e nos outros produtos (34 em 66)		
	Rabo de Peixe está mais especializada no comércio por grosso de alimentares bebidas e tabacos (11 em 18) e combustíveis (4 em 12). No retalho em outros produtos (18 em 66)		
	A Ribeira Seca especializou-se no comércio por grosso de outras máquinas, equipamentos e suas partes (1 em 2) e no retalho no comércio a retalho de combustíveis (2 em 6).		
	A freguesia do Pico da Pedra está mais especializada no comércio por grosso de combustíveis (2 em 12). No retalho em produtos alimentares (4 em 44) e em outro equipamento para uso doméstico (4 em 51)		
	A Ribeirinha congrega a totalidade dos seus estabelecimentos por grosso no Comércio, manutenção e reparação, de veículos automóveis e motociclos (3 em 22) e no comércio a retalho não evidencia especialização		

DADOS DE SUPORTE DA CARACTERIZAÇÃO	Observatório do Emprego e Formação Profissional - Estrutura Empresarial 2007
	Anuário estatístico dos Açores, 2001, 2004 e 2007
	Cadastro Comercial fornecido pela CMRG

ANÁLISE SWOT 2009	PONTOS FORTES	OPORTUNIDADES
	Actividade grossista com pujança e especialização	Crescimento do sector grossista por via do incremento industrial
	Sector automóvel tem dinâmica superior	Especialização em comercialização de produtos artesanais
	Facturação acima da média para a ilha	
	PONTOS FRACOS	AMEAÇAS
	Estabelecimentos com dimensão média inferior à da ilha	Proximidade de Ponta Delgada
	Fraca especialização numa parte significativa dos estabelecimentos	

IMPACTO NO PLANO ESTRATÉGICO	Fomentar a especialização dos estabelecimentos mais generalistas
	Reforçar o sector grossista acompanhando a evolução da indústria transformadora
	Especializar parte do sector na comercialização de produtos artesanais, em associação com a fileira turística
	Procurar uma estratégia de crescimento complementar da de Ponta Delgada

RIBEIRA GRANDE		
TURISMO		
CARACTERIZAÇÃO 2009	O concelho da Ribeira Grande não tem actividade turística relevante	
	No que respeita ao alojamento dispõe de 92 camas hoteleiras e 71 camas em TER	
	As camas hoteleiras localizam-se todas na cidade e têm qualificação inferior	
	Mais de 50% do TER está na freguesia de Rabo de Peixe e 40% na Maia e a Lomba da Maia estas com boas instalações	
	Segundo o Observatório do Emprego havia 49 empresas de alojamento e restauração no concelho, com média de 4 pessoas ao serviço	
	Neste sector apenas 2 empresas facturavam mais de 500 mil euros, mas nenhuma ultrapassava o milhão	
	O concelho dispõe de um dos dois Campos de Golfe em actividade na Ilha.	
	Existem duas sucursais de agências de viagem na Ribeira Grande e uma de rent-a-car	
	Não existem empresas de animação turística sedeadas no concelho	
	A restauração existente é escassa em oferta, na dimensão do estabelecimento e não está vocacionada para o turista	
	Existe uma deficiente preparação profissional dos trabalhadores deste sector	
	Os recursos turísticos no concelho são vastos, salientando-se os ambientais nomeadamente os termais e energéticos, patrimoniais (naturais e construídos), os produtos artesanais e gastronómicos	
	Os equipamentos turísticos existentes são escassos e os miradouros mal equipados e alguns mal localizados.	

DADOS DE SUPORTE DA CARACTERIZAÇÃO	Observatório do Emprego e Formação Profissional - Estrutura Empresarial 2007
	Direcção Regional de Turismo dos Açores
	Levantamento da Equipa
	POTRAA – Plano de Ordenamento Turístico da Região Autónoma dos Açores

ANÁLISE SWOT 2009	PONTOS FORTES	OPORTUNIDADES
	Zona nascente do concelho com potencial	Frente Mar: Maia – Lomba da Maia – Porto Formoso
	Campo de Golfe da Batalha	Frente Mar da cidade e passeio marítimo
	Património natural	Lagoas e caldeiras
		Zona Florestada do concelho
	PONTOS FRACOS	AMEAÇAS
	Fraca oferta de alojamento	Massificação do turismo na ilha
	Fraca oferta de restauração	Concentração da oferta em Ponta Delgada
	Inexistente empresas de animação	
	Deficiente formação profissional	

IMPACTO NO PLANO ESTRATÉGICO	Definir uma estratégia de desenvolvimento turístico assente na potenciação dos seus recursos concelhios
	Delimitar territorialmente as zonas com maior potencialidade e vocação turísticas
	Atrair ao concelho parte significativa dos turistas alojados em Ponta Delgada
	Crescer na oferta de alojamento diferenciado do existente em Ponta Delgada
	Orientar a oferta concelhia sobretudo para os segmentos de animação e restauração
	Valorizar os equipamentos de animação já existentes
	Proceder à concretização do Passeio Atlântico numa acentuada vocação de atracção à cidade
	Proceder a uma intensa campanha de formação profissional abrangendo os diversos campos de actividade turística a desenvolver
	Combater toda a estratégia de massificação do turismo no concelho e na ilha

RIBEIRA GRANDE		
SERVIÇOS		
CARACTERIZAÇÃO 2009	Os transportes na Ribeira Grande são um sector de pequena dimensão pois envolvem 10 empresas (apenas 9% das existentes em S. Miguel)	
	Na ilha a média de pessoas ao serviço neste sector era de 18 pessoas enquanto no concelho atinge apenas 4 pessoas	
	No que respeita a venda de veículos o concelho confirma o seu pendor agrícola e industrial pois concentra pesados de mercadorias e tractores	
	No que respeita ao sector de comunicação, o município revela um atraso evidente se comparado com Ponta Delgada, nos acessos digitais	
	Os acessos telefónicos analógicos revelam ainda o atraso da Ribeira Grande, que tem menos 3% que a média, tendo Ponta Delgada mais 7%	
	No que respeita às actividades financeiras o concelho está muito dependente de Ponta Delgada. Apenas dispõe duma empresa de seguros	
	A utilização das ATM para pagamentos e compras revelam um índice inferior para o concelho que a média da ilha.	
	O concelho da Ribeira Grande apenas revela melhores indicadores nos serviços às empresas,	
	As empresas neste grupo têm em média 15 pessoas ao serviço, o que é o dobro da média que se regista para a ilha	
	Os outros serviços prestados às empresas são neste quadro o segmento mais importante, pois dispõem de duas empresas de grande dimensão, uma com 77 pessoas e outra com 339	
No entanto a grande maioria das empresas têm volume de negócios limitado, apenas tendo 7 (em 38) facturação superior a 500 mil euros.		

DADOS DE SUPORTE DA CARACTERIZAÇÃO	Observatório do Emprego e Formação Profissional – Estrutura Empresarial 2007
	Anuário Estatístico dos Açores 2007

ANÁLISE SWOT 2009	PONTOS FORTES	OPORTUNIDADES
	Serviços a empresas em trabalhos gráficos	Alargamento do mercado por intermédio da SCUT
	PONTOS FRACOS	AMEAÇAS
	Fraca estrutura produtiva	Forte concorrência de Ponta Delgada
	Mercado limitado	
	Infra-estruturas de comunicação insuficientes	

IMPACTO NO PLANO ESTRATÉGICO	Reforçar a oferta de serviços às empresas
	Alargar o mercado potencial por utilização da SCUT
	Reforçar as infra-estruturas de telecomunicações
	Incentivar a criação de iniciativas locais de emprego nos serviços
	Avaliar com Ponta Delgada a extensão potencial do sistema de transportes urbanos a parte do concelho



2.1.2.6. Actividades Sociais, Culturais e Desportivas

RIBEIRA GRANDE	
ACTIVIDADES SOCIAIS	
CARACTERIZAÇÃO 2009	A maioria dos equipamentos sociais destinam-se ao sector infantil e juvenil
	A cobertura concelhia em Jardins-de-infância é bastante boa
	As nove creches são insuficientes para a procura, mas localizam-se nas áreas de maior pressão urbana
	Os ATL e CAO são também insuficientes embora com menos expressão que as creches
	A freguesia de Rabo de Peixe (21), a cidade (15) e a Maia (4) são as freguesias com maior número de equipamentos infantis
	De referir que existem dois lares para crianças ambos na Maia
	No apoio ao idoso existem treze centros de convívio, três centros de dia, dois lares de idosos e três apoios ao domicílio.
	A cidade detém 5 dos equipamentos de idosos, a Maia e o Pico da Pedra 3 e a Lomba da Maia 2
	Os centros de convívio distribuem-se por todas as freguesias excepto Rabo de Peixe (que tem um centro de dia) e Lomba da S. Pedro. A Lomba da Maia tem dois centros de convívio
	Existe ainda uma Associação dedicada a casos problemáticos de violência doméstica, toxicodependência e outros, que tem sede na freguesia do Rabo de Peixe
	As instituições mais activas no apoio no concelho são a Santa Casa da Misericórdia da Ribeira Grande e da Maia, a primeira actuando na zona poente do concelho e a segunda a nascente
	Ambas têm grande intervenção no sector da infância e juventude e nos idosos, sendo neste último caso, responsáveis por uma grande parte dos equipamentos e actividades.
	As Casas do Povo são também instituições com grande intervenção no sector, estando dispersas por grande parte das freguesias
	O Município é actualmente uma das entidades de referência neste domínio, com iniciativas como o Cartão Municipal do Idoso e o Plano Municipal de Prevenção às Toxicodependências
	Por último referir a existência de dois corpos de escuteiros na Ribeira Grande.



DADOS DE SUPORTE DA CARACTERIZAÇÃO	Informação Municipal
	Informação das Santas Casas da Misericórdia
	Levantamento de Equipamentos da Equipa do Plano Estratégico

ANÁLISE SWOT 2009	PONTOS FORTES	OPORTUNIDADES
	Dinâmica das entidades locais do sector	Concentração de esforços em Rabo de Peixe por via da EFTA
		Criatividade municipal em novas iniciativas
	PONTOS FRACOS	AMEAÇAS
	Falta de cobertura de creches	O alastramento da toxicodependência
	Falta de cobertura de lares de idosos	Estratificação excessiva da população
	Falta de equipamentos inter-geracionais	

IMPACTO NO PLANO ESTRATÉGICO	Reforçar a cobertura concelhia de equipamentos infantis
	Reforçar a cobertura concelhia de equipamentos para a terceira idade
	Incentivar a criação de equipamentos inter-geracionais
	Transformar a intervenção em Rabo de Peixe num modelo demonstrativo
	Combater os problemas de toxicodependência e de alcoolismo
	Apoiar as dinâmicas dos agentes e entidades com intervenção no sector
	Elaborar um programa estratégico de desenvolvimento social no concelho, com a participação activa das entidades e agentes mais importantes

RIBEIRA GRANDE		
ACTIVIDADES CULTURAIS		
CARACTERIZAÇÃO 2009	Os equipamentos culturais de maior importância no concelho são o Teatro Ribeiragrandense, o Cine-Teatro de Rabo de Peixe e os 3 museus	
	Existem ainda oito filarmónicas, das quais duas em Rabo de Peixe	
	As Casas de Povo também desenvolvem actividades culturais, tendo três dos quatro grupos folclóricos activos	
	Os salões e centros paroquias, bem como os clubes não desportivos abrangem cinco equipamentos	
	Das cinco associações culturais duas estão sedeadas no Teatro	
	O Teatro com o Centro Cultural anexo é sem dúvida o espaço cultural por excelência no concelho, onde passa cinema, teatro, festivais e música	
	Nele têm vindo a ser promovidas conferências, congressos, dança, tertúlias literárias, gravações televisivas e formação profissional	
	Existem dois grupos de teatro com forte actividade: o Grupo Amphitheatrum e a Associação Cultural Pontilha	
	O Museu, com intuito de se afirmar como Museus de Comunidade ou de Identidade, está instalado no Solar de S. Vicente Ferreira e tem exposições de arqueologia, arte sacra, azulejaria e ofícios tradicionais em permanência	
	O Arcano Místico de Madre Margarida do Apocalipse, conjunto escultórico, foi recentemente classificado como tesouro regional	
	O museu de Emigração Açoriana instalado no antigo Barracão do Peixe e o Museu do Tabaco na Maia complementam a oferta museológica do concelho, que aguarda contudo a criação do Centro de Expressões de Arte Contemporânea	
	O artesanato no concelho é muito vasto e de grande procura. Ocupa cerca de cem artesãos em trabalhos de renda, escamas de peixe, bordados, modelação, entre muitas outras	
	As festividades e actividades similares são muitas e esparsas no tempo. São exemplos os Cantares às Estrelas, o Ciclo do Espírito Santo, as Cavalhadas e as Comédias de S. Pedro, as Alâmpadas, as festas da Cidade e do Natal	
	A criação da Feira Quinhentista e da agenda cultural PrimArte demonstram a forte criatividade cultural no concelho	
	Dentro em breve a instalação da Comissão Coordenadora Regional dos Arquivos dos Açores proporcionará um estímulo adicional à prática já muito desenvolvida pela Biblioteca Pública	

DADOS DE SUPORTE DA CARACTERIZAÇÃO	Informação Municipal
	Levantamento de Equipamentos da Equipa do Plano Estratégico
	Página do Município da Ribeira Grande na Internet

ANÁLISE SWOT 2009	PONTOS FORTES	OPORTUNIDADES
	Actividades filarmónicas e folclóricas	Valorização das associações culturais activas
	Actividades associativas culturais	Adaptação física do Museu
	Elevada variedade de festividades	Instalação do Centro de Expressões de Arte Contemporânea
		Aproveitamento turístico das festividades e artesanato
	PONTOS FRACOS	AMEAÇAS
	Excessiva concentração na cidade e em Rabo de Peixe	Isolamento das freguesias menos activas culturalmente

IMPACTO NO PLANO ESTRATÉGICO	Reforçar a oferta de equipamentos culturais
	Reabilitar imóveis de elevada qualidade para equipamentos culturais
	Avaliar o aproveitamento turístico das actividades culturais (festividades e artesanato)
	Apoiar as associações culturais activas por via de contratos-programa
	Promover as entidades mais interventoras na música e dança
	Criar um programa de descentralização das actividades intra-concelhias
	Evitar o crescente isolamento cultural das freguesias rurais menos activas

RIBEIRA GRANDE	
ACTIVIDADES DESPORTIVAS	
CARACTERIZAÇÃO 2009	No concelho da Ribeira Grande uma parte significativa dos equipamentos destinam-se ao futebol
	Existem quatro gimnodesportivos, na cidade, na Maia e em Rabo de Peixe
	Há três equipamentos para skate e a patinagem, um nas Calhetas, outro na Lomba da Maia e o terceiro na Ribeira Seca
	O campo de Golfe da Batalha ocupa parte da freguesia das Calhetas
	O Clube Naval instalado no porto de Rabo de Peixe
	O Clube de Tiro na freguesia de Rabo de Peixe
	Existe ainda um kartódromo em Pico de Pedra que está encerrado ou tem funcionamento irregular
	Na Lomba da Maia está quase concluída a obra dum novo polidesportivo
	O futebol congrega mais de 600 praticantes na modalidade de onze e cerca de 90 na de futsal
	Os clubes desta modalidade ainda activos são o Sporting Clube Ideal, o Clube Desportivo de Rabo de Peixe, o Maia Clube dos Açores e o Vitória Futebol Clube na freguesia de Pico da Pedra
	O futsal é também uma modalidade com grande prática no concelho
	O voleibol é sobretudo praticado na freguesia da Maia desde os anos 30. As freguesias de Fenais da Ajuda e Porto Formoso são também pólos de prática do voleibol, que se expandiu para um sector feminino e de minivoleibol
	Actividades com perspectivas: judo; hóquei em patins; parapente; surf; actividades náuticas e automobilismo
	O pedestrianismo é também uma actividade com grandes potencialidades no concelho
	Existiu ainda uma actividade no concelho, o croquet, cuja prática é fora do vulgar, mas que desapareceu

DADOS DE SUPORTE DA CARACTERIZAÇÃO	Informação da Câmara Municipal
	Levantamento de Equipamentos da Equipa

ANÁLISE SWOT 2009	PONTOS FORTES	OPORTUNIDADES
	Forte propensão para a prática do futebol	Procura acentuada de desportos radicais
	Potencialidades em desportos radicais	Inserção em campeonatos de nível superior
	Equipamentos pouco usuais (golfe; kartódromo; tiro)	Desenvolvimento do pedestrianismo
	PONTOS FRACOS	AMEAÇAS
	Cobertura irregular do concelho em alguns equipamentos	Falta de mercado para manter equipamentos especializados

IMPACTO NO PLANO ESTRATÉGICO	Proceder ao aprofundamento e concretização das propostas da carta do desporto do concelho da Ribeira Grande
	Manter, conservar e reabilitar apenas os equipamentos cuja utilização seja efectivamente comprovada
	Potenciar o desenvolvimento de desportos radicais (surf, parapente, etc.)
	Incentivar a prática de desportos com impacto turístico (golfe, karting, náutica e tiro)
	Motivar a prática desportiva (incluindo os desportos radicais e menos comuns)
	Apoiar extensivamente o pedestrianismo
	Revitalizar actividades em desuso como por exemplo o croquet

2.2. Tendências Pesadas

Neste capítulo serão focadas as tendências pesadas com maior relevância para o Plano Estratégico da Ribeira Grande.

Numa frase sintética, as tendências pesadas são aquilo que acreditamos saber sobre o futuro. Dito de outra forma, são uma série de factos com uma finalidade comum, que afectam fortemente o sistema aos quais se aplicam. Ou ainda, são movimentos observáveis que afectam um fenómeno de tal forma que a sua evolução através do tempo pode ser determinada com forte precisão.

As tendências pesadas num momento em que a globalização acelera e que o ritmo de estabilidade dos factores é cada vez menor, podem deixar de o ser num prazo relativamente curto. Pelo que a selecção das tendências pesadas aplicáveis ao PE da Ribeira Grande deve ser efectuada tendo em conta que o seu efeito garantido é pelo menos igual ou superior ao seu prazo de vigência, isto é, de dez anos.

Nestes pressupostos, as tendências pesadas com maior impacto no espaço concelhio, no parecer da equipa, são as que se apresentam de seguida. De notar que elas foram organizadas em três grandes grupos, nomeadamente as que se prendem com a Região Autónoma dos Açores no Quadro Internacional, as que respeitam especificamente à Ilha de S. Miguel no Quadro Regional e ainda as que resultam da Ribeira Grande no Quadro da Ilha.

2.2.1. A RAA no Quadro Internacional

Neste grande grupo consideraram-se como tendências pesadas o carácter ultraperiférico dos Açores, o papel que a diáspora açoriana pode ter no alargamento do quadro relacional da RAA, a excessiva dependência do exterior que o arquipélago sofre e ainda a imagem externa que ele imprime.

1. Região ultraperiférica

O arquipélago dos Açores tem uma localização estratégica, no meio do Atlântico Norte, entre a Europa e a América. Esta localização proporcionou-lhe ao longo de vários séculos uma vantagem de posicionamento, um espaço importante no quadro dos transportes e comunicações entre os dois continentes. Com o evoluir dos meios de transporte e comunicações, a importância logística dos Açores foi decrescendo, assistindo-se ao seu progressivo isolamento.

No plano da afirmação atlântica de Portugal, o papel dos Açores ultrapassa em muito o tradicional impacto da Base das Lajes na Terceira, ou mesmo mais recentemente a sua inserção na União Europeia. A intervenção activa dos Açores na mobilização da sua diáspora com os Estados Unidos da América (EUA) e com o Canadá tem contribuído para o fortalecimento do relacionamento entre a União Europeia e a América do Norte. Por outro lado o estreitamento de relações de cooperação e intercâmbio económico e cultural no âmbito da Macaronésia alarga as perspectivas de mercados e assume um espaço possível de afirmação e de representação da Região Autónoma dos Açores (RAA).

A grande distância face aos continentes americano e europeu, a excentricidade em relação ao resto do país continental, a ausência de mercados de proximidade e o peso acrescido por ser um arquipélago composto por nove ilhas, exige da RAA um esforço de investimento acrescido, público e privado, para o funcionamento dos sistemas económico e social. Simultaneamente o processo de globalização e de privatização do mercado interno europeu tende a concentrar a dinâmica nos países geograficamente mais centrais e economicamente mais poderosos, pelo que penaliza as pequenas regiões periféricas, contribuindo para que nelas se mantenham níveis elevados de imperfeição e artificialidade dos respectivos mercados. Exemplo disso são os custos acrescidos de entrada em mercados externos, ou a dificuldade em produzir quantidades elevadas, por falta de abastecimento, logística e mercado de escoamento.

Reconhecendo esta situação, a União Europeia tem vindo a valorizar cada vez mais o estatuto de Região Ultra Periférica (RUP), de que a RAA beneficia, o que implica a atribuição dum apoio financeiro acrescido, bem como a criação de programas e acções destinados especificamente ao conjunto ou a parte das regiões europeias com as mesmas características. A maioria destas, por seu turno procuram valorizar a cooperação entre as RUP existentes na União Europeia, uma vez que isso cria novas oportunidades que combatem a fragmentação territorial e a ultra periferidade, estimulando o crescimento e a diversificação das acessibilidades intra e extra regionais.

Neste quadro é imperativo apresentar a RAA, como aliás o assume o Plano Regional de Ordenamento do Território dos Açores (PROTA), como um activo específico da valorização do potencial de biodiversidade do espaço europeu, o que passa pela valorização crescente do papel do sistema científico e tecnológico regional. No quadro da biodiversidade a inserção geo-estratégica dos Açores passa sobretudo pela sua importância no espaço marítimo da União Europeia. O que se traduz na fileira do mar, aposta em que a RAA se deve assumir como parceiro incontornável na dinamização de qualquer projecto, nacional ou europeu, orientado para tais objectivos.

2. Diáspora e alargamento do quadro relacional

A História recente da Região Autónoma dos Açores tem uma ligação fortíssima com o processo da emigração de milhares de açorianos para diferentes partes do mundo.

A nível internacional a RAA beneficia dum quadro relacional especial que resultou dum processo de emigração desde o século XIX e sobretudo nos anos posteriores à segunda guerra mundial, cujo fluxo apenas diminuiu ou estancou após o período de instalação da autonomia regional. Para além dos EUA e do Canadá, verificaram-se (e ainda se verificam) emigrações para países como o Brasil, as Bermudas, o Havai e o Uruguai. Nalguns destes, como por exemplo o Havai, decaiu o uso do português uma vez que os emigrantes se integraram na sociedade de acolhimento. Mas a existência de laços familiares, culturais, institucionais e económicos com a diáspora e os respectivos países de acolhimento continua a ser muito forte.

As raízes açorianas que caracterizam a sociedade brasileira, especialmente nos estados do Sul, em cuja colonização os açorianos foram pioneiros no séc. XVIII, e nas duas grandes metrópoles, que ainda contam

com emigrantes de primeira geração, despertaram o interesse junto de cerca de mil pessoas residentes em Porto Alegre, no Rio Grande do Sul, Florianópolis, em Santa Catarina, e Rio de Janeiro.

Embora exista uma grande distância em relação aos espaços de fixação da diáspora, a tendência de reforço das ligações com as comunidades emigradas e com os países de acolhimento é constante. De referir que a imagem dos açorianos nestes países é, na generalidade, muito boa, o que contribui com dois vectores fundamentais para o futuro do arquipélago: a diversificação e crescimento do turismo e, no seguimento das visitas efectuadas, as potenciais mobilizações de meios financeiros para investimento na RAA. Por isso mesmo, entre outras razões, é de louvar a criação do Museu da Emigração Açoriana, instalado no Mercado do Peixe na Ribeira Grande, o qual é muito apreciado pelos turistas e sobretudo pelos próprios emigrantes que não raro vêm acompanhados por turistas originários dos países da diáspora.

Face à partida de açorianos para outras latitudes, o arquipélago tem hoje o que podemos chamar a décima ilha constituída por emigrantes açorianos e seus descendentes, que vivem e assumem a açorianidade de forma intensa e particularmente emotiva.

Por isso vale a pena apostar, ainda de forma mais enérgica, no trabalho junto das comunidades açorianas, construindo e reforçando pontes e tentando usar todos os meios possíveis para aproveitar as potencialidades que essa décima ilha pode representar no processo de desenvolvimento da Região, mas também na afirmação da identidade açoriana no mundo.

Hoje em dia os Açores deixaram de ser uma região de partida, o que significa que as pessoas vivem inquestionavelmente muito melhor na Região, colocando de lado a hipótese de concretizarem um projecto migratório de forma desesperada, como a única forma de garantir, em alguns casos, a sobrevivência do próprio e da sua família.

3. Excessiva dependência da Região face ao exterior

A Região dos Açores é caracterizada como região ultraperiférica. Este facto normalmente é sinónimo de região dependente, embora possa não o ser em demasia. Por exemplo, do ponto de vista geopolítico, os Açores têm desde sempre uma importância permanente para a Europa, e mais recentemente para a NATO, no eixo Atlântico Norte-Sul, dominando a zona intermédia e revelando-se indispensáveis como lugar de passagem entre as duas partes do Oceano. Contudo, a evolução socio-económica da Região e de cada uma das suas ilhas não reflecte a sua importância estratégica (com excepção da base das Lages), sendo marcada por um forte isolamento e uma acentuada dependência quer das condições ambientais, e da maior ou menor proximidade às ilhas maiores, quer do exterior. A história recente da Região, e de cada ilha, revela que os Açores tiveram numa primeira fase (anos 40 a 74 do século XX) um sistema de produção regionalizado assente numa agricultura tradicional, de base camponesa, pouco inserida no mercado a montante e a jusante, com fraca especialização, onde o peso dos sectores secundário e terciário era praticamente nulo, fenómeno só recentemente contrariado. Numa segunda fase, o sistema assentou na forte especialização agro-pecuária, com as indústrias de lacticínios e a Administração regional

a ter um papel significativo, este último decorrente da dinâmica gerada pela autonomia regional a partir de 1976. Contudo, salienta-se ainda a ocorrência neste período do declínio demográfico nas décadas de 60 e 70, devido à emigração para os EUA e a necessidade de importar quase toda energia primária de que necessitou (a contribuição dos combustíveis fósseis para o abastecimento resulta em cerca de 96%). Esta situação traduz a forte importância que tem a energia no contexto do Arquipélago, nomeadamente em termos de dependência do exterior, tendo reflexos significativos na economia regional. Estes factores, entre outros como seja o valor simbólico e material da terra para os insulares, o nível baixo de formação/especialização profissional da maioria da população açoriana e a ausência de combustíveis fósseis endógenos, resultaram numa manutenção de uma forte dependência do exterior.

Recentemente, e após a instalação da autonomia, assistiu-se a um crescimento significativo da economia regional, como resultado duma combinação de esforços, sendo contudo evidente a predominância do sector público sobre o privado. A actuação do governo regional nos seus domínios próprios mas também na participação e dinamização do tecido empresarial assenta em meios financeiros externos, nomeadamente da União Europeia e ainda, em grande parte, do Orçamento do Estado Português.

Embora esta importação de meios seja reconhecida pelos vários actores, a verdade é que a tendência até ao momento não é no sentido de inverter ou sequer esbater esta dependência. Assim, será provável que no período de concretização do Plano Estratégico, continue a existir uma excessiva dependência da RAA face à União Europeia e ao Estado Português.

A inversão deste rumo, e consequente obtenção de uma maior autonomia financeira, passa obviamente pelo envolvimento na fase de planeamento das acções das gerações mais jovens, com maior propensão para investir, mas também pela criação de mecanismos de financiamento adaptados à realidade das tipologias de desenvolvimento regional e pela atracção de investidores externos, que contribuam para a alteração de mentalidades e instalem uma nova cultura empresarial. Neste contexto, de acordo com o Plano Regional de Ordenamento do Território dos Açores é premente a consolidação de um modelo de política regional para o território susceptível de colocar a RAA num lugar de relevo na Europa das Regiões, dinamizando a emergência sustentada de iniciativa, combinando-a virtuosamente com níveis de intervenção pública compatíveis com as necessidades de discriminação positiva do território. A integração desta orientação no Plano estratégico é fundamental para o aprofundamento da autonomia açoriana.

A promoção de novos produtos e o posicionamento em novos mercados permitirá a redução da dependência externa. Exemplos positivos desta linha de orientação são as apostas em investimentos em energias alternativas e renováveis, em resultado da Directiva 2001/77/CE do Parlamento Europeu e do Conselho, de 27 de Setembro de 2001, relativa à promoção da electricidade produzida a partir de fontes renováveis de energia, que poderá contribuir para diminuir a dependência do exterior em combustíveis fósseis e reforçar a aposta da RAA na eficiência energética, fornecendo um factor diferenciador. Exemplos de valor acrescentado para a afirmação económica da região consistem no incremento da exploração dos recursos

geotérmicos nas Ilhas do Triângulo e na Graciosa e na construção de uma central geotérmica na ilha Terceira, na potencial produção de hidrogénio para exportação como aproveitamento do excedente de produção geotérmica, na valorização energética de resíduos e no aproveitamento da energia eólica para consumo interno. A aposta na implementação deste tipo de projectos contribuirá, após um cuidadoso planeamento, para o incremento da sustentabilidade económica e ambiental da Região. Em resultado directo da redução da dependência do exterior em matéria energética surgiram novos postos de trabalho, oportunidades para a realização de investimentos de cariz social, para apoio aos mais carenciados, e desenvolvimento da investigação e conhecimento, com a implementação de programas de investigação específicos aproveitando o potencial científico da Universidade dos Açores.

Contudo, no decorrer do período de concretização do Plano estratégico a excessiva dependência do exterior, que se assume como tendência pesada, terá de ser considerada como um factor que condiciona fortemente as propostas a apresentar.

4. Imagem dos Açores no exterior

A Região Autónoma dos Açores projecta para o exterior uma imagem, acima de tudo, feita de contrastes: onde a calma subjacente ao verde que emana das suas ilhas contrasta com o azul, por vezes, ameaçador do mar, onde ao isolamento geográfico se contrapõe a hospitalidade de quem a habita, onde ao sol se sobrepõe a chuva e o nevoeiro que, não raras vezes, exibem a sua presença - diz-se que no arquipélago dos Açores se assiste às quatro estações num só dia. No entanto, o sentimento mais forte que permanece na memória de quem visita o arquipélago é o da quietude, quase alterando a percepção do próprio tempo a quem o visita, sendo sucedido pela admiração e constatação de toda uma cultura e história de quem o soube ultrapassar e, muitas vezes, daí desenvolver a sua força.

O seu exotismo, enquanto território insular, constitui outra das suas atracções e referências. Possuindo grande importância geoestratégica, situado a meio caminho entre os continentes americano e europeu, assume-se como um território repleto de singularidades ambientais, geográficas, geológicas e históricas, que nos surpreende a cada momento, revestindo-se de um enorme potencial para o turismo, nele se podendo basear uma parte substancial do desenvolvimento de uma estratégia capaz de mobilizar investimento na e para a região.

O mar, enquanto elemento onnipresente no arquipélago constitui outra, se não a maior, referência deste território. Presente de forma maciça, constitui, por um lado, uma imagem de isolamento mas, também, de interligação e de usufruto, constituindo o veículo para a unificação do arquipélago. No que se refere à interligação não só se pode referenciar a imagem de arquipélago que é muito evidente no Grupo Central, mas também, em dias de maior claridade entre São Miguel e a Terceira e Santa Maria, projectando no horizonte pontos de interrogação e de exotismo. Mas é sobretudo no usufruto do mar que a imagem se poderá reforçar, pois para além das suas potencialidades gastronómicas, algumas das quais únicas, tem capacidades desportivas e de lazer que ainda estão longe de estar devidamente exploradas. A exploração

submarina, os passeios organizados, as actividades náuticas, os cruzeiros inter-ilhas e outras actividades desportivas e de lazer estão ainda nos seus primeiros passos, sendo claramente uma tendência pesada a prosseguir.

No entanto, é, também, nas suas principais referências que se encontram os motivos para os pontos negativos deste território. O seu isolamento e distanciamento em relação ao continente proporcionou um ritmo de desenvolvimento desenquadrado das suas necessidades, oferecendo ao visitante ocasional condições muitas vezes precárias que obscurecem a sua visita. Assim, verifica-se, ainda, a existência de estradas em más condições generalizadas (segurança, visibilidade, pavimentos), a capacidade hoteleira e qualidade da mesma situam-se, ainda num patamar inferior à norma internacional e das referências para “paraísos exóticos”. O estado de muitos dos seus núcleos urbanos, nomeadamente das suas ruas, praças e jardins, evidencia, ainda, uma cultura de vivência e cuidado do espaço exterior muito pouco desenvolvida resultando numa imagem degradada e desordenada. Também, a deambulação inter e intra ilhas se vê dificultada por uma falta generalizada de sinalização e informação associada a uma oferta reduzida e extremamente onerosa no que respeita aos transportes, principalmente, às ligações aéreas entre as várias ilhas do arquipélago.

2.2.2. A Ilha de São Miguel no Quadro Regional

Neste grupo consideraram-se como tendências pesadas a concentração de recursos em S. Miguel face às restantes ilhas dos Açores, as dinâmicas públicas e privadas e o seu impacto em S. Miguel, as principais tendências produtivas, o papel da Universidade dos Açores e o turismo na ilha.

1. Concentração de Recursos

A Ilha de S. Miguel, a maior dos Açores, concentra à escala regional um forte conjunto de recursos, quer naturais quer humanos.

No que respeita aos recursos humanos, deu-se uma estabilização demográfica, resultante do aumento, na última década, da população residente dos Açores. Esta estabilização, que está também associada à capacidade de atracção da região e às baixas taxas de desemprego, é desigual na RAA, pois o crescimento dá-se sobretudo nas ilhas de maior dimensão, como é o caso de S. Miguel.

Contudo o crescimento registado, e que pode vir a aumentar na década em que se aplicará o Plano Estratégico mau grado a detecção de tendência para o envelhecimento populacional, não foi convenientemente acompanhado das competências formativas dos activos. O nível de literacia e de aproveitamento escolar da população é muito baixo, sendo por isso elevado o abandono escolar. Nos últimos anos tem sido feito um grande esforço público no quadro do sistema educativo e de formação profissional para ultrapassar estes problemas, esforço esse que será uma tendência pesada para o futuro até porque o País e a União Europeia favorecem a qualificação de capital humano e o desenvolvimento do mercado de trabalho.

Haverá ainda que atender aos problemas do desequilíbrio entre o ritmo de formação de quadros superiores das Universidades (ver tendência pesada II 4) e a colocação no mercado de trabalho regional, que poderá implicar a emigração de jovens qualificados, de cientistas e de investigadores que são fonte fundamental para o desenvolvimento regional. Esta questão, não sendo tão premente em S. Miguel, poderá afectar durante a próxima década a selecção dos melhores quadros, que tenderão a estabilizar o seu local de trabalho fora da região.

Importa ainda indicar que a ilha de S. Miguel é a que no seio da Região dispõe de maior leque de recursos globais: 32% da área e 54% da população; mais de metade (12 em 22) dos estabelecimentos de ensino profissional e superior; 82% dos alunos matriculados no ensino superior; metade dos hospitais existentes na RAA, com 55% das camas e quase 70% de salas de operação; dispõe de quase 65% dos médicos especialistas; tem 60% de trabalhadores por conta de outrem; 54% do parque automóvel; 63% da tonelagem movimentada em portos; ao nível agrícola é a que dispõe de maior quantidade de Solo Arável Utilizável e de maior número de hectares de pastagens; em termos florestais é também a que detém maior extensão; as empresas em S. Miguel têm um volume de negócios 70% superior à média da RAA e 100% das que têm mais de 250 trabalhadores localizam-se na ilha; no turismo tem 60% da capacidade de alojamento, 71% das dormidas, é a ilha com maior estadia, 5,4 noites, e com taxa de ocupação-cama de 45,9%, superior à média do país; possivelmente a informação mais clarificadora é que 57% dos depósitos em bancos e 75% dos remetidos por emigrantes, bem como 65% do crédito total concedido processa-se na ilha de S. Miguel.

Apenas nos transportes aéreos, bem como nas comunicações, se verifica uma menor concentração relativa de meios em S. Miguel.

Apesar do esforço público que se está verificando no intuito de esbater as assimetrias e nivelar a posição relativa de cada ilha no seio da RAA, a verdade é que a tendência para a concentração de meios na ilha de S. Miguel é também um dado que no decorrer dos próximos dez anos pode ser considerado como um facto quase garantido.

2. As dinâmicas públicas e privadas da região e o seu impacto em S. Miguel

A RAA, pela sua localização, fragmentação territorial e todas as dinâmicas que daí têm decorrido, designadamente custos inerentes à mobilidade e associados à dependência externa de energia e mercado limitado tem adoptado um modelo de desenvolvimento baseado essencialmente em esforço público.

Em Novembro de 2006, a Administração Pública Açoriana representava cerca de 16,7% da população activa e o seu encargo no PIB regional cifrava-se nos 11,3%, um valor inferior ao peso da despesa pública nacional (14,5% do PIB) e da média dos países da União Europeia (13%). É certo que para desenvolvimento das acções da Administração Regional o bolo assenta, essencialmente, em meios financeiros externos, nomeadamente da União Europeia mas também, em grande parte, do Orçamento do Estado Português, como já antes se referiu.

Acontece que o acréscimo de meios externos e a vantagem de ter criado um modelo totalmente novo de organização pública regional permitiu que o Governo Regional dispusesse de capacidade financeira elevada, cuja aplicação foi diversificada. Por isso a actuação pública nas últimas quatro décadas e mais intensamente nas últimas duas, tem dinamizado o tecido empresarial local, oferecendo postos de trabalho especializados e potenciando o surgimento de novos sectores de actividade. Por vezes até vai mais longe e executa projectos de cariz claramente privado. Exemplos deste modelo são as intervenções directas do governo ou participações suas em empresas na área da hotelaria, do golfe, dos serviços de transportes, e na área da logística para além das participações mais tradicionais na modernização da rede viária, as experiências em transportes colectivos urbanos, a modernização das principais infra-estruturas marítimas e aéreas e o desenvolvimento parcial das infra-estruturas e redes de telecomunicações e energia, a grande maioria destas acções com resultados positivos.

O pressuposto de que a concretização das acções para promoção do desenvolvimento regional terão necessariamente que depender do governo (e de capitais externos) resulta, como já antes se referiu, da inexistência dum sector privado dinâmico e cooperante, o que condiciona a implementação da maioria das propostas inovadoras, sobretudo das que possuam um maior grau de risco ou um maior distanciamento da tipologia de investimento tradicional. Desta forma, a dinâmica privada tem-se posicionado de forma a que seja o sector público a suportar os maiores riscos, apenas investindo no que considera de retorno garantido ou com baixo risco, remetendo as restantes situações nomeadamente a garantia de condições de escoamento de produtos para a esfera da responsabilidade do poder público.

Simultaneamente, na produção privada, apesar de se verificar incremento e expressão em alguns domínios, como por exemplo ao nível da exploração agro-pecuária, da pesca e do turismo, existe falta de capacidade empresarial e de organização que se revele capaz de gerar sinergias. O que se traduz numa cultura empresarial que assenta a sua estratégia em baixos salários e baixa qualificação profissional. Razão pela qual a população activa tende a procurar o emprego público, que é sinónimo de segurança e obtenção dum salário mais elevado.

Deste modo, nas últimas décadas, tem cabido ao investimento privado da RAA ainda menos que a parcela normalmente afecta à sua actividade específica.

São Miguel tem-se desenvolvido à luz destas dinâmicas, embora seja a única ilha que tende a esbater esta vertente de predomínio do sector público.

Neste enquadramento fortemente enraizado na sociedade haverá que semear a componente da parceria entre os vários actores de desenvolvimento tanto a nível público, como privado, tanto a nível interno como externo.

São vários os sectores que certamente vão beneficiar dum incremento na partilha de objectivos e na realização de parcerias público-privadas. Entre outros destacam-se a área social, cultural, de recreio e de lazer

bem como os transportes numa óptica inovadora associada à investigação e desenvolvimento do aproveitamento das energias renováveis.

A criação de parcerias público-privadas já tem alguns exemplos práticos de sucesso ao nível de investimentos de média dimensão na RAA, nomeadamente ao nível de equipamentos de interesse social e cultural os quais deverão servir como modelos a repetir e a aperfeiçoar.

O desenvolvimento das tecnologias de comunicação e informação, actualmente em fase de liberalização do mercado, será também um excelente motor de coesão social e territorial, se devidamente coordenados entre os diversos agentes de desenvolvimento privados e públicos.

Também ao nível do ordenamento do território e do urbanismo será de todo o interesse o envolvimento activo e positivo de todos os intervenientes no sentido de articular/coordenar objectivos e de minimizar tempos de acompanhamento e concertação de instrumentos de gestão territorial e outros planos abreviando o início da sua implementação e planeando a real disponibilidade de participação de cada qual.

Por todas as razões acima desenvolvidas a RAA deve apostar fortemente na criação de parcerias público-privadas de desenvolvimento estimulando a iniciativa e responsabilização do sector privado e rentabilizar recursos e esforços do sector público. Em suma, procurando esbater a tendência pesada que apesar de tudo ainda será muito presente, que é o papel de motor exercido pelo sector público e a dinâmica ainda pouco evidente do sector privado.

3. As principais tendências produtivas na região e na ilha

O arquipélago dos Açores pode ser caracterizado pela limitação de recursos naturais, pois, embora exista diversidade, ela não resulta em oferta que assegure uma capacidade de exploração adequada.

Na verdade, apenas está identificado um cluster relacionado com a fileira agro-pecuária, que é quase transversal a toda a região, onde a capacidade de produção medida em termos relativos tem expressão no contexto nacional. É sobretudo relevante a qualidade do produto, em especial na fileira do leite e derivados. Mas este nicho produtivo está extremamente condicionado por limites impostos pelas políticas comuns europeias e pela baixa capacidade produtiva de cada ilha, vista isoladamente. O alargamento da cadeia de valor associada a estas produções, para além da defesa da qualidade da produção regional, constitui um desafio que a RAA vai ter de enfrentar no futuro próximo para que o sector prospere, embora se continue a assistir a uma aumento de investimento, local e externo, na modernização do sector transformador.

De registar que a produção de carne bovina para abate, que revela uma qualidade elevada, tem sobretudo alguma presença na ilha de S. Miguel. Contudo a sua transformação numa fileira efectiva, integrando o desmancho, a transformação e aproveitamento diversificado está longe de se considerar lançada, sendo por isso um dos vectores potenciais a atender.

Para além disso, no que respeita à actividade agrícola, o chá e o tabaco são produtos regionais de boa imagem e aceitação nacional.

Apesar da escassez de recursos naturais, o território insular dos Açores proporciona um bem inestimável: a extensa Zona Económica Exclusiva, com vastos recursos marinhos que, mau grado as limitações da política comum de pesca podem e devem ser explorados. Haverá que estudar o sector numa óptica de abatimento dos custos de produção, que pela dimensão do aparelho produtivo e pelos factores de produção mais elevados, não são concorrenciais. Igualmente se deverá aumentar a fiabilidade no escoamento do peixe fresco por via aérea ou do congelado por esta via e pela marítima.

A aposta poderá ser ainda na diferenciação de alguns produtos e actividades mais tradicionais, associados à imagem da região e não sujeitos a concorrência externa, que possam ajudar a combater a reduzida expressão de produções transaccionáveis. Para esse efeito, a consolidação dos grupos empresariais locais é importante, como forma de aumentar o impacto das economias de escala e de aglomeração na produção, diminuindo o excessivo predomínio de unidades de pequena dimensão. Mas também será necessário desenvolver acções de valorização dos produtos, no seio de campanhas de marketing adequadas, nas funções comerciais, e de aprovisionamento e de acesso ao mercado de capitais, como forma de sustentar o crescimento e consolidação da estrutura empresarial regional.

Por último, é fundamental a diversificação da actividade económica associada ao desenvolvimento turístico, nomeadamente do comércio, dos transportes e comunicações, da imobiliária e de outros serviços especializados. É que o crescimento do turismo no arquipélago é um dos trunfos que actualmente é esgrimido no quadro da estratégia de desenvolvimento, perfilando-se como o único sector que pode ser uma alternativa à fileira agro-pecuária, constituindo assim uma tendência pesada efectiva.

4. A Universidade na Ilha de S. Miguel

Após mais de um quarto de século de actividade, a Universidade dos Açores é um factor determinante de desenvolvimento, grandemente responsável pela transfiguração da face das ilhas. Possuindo cerca de quatro mil alunos e distribuindo-se por três Ilhas da Região Autónoma dos Açores, as suas principais instalações são no Faial, o Campus da Horta, onde se encontra o Departamento de Oceanografia e Pescas, na Terceira, a Escola Superior de Enfermagem de Angra do Heroísmo e o Campus de Angra do Heroísmo, onde existe o Departamento de Ciências Agrárias, e, em São Miguel, a Escola Superior de Enfermagem de Ponta Delgada e o Campus de Ponta Delgada, onde desenvolvem a sua actividade os Departamentos de Biologia, Ciências da Educação, Ciências Tecnológicas e Desenvolvimento, Economia e Gestão, Geo-ciências, História, Filosofia e Ciências Sociais, Línguas e Literaturas Modernas e Matemática.

A UA desempenha o papel mais importante, tanto na formação académica como na formação profissional, na ilha, através de uma cooperação com a Delegação Regional da Ciência e Tecnologia, tendo havido, recentemente, um grande crescimento do pólo de Ponta Delgada, nomeadamente ao nível da oferta de doutoramentos, pós-graduações ou mesmo de formação técnica especializada de nível 4. Os diferentes

departamentos existentes na UA possuem vocação e experiência para a investigação e desenvolvimento aplicado, principalmente, às características da RAA, tal como sucede com o Centro de Vulcanologia e Avaliação de Riscos Geológicos (CVARG) correspondente a uma unidade pluridisciplinar de investigação da UA que integra o Centro de Informação e Vigilância Sismovulcânica dos Açores (CIVISA).

A UA registou uma taxa de preenchimento de 82% das vagas disponibilizadas na primeira fase do concurso nacional de acesso ao ensino superior de 2009, com a colocação de 543 estudantes nos ensinos universitário e politécnico. Os dados divulgados pela UA referem que as vagas esgotaram em 15 cursos,

A UA é um dos principais parceiros presentes na ilha para quase todas as iniciativas como sucede com alguns eventos de natureza académica, cultural e desportiva, representando, também, um dos principais prestadores de serviços do Governo Regional na Ilha de São Miguel, aliando-se às iniciativas provenientes de várias secretarias regionais. Refere-se, também, a implementação do Parque Tecnológico de São Miguel, resultante de uma parceria entre o Governo dos Açores e a Câmara Municipal da Lagoa, no concelho de Lagoa, que tem como objectivo a concentração de todo o potencial científico para investigação, formação especializada e inovação que existe na Região, muito directamente derivado da UA, com o potencial empresarial que aí se pode desenvolver, criando-se sinergias que depois tenham impacto ao nível da economia, contribuindo para uma descentralização dos serviços prestados na Ilha de São Miguel.

Do ponto de vista estratégico, haverá que estabelecer um plano que aumente a capacidade científica e tecnológica da Região, que promova a diferenciação e a inovação bem como integre conteúdo tecnológico na produção e que possa fixar os recursos humanos mais qualificados passando a constituir-se como fonte de parcerias e de integração em rede. Um dos maiores desafios que a UA terá de resolver é a forte carga regional dos seus alunos, dado que, se por um lado, se eleva a formação local, por outro, arrisca-se a tornar-se muito centrada na região e com pouco grau de atractividade em relação a estudantes do continente.

A estratégia inicial da UA, através da criação de cursos generalizados em várias áreas, ambicionou conseguir um aumento na criação de emprego local, tornando-se num dos maiores empregadores públicos da Ilha de São Miguel. No entanto, tal viria a médio prazo a revelar-se uma contrariedade. Assim, os principais obstáculos ao desenvolvimento da UA a serem ultrapassados correspondem, por um lado, ao desfasamento entre a oferta de recursos humanos com qualificações superiores e a procura do sector empresarial privado, que, maioritariamente recorre a quadros provenientes do exterior, e, por outro, à diminuta articulação entre a administração regional e a UA e entre esta e as empresas em domínios de produção económica. Recentemente, houve um esforço de abertura de novos cursos de vertente mais científica (ex: cursos relacionados com engenharias), preenchendo lacunas de formação universitária e técnica na ilha e na região, procurando contrabalançar esta tendência, possibilitando uma formação mais especializada. Como forma de evitar a saída para o continente, relativamente a cursos cuja oferta não é efectuada pela

UA, há algumas bolsas que são atribuídas com base num acordo de regresso à RAA para o desenvolvimento da actividade.

Qualquer que seja o futuro da UA, que se pretende certamente muito integrado no quadro regional, o certo é que é uma instituição que constitui uma tendência pesada para o desenvolvimento dos Açores e da ilha de S. Miguel em particular.

5. O turismo na ilha de S. Miguel

De entre as 111 ilhas e arquipélagos analisados por um ranking da National Geographic Traveler, (edição de Novembro/Dezembro de 2007) que distingue as melhores ilhas e arquipélagos do ponto de vista do turismo sustentável, os Açores obtiveram o segundo lugar com 84 pontos, numa pontuação de 0 a 100. Foram por isso classificados como «um sítio maravilhoso, ambientalmente em boa forma», ficando apenas atrás das Ilhas Faroe, na Dinamarca, que obtiveram 87 pontos.

Contribuiu para este reconhecimento a qualidade dos factores ambientais e culturais como a riqueza e a variedade dos acervos históricos e culturais açorianos, a apetência da população por manifestações culturais e festivas e a existência de uma paisagem natural, rural, agrícola e florestal única e diferenciada, bem como paisagens urbanas com grande interesse turístico. A manutenção destes factores diferenciadores na ilha de S. Miguel constitui-se assim como uma vantagem competitiva no desenvolvimento de actividades económicas no domínio do lazer e do turismo, proporcionando oportunidades para o desenvolvimento de diferentes tipos de projectos turísticos, podendo por isso atrair o interesse de investidores internos e externos.

Contudo, apesar das inegáveis potencialidades para desenvolvimento de uma estratégia de turismo sustentável, o custo elevado do transporte aéreo de passageiros e a dificuldade de instalar um sistema de low-cost limita a competitividade do produto turístico, bem como dificulta a mobilidade dos profissionais.

Em 2007 a RAA registou cerca de 1 184 000 dormidas, 71% das quais em S. Miguel. Esta ilha possuía 51% dos 81 estabelecimentos hoteleiros existentes na RAA, representando 60% do total da capacidade de alojamento existente na RAA (8 397 camas). Relativamente à distribuição dos estabelecimentos turísticos e da oferta de alojamento turístico na ilha em 2007, destaca-se o peso significativo de Ponta Delgada, concentrando 80% da oferta da capacidade de alojamento turístico e 71% dos estabelecimentos hoteleiros, com características fortemente urbanas mas com oferta reduzida de equipamentos de animação autónomos e outros complementares. De acordo com os dados do Serviço Regional de Estatística, os principais mercados emissores para os Açores são, em primeiro lugar, o mercado interno e, em segundo, o mercado nórdico, com o dinamarquês e sueco em destaque. Em Ponta Delgada foram em 2007 registadas 705 mil dormidas, 356 mil das quais efectuadas por turistas estrangeiros sendo cerca de 50% oriundos de países nórdicos. O mercado nacional tem uma procura mais significativa no touring, nos congressos e nos negócios. Os mercados estrangeiros, pelas suas características, apresentam uma maior apetência por produtos como o turismo de natureza/turismo activo e golfe. Em consequência das características dos

mercados alvo, a estratégia de promoção da RAA como destino turístico de qualidade incluiu a promoção dos produtos congressos e incentivos e golfe, nomeadamente em mercados que tem maior capacidade de emissão e um comportamento menos sazonal em termos da procura.

Não é portanto de estranhar que segundo o PENT- Plano Estratégico Nacional do Turismo 2006-2015, e de acordo com os segmentos habitualmente considerados (identificados com produtos estratégicos), os Açores são considerados um destino com potencial para o desenvolvimento de produtos de Turismo de Natureza e Turismo Náutico, Touring cultural e paisagístico e Saúde e Bem-estar, podendo o Golfe surgir como produto complementar que reforça o valor do destino. Para desenvolvimento destes produtos estratégicos a ilha de S. Miguel possui suficientes especificidades, culturais e naturais, para se diferenciar como destino turístico de valor no contexto internacional e regional, assumindo-se como um destino único e de qualidade. Os seus principais factores diferenciadores assentam num património natural ainda por explorar, na fauna marinha diversificada, lagoas e vulcões, o vulcanismo e a paisagem única e diversificada. Estes factores permitem a criação de rotas marítimas para observação de cetáceos e a potenciação da náutica de recreio e de desportos náuticos, a instalação de miradouros em pontos estratégicos associados a trilhos pedestres e o desenvolvimento de novos sectores de actividade associados à espeleologia e ao vulcanismo, com maior relevância para a utilização dos recursos hidrotermais como seja os SPA, sigla abreviada para Sanus Per Aquam (saúde pela água), com propostas para relaxar o corpo e a mente num ambiente de grande tranquilidade.

Paralelamente, ocorrem em S. Miguel oportunidades para o desenvolvimento de actividades complementares que permitem a integração e divulgação dos valores culturais nas estratégias de turismo; assim é de salientar a arquitectura popular e religiosa, os museus regionais (Ponta Delgada - Museu Carlos Machado), os museus dependentes das Câmaras Municipais (ex. Museu da Ribeira Grande) e os museus dependentes das Juntas de Freguesia (ex. Pico da Pedra), os museus privados/empresa (ex. Museu Fábrica do Chá de Porto Formoso) e as manifestações de cariz religioso (Festas do Espírito Santo, Festas do Senhor Santo Cristo dos Milagres, Cavalhadas de S. Pedro).

A valorização da cultura, da natureza e da estabilidade social nos principais mercados geradores de fluxos turísticos permitem considerar aquelas vertentes da actividade turística como principais oportunidades.

Contudo a actual oferta de produtos turísticos e de tipologias de alojamento não está adequada ao real potencial dos Açores, e em particular de S. Miguel como destino turístico de excelência. De facto a oferta está demasiado concentrada em Ponta Delgada, numa tipologia demasiado urbana que não é a pretendida por turistas de nível mais elevado. A descentralização da oferta noutros concelhos, com tipologia diversificada da de Ponta Delgada, é fundamental para retomar o mercado de qualidade. Actualmente, a procura possível tem um comportamento concentrado nos meses de Julho a Setembro, e um peso significativo do mercado nórdico com limitado poder de compra e que procura alojamentos a preços reduzidos, com um

gasto médio diário de 50€ em alimentação, actividades lúdicas e compras, claramente inferior a outros sectores (ex. o gasto médio diário do turista de saúde e bem estar é de 250 €).

É certo que para aumentar o nível da procura em S. Miguel é necessária e imprescindível a qualificação dos recursos humanos do sector. Sendo o turismo uma actividade em crescimento na RAA, o investimento público tem abrangido a área da formação visto que a baixa escolaridade e insuficiente formação resultam em obstáculos para a garantia de um turismo de qualidade. Assim, existem na RAA uma Escola de Hotelaria dotada de uma unidade de aplicação e várias escolas de formação profissional que ministram cursos na área da hotelaria e turismo. Contudo, a continua qualificação dos recursos humanos assume-se como um aspecto estruturante dada a sua importância na garantia de qualidade na prestação de serviços nesta áreas de actividade.

O turismo já é um veículo efectivo para a diversificação da produção económica na região, em sectores tão importantes como o da produção primária, da construção civil, dos serviços, dos transportes, do imobiliário e da cultura. Porém para que se mantenha como tendência pesada terá que atender à crescente exigência da procura e à diversificação a nível internacional da oferta de produtos turísticos que apresentam relações qualidade/preço muito competitivas.

2.2.3. A Ribeira Grande no Quadro da Ilha

Neste grupo consideraram-se como tendências pesadas a centralidade e a excentricidade do concelho, os principais pilares de desenvolvimento, a imagem desqualificada de zonas do concelho, a ausência de objectivos que norteiem a evolução da Ribeira Grande e ainda a insuficiente preparação dos seus recursos humanos.

1. Centralidade e excentricidade

A cidade de Ribeira Grande é considerada, desde há muito, pelo dinamismo das suas gentes e pela capacidade produtiva patenteada, como a “Capital do Norte” da ilha de São Miguel. Tradicionalmente assume-se que o concelho da Ribeira Grande é o de maior centralidade na ilha de S. Miguel, pois é o único que faz fronteira com todos os outros. Isso é verdade, mas presentemente a centralidade terá de ser aferida por diversos factores, embora os das acessibilidades e em especial das SCUT, tenham peso importante.

As SCUT na ilha de São Miguel dividem-se em três eixos: o Sul (Ponta Delgada até Vila Franca); o Sul/Norte (Ponta Delgada até à Ribeira Grande) e o do Nordeste (Ribeira Grande até Nordeste).

O concelho da Ribeira Grande encontra-se na junção dos eixos Sul/Norte e o do Nordeste, facilitando desta forma os acessos a Ponta Delgada e Lagoa e permite no futuro um melhor acesso ao Nordeste. As SCUT vão promover a proximidade do concelho da Ribeira Grande aos outros concelhos da ilha, permitindo a integração deste no circuito económico e social da ilha de S. Miguel, e consequentemente ficará mais próximo do porto, do aeroporto e do hospital (Ponta Delgada).

É possível assim dar uma maior visibilidade e importância à cidade da Ribeira Grande, potenciar de forma directa o seu desenvolvimento económico com a ligação aos concelhos de Lagoa e de Ponta Delgada, facilitar o escoamento do tráfego automóvel e promover o crescimento urbano da Ribeira Grande.

Sendo a SCUT uma obra de carácter regional cujo objectivo prioritário é ligar concelhos entre si em menor tempo, não pode nem deve ser analisada no quadro das ligações internas do concelho apesar de haver consequências a este nível.

O troço em construção, parte integrante do eixo SCUT para o Nordeste, apresenta um traçado totalmente novo, a norte da estrada regional, que se manterá intacta. No entanto este traçado poderá promover o isolamento das freguesias, passando a ER1ª -1 (que atravessa estas freguesias) a uma via de menor importância.

De forma a combater este potencial isolamento, e sendo uma região de grande legado natural, duma beleza única com profundos vales, e também arquitectónico, com algumas notáveis casas apalaçadas e senhoriais, que atestam o poderio económico deste território, deverá ser criado um conjunto de programas, acções e projectos que fomentem a criação de emprego e a fixação dos seus habitantes.

Qualquer que venha a ser o rumo de desenvolvimento assumido pelo Plano Estratégico, haverá que ter em atenção que as novas acessibilidades irão proporcionar um reforço da centralidade dos centros urbanos do concelho com maior pujança, mas simultaneamente uma maior excentricidade das localidades mais rurais, sobretudo na zona nascente.

2. Pilares de Desenvolvimento

O concelho da Ribeira Grande faz parte da ilha que nos Açores concentra a maior parte dos recursos humanos, naturais, económicos, sociais e culturais. Sendo assim é um dos concelhos que dispõe de melhores condições de entre os 19 existentes nos Açores, embora seja verdade que alguns dos de S. Miguel registam indicadores idênticos ou até inferiores à média da RAA.

Contudo o concelho da Ribeira Grande tem um historial de desenvolvimento assente em alguns pilares que constituem uma tendência pesada a considerar.

Em primeiro lugar há que salientar os sectores da actividade económica que são mais relevantes e que constituem bases de continuidade que não podem ser descuradas:

- A fileira agro-pecuária do leite é indiscutivelmente o mais importante, ocupando em extensão grande parte do território rural não florestal do concelho, envolvendo a maioria dos activos do sector primário e que tem uma forte representatividade na indústria transformadora.
- No que respeita à actividade extractiva, o concelho é produtor de inertes e de materiais destinados à construção civil, o que em conjunto com esta actividade, que é outro dos pilares de desenvolvimento do concelho, pode ser encarada como uma fileira produtiva de grande importância.

- Acresce ainda que Rabo de Peixe é o segundo maior porto de pesca dos Açores, detendo uma importante quota do pescado na ilha, a que se associa a existência duma empresa transformadora e de vários grossistas ligados ao sector, criando por esta via um pilar de desenvolvimento.

Na Ribeira Grande existem ainda outros pilares de desenvolvimento associados às actividades sociais e culturais. Importa mencionar as seguintes:

- No quadro das actividades sociais há uma dinâmica importante dos vários agentes locais, desde instituições privadas de solidariedade social a entidades associativas, que detêm e/ou gerem uma fatia substancial dos equipamentos de apoio social.
- De referenciar ainda as entidades associativas com actividade cultural e desportiva que revelam no concelho uma dinâmica muito forte e superior em vários aspectos à média na ilha.

Estes pilares de desenvolvimento constituem, na opinião da equipa do Plano Estratégico, bases fundamentais para o futuro, pelo que devem continuar a ser acarinhados e alvo de acções, projectos e programas que garantam a sua robustez e crescimento equilibrado a médio e longo prazo.

Em conjunto com os novos sectores de intervenção, estes pilares serão no futuro uma marca de identificação do concelho. Pelo que se revelam como tendências pesadas a ter em conta.

3. Imagem Desqualificada

A imagem de um território é a tradução física de séculos de práticas transformadoras directas e indirectas que sobre ele recaem.

A ausência de programação dessa utilização, de preservação dos principais valores ambientais, patrimoniais e estéticos ao longo desse tempo, acarreta, na maioria das vezes, feridas mais ou menos graves.

A Ribeira Grande apresenta actualmente uma imagem desqualificada face ao seu potencial, estando afectados tanto as áreas rurais como os aglomerados urbanos.

No espaço rural destacam-se as seguintes tendências que contribuem para a perda de qualidade e cuja resolução é demorada e complexa: eliminação da floresta endógena e substituição por pasto ou floresta de produção, grande propagação de espécies exóticas invasoras; diminuta valorização da agricultura e fruticultura específica (maracujá, laranja, e até mesmo o chá, face ao seu potencial), o que conduz também à perda da variedade cromática da paisagem; diminuta valorização e conservação da extensa e diversificada orla costeira onde é possível encontrar actividades industriais e zonas de construção degradada.

No solo urbano e industrial destacam-se, pela maior complexidade de resolução, as seguintes questões que contribuem fortemente para a degradação da imagem: o desordenamento industrial (proliferação de pequenas zonas industriais pelo território gerando até situações de conflito de usos); o crescimento desenraizado e desordenado dos perímetros urbanos onde predomina a fraca qualidade urbanística; a adultera-

ção das estruturas e formas de ocupação tradicionais e do património edificado; a degradação e o abandono de edifícios e aglomerados.

Outros problemas há, como a degradação das linhas de água e da orla costeira com depósito de entulho e descarga directa de águas residuais domésticas e a proliferação de zonas de extracção de inertes sem recuperação paisagística posterior, igualmente graves mas cuja alteração é mais imediata a partir do momento que se toma a decisão.

A actual consciencialização da população para as questões ambientais nomeadamente ao nível do património construído e natural (biológico, geológico e paisagístico) é um importante passo para que se possa inverter a tendência de desqualificação mas não é suficiente para mudar a situação instalada.

O desenvolvimento de instrumentos de gestão territorial eficazes, que estruturam adequadamente o território, promovendo a valorização dos recursos naturais e a protecção e valorização da paisagem são imprescindíveis na mesma medida que o são o estabelecimento de parcerias e acordos públicos e público - privados para a sua implementação, atendendo a que se tratam na grande maioria de situações nas quais o envolvimento privado é fundamental para a exequibilidade e sustentabilidade das soluções.

Qualquer dinâmica que se entenda imprimir contrariando estas tendências carece de políticas coordenadas e proactivas nos vários níveis privados e públicos sobre o ordenamento, programação e gestão do território no sentido de alterar séculos de usos e práticas e traduzidas em planos de acção e de participação e mobilização dos diversos agentes tão complexos quanto as problemáticas em questão.

4. Ausência de Partilha de Objectivos Estratégicos

A articulação de necessidades e vontades e a mobilização de recursos para concretizar os objectivos estratégicos de qualquer tipo de intervenção torna-se muito mais fácil se forem consensualizados com os diversos agentes envolvidos.

Neste aspecto, salienta-se o papel importante que a concretização do plano director municipal desempenhou no Concelho na medida em que, apesar do demorado processo de elaboração com todas as debilidades que tal acarretou, representou um primeiro momento de discussão e de definição de objectivos para o ordenamento do território concelhio.

As GOP (grandes opções do plano) integram a estrutura do planeamento económico e social e fundamentam a orientação estratégica da política de desenvolvimento económico e social, ao nível nacional, regional e municipal estabelecendo anualmente objectivos e projectos e a respectiva tradução financeira em orçamento de estado ou plano plurianual de investimentos.

Contudo a elaboração destes instrumentos de planeamento não é suficiente em termos de participação, mobilização de agentes e coordenação de interesses para o desenvolvimento concelhio.

É neste sentido que desde 1999 que o RJIGT (regime jurídico dos instrumentos de gestão territorial) define o regime de coordenação dos âmbitos nacional, regional e municipal do sistema de gestão territorial tendo-se assistido deste então ao lento preenchimento deste puzzle de instrumentos de gestão territorial. Até à criação do referido regime jurídico o planeamento territorial não era sequencial, ou seja, existiam grandes orientações nacionais por um lado e instrumentos municipais de urbanismo de pequena ou média dimensão designadamente os Planos Gerais de Urbanização e Planos de Pormenor e mais tarde, já na década de 80 e 90, criaram-se os Planos Directores Municipais.

No presente enquadramento jurídico, os instrumentos contêm o respectivo quadro de objectivos sujeito a concertação entre entidades e a prévia discussão pública.

Com impacto na Ribeira Grande destacamos ao nível nacional o PNPOT (Programa Nacional da Política de Ordenamento do Território) publicado pela Lei n.º 58 / 2007 de 4 de Setembro; ao nível regional o Plano de Ordenamento Turístico da Região Autónoma dos Açores (POTRAA) aprovado pelo Decreto Legislativo Regional n.º 38/2008/A, de 11 de Agosto, o Plano Regional da Água da Região Autónoma dos Açores (PRARAA) aprovado pelo Decreto Legislativo Regional n.º 19/2003/A, de 23 de Abril, o Plano Sectorial da Rede Natura 2000 da Região Autónoma dos Açores (PSRN2000 RAA) aprovado pelo Decreto Legislativo Regional n.º 20/2006/A, de 6 de Junho; e os planos especiais designadamente o Plano de Ordenamento da Orla Costeira, Troço Feteiras - Fenais da Luz - Lomba de São Pedro aprovado pelo Decreto Regulamentar Regional n.º 6/2005/A, de 17 de Fevereiro. O nível regional é concretizado através dos planos acima indicados e ainda pelo Plano Regional de Ordenamento do Território para a Região Autónoma dos Açores (PROTA), em fase final de elaboração após a conclusão do período de discussão pública e respectiva ponderação de resultados.

Ao nível municipal, como referido anteriormente a Ribeira Grande dispõem desde 2006 (data de publicação) de PDM em vigor estando em elaboração ou previstos por este um conjunto de Planos de Urbanização e de Pormenor para o concelho.

Contudo a verificação das datas de aprovação dos vários instrumentos que compõem o sistema de gestão territorial aplicável à Ribeira Grande permite concluir que neste momento não existe ainda total coordenação e articulação de objectivos aos vários níveis e responsabilidades, sendo a elaboração do Plano estratégico e sequente revisão do PDM excelentes oportunidades para ponderar, articular e transpor para o âmbito municipal público e privado as orientações dos IGT actualmente em vigor.

No âmbito do Plano estratégico os objectivos para o concelho estão a ser estudados e deverão ser apresentados e discutidos com os diversos agentes de desenvolvimento no sentido de coordenar vontades e mobilizar recursos em torno de um plano de intervenções no território. Apenas serão reais, e isso é uma tendência pesada cada vez mais forte, os objectivos que sejam adoptados pelos agentes com intervenção na matéria pelo que a participação na elaboração do plano estratégico e o modelo de governância a adoptar têm extrema importância para o seu sucesso.

5. Recursos Humanos a Preparar

Em ponto anterior foi referenciado que os recursos humanos nos Açores, embora actualmente estabilizados ou, como é o caso de S. Miguel, em crescimento, carecem de instrução e de formação adequada.

O concelho da Ribeira Grande tem assistido a um fenómeno de crescimento populacional (7% em 2007, relativamente a 2001), assegurando o menor índice de envelhecimento da ilha de São Miguel. A Ribeira Grande, tem uma taxa de crescimento natural positivo e a níveis superiores à média da ilha e do arquipélago, o que lhe permite ter uma pirâmide etária adequada e uma população jovem.

No entanto, a Ribeira Grande continua a ser um dos concelhos com menor formação superior e em 2001, apenas 10,3% da população tinha atingido o nível de ensino obrigatório, o que o transforma no segundo pior da RAA e no pior da Ilha. É certo que o seu nível de escolarização e de formação tem vindo a evoluir nos últimos anos, contudo não atingiu ainda um patamar que se possa considerar minimamente ajustado.

Sobretudo, o problema situa-se mais no baixo nível de ensino da população que na frequência, pois os dados dos últimos anos (2005-07) permitem concluir que a redução da taxa de desistência do ensino básico foi muito elevada.

Há pois um desafio a médio e longo prazo que é o reforço da instrução dos recursos humanos das faixas populacionais mais jovens, de forma a que possam ingressar no mundo do trabalho com uma preparação geral adequada.

Contudo existe também um desafio a curto e médio prazo que é a preparação dos activos para o desempenho das suas funções.

Nesse sentido a autarquia ribeiragrandense encetou o lançamento da Fundação para o Desenvolvimento Sócio-Profissional e Cultural de Ribeira Grande, com sede em Rabo de Peixe e pólos na Maia e na Ribeira Grande, que desde 1998 para cá tem vindo a oferecer cursos profissionais, tendo arrancado com dois de aprendizagem (nível II) e hoje, proporciona dezassete, dos quais dois de aprendizagem, dez de formação profissional (nível III) e cinco do programa Reactivar. Este programa responde às vertentes de qualificação profissional (nomeadamente em sectores económicos mais carenciados e com saída profissional evidente) e de melhoria das habilitações literárias, desenvolvendo competências para uma melhor inserção no mercado de trabalho, qualificando-o e contribuindo para a produtividade e a criação de soluções de reestruturação produtiva. Este objectivo é claramente o que se tem de garantir para os próximos dez anos em áreas tão importantes como a gestão agrícola, a preparação profissional para actividades transversais numa grande parte das empresas industriais do concelho (administrativos, serralheiros, carpinteiros, electricistas, etc.), a preparação profissional dos pescadores, a preparação dos profissionais do comércio e dos serviços, bem como dos que actualmente desenvolvem actividade no sector do turismo, restauração e actividades similares.

Haverá pois que consolidar os três pólos actuais e sobretudo dinamizar e diversificar a preparação dos profissionais.

Sendo assim, embora a tendência pesada neste caso seja a evidente continuação e reforço da preparação profissional, a verdade é que o Plano Estratégico a edificar não pode deixar de ter em conta o nível médio de capacidade dos recursos humanos no concelho. É sempre possível recorrer à imigração como solução parcial dos recursos em falta. Contudo essa solução pode contribuir para um desequilíbrio social que não se deseja, sendo sempre mais adequado recorrer a meios endógenos. Em resumo, se o PE terá de se ancorar em iniciativas inovadoras e dinamizadoras, a verdade é que terá de o fazer com conta peso e medida, pois terá sobretudo de contar com os recursos humanos disponíveis e com uma limitada capacidade de formação.

3. QUADRO ESTRATÉGICO DE INTERVENÇÃO

3.1. Visão para o Concelho

O diagnóstico prospectivo apresentado no capítulo anterior permite antever alguns elementos fundamentais a ter em conta para a definição duma “visão” para o concelho.

O primeiro de todos eles é que o concelho se insere numa ilha, com fortes limitações em termos de mercado. Isto, apesar de S. Miguel ser de longe a ilha dos Açores com maior população e pujança, implica reconhecer a fragilidade de todo o sector produtivo e a importância de não se proceder a alterações radicais que podem destruir o modelo tradicional em que assenta a estrutura económica do concelho.

O segundo elemento fundamental é que a capacidade financeira para promover um salto qualitativo na organização económica do concelho, mesmo sem atender ao momento de crise que se atravessa, é limitada e neste caso assenta sobretudo numa maior disponibilidade para o efeito vinda do sector público que na eventual mobilização de meios dos privados.

Um terceiro ponto importante é que a estrutura empresarial é bastante frágil, não só por ser constituída sobretudo por micro e pequenas empresas (embora existam algumas empresas de média dimensão em sectores específicos) mas ainda porque são dirigidas por pessoas com pelo menos insuficiente cultura empresarial, naturalmente receosos de alterações cujo alcance podem não dominar.

Por último tem de se atender forçosamente ao quadro dos recursos humanos disponíveis. Se é certo que a juventude do concelho é evidente, proporcionando pois um quadro de disponibilidade de mão-de-obra que é bastante alargado, também é certo que a preparação educativa e profissional dos recursos humanos apresenta um nível abaixo da média, o que pressupõe dificuldades de inserção em processos de especialização produtiva.

É claro que se existem elementos que limitam a vontade de concretizar o sonho, outros há que concorrem para a sua realização. São esses que devem catapultar as propostas de visão para o futuro, embora sem nunca esquecer a realidade do quadro social, económico e cultural do território onde elas se devem concretizar.

Por outro lado, a visão para o concelho não pode estar desligada da que informa a actuação ao nível do arquipélago. Neste particular importa analisar a visão traçada pelo PROTA, que optou por um conjunto de sete metas fundamentais em vez de formular uma ideia central englobante. Assim o PROTA defende que em 2016 os Açores devem ser:

- Um espaço de excelência científica e tecnológica nos domínios da insularidade, maritimidade e sustentabilidade com capacidade de atracção de população jovem qualificada.
- Um destino turístico de referência nos domínios do turismo rural, do turismo natureza, do turismo descoberta e do golfe, com maior valor acrescentado regional.
- Uma região reconhecível diferenciadamente por produtos agro-alimentares de referência, de qualidade, de segurança alimentar e com maior incorporação de conhecimento.

- Uma região de referência na utilização das tecnologias de informação e comunicação (TIC) como forma de combate à ultra-perifericidade e à fragmentação territorial e no ordenamento territorial.
- Uma região com níveis elevados de auto-suficiência e segurança energéticas.
- Uma região pioneira na promoção de modelos de acessibilidade e mobilidade ajustados à minimização da fragmentação territorial e da insularidade e à defesa da sustentabilidade ambiental e paisagística.
- Uma região reconhecida pelos seus recursos e valores patrimoniais naturais e paisagísticos únicos e identitários do seu território.

Estes parâmetros são certamente importantes quer no que respeita aos efeitos directos que produzem sobre o concelho, pelo que devem estar integrados na visão que ele vier a apadrinhar, quer ainda pelos efeitos indirectos, que devem enquadrar as propostas que se desenvolvem de seguida.

Com base nas premissas descritas anteriormente elaborou-se uma frase que consubstancia a visão directora dos objectivos e propósitos a atingir com o Plano Estratégico:

“Ribeira Grande, concelho que se consolida, se potencia e atrai, em busca de mais e melhor vida.”

A frase em causa procura sintetizar algumas metas estratégicas, nomeadamente:

- Ribeira Grande, concelho que se consolida – isto é, um território que tem uma história, na sua vida social, económica e cultural, que assenta num conjunto de raízes que estão bem firmes e são conhecidas, mas que carecem de ser cuidadas e tratadas para garantir que se transformem na estrutura sólida do edifício que se pretende para a Ribeira Grande. Nestas raízes, de que nas actividades económicas sobressaem as extractivas, as marítimas, as agro-alimentares, e algumas transformadoras assentará o crescimento global do concelho, numa óptica de sustentabilidade e de evolução concertada, garantindo-se nesta vertente a maior fatia da estratégia a implementar.
- Ribeira Grande, concelho que se potencia – isto é, um espaço onde existem especificidades que o diferenciam, cuja valorização poderá constituir um trunfo para o desenvolvimento do concelho. São nichos de actividades e/ou produtos, alguns dos quais podem até ser tradicionais, que carecem duma nova perspectiva de enquadramento ou integração que os possa potenciar. Nestas actividades, de que o turismo, os produtos exóticos e a geotermia são exemplos, assentará a diversificação do crescimento do concelho. Congregará o conjunto de projectos e acções que implicam algum risco acrescido, um novo olhar sobre os produtos e os mercados, enfim será um campo onde se procura potenciar o que a Ribeira Grande tem de diferente.
- Ribeira Grande, concelho que atrai – isto é, um município que aposta em trazer ao seu território em primeiro lugar os restantes residentes na ilha de S. Miguel, mas também os visitantes e turistas que por ela passam. Será um concelho com um olhar voltado para fora, para a diáspora que dele emanou e ainda emana, mas

também de toda a diáspora açoriana e da área de influência que ela tem, procurando atrair não só as pessoas, entre os quais os jovens qualificados, mas também os capitais, as redes de cidades, de concelhos e de especialidades, nomeadamente de tecnologias de informação e comunicação, que possam colocar a Ribeira Grande no mapa do mundo global em que se insere.

- Ribeira Grande, concelho em busca de mais e melhor vida – isto é um território em que a intervenção humana se construa no intuito de proporcionar mais e melhor vida a quem o utiliza: os residentes, os que nele trabalham e ainda os visitantes e turistas. Mais e melhor vida em termos ambientais, de usufruto da natureza, da construção urbana, da ocupação de espaços produtivos, das actividades desportivas, sociais e culturais. Contudo, ainda mais e melhor vida na valorização do património natural e construído, da herança tangível e intangível, do conhecimento e do saber. Tudo isto e ainda mais e melhor vida na Ribeira Grande, num processo de aposta constante na inovação, nas novas tecnologias de informação e comunicação e num envolvimento permanente das pessoas e dos agentes económicos, sociais, culturais, desportivos, da administração e outros, na construção dum fluxo cada vez maior, como se duma ribeira grande se tratasse.

Como resultado desta visão foram seleccionados quatro grandes vectores estratégicos, bem como outros tantos objectivos estratégicos e definidos quatro programas específicos descritos nos pontos seguintes, cujo cruzamento resulta na matriz apresentada na próxima página.

Objectivos Estratégicos	Vectores Estratégicos			
	Ambiente e Paisagismo	Actividades Económicas	Animação (Turística, Desportiva, Cultural e de Lazer)	Conhecimento (Inovação, Saber, Ciência, Tecnologia e Comunicação)
Ribeira Grande - concelho que cresce solidamente nas raízes/vocações tradicionais	Programa Ribeira Grande Consolida (Natureza e Paisagismo)	Programa Ribeira Grande Consolida (Actividades Económicas)	Programa Ribeira Grande Consolida (Desporto, Cultura e Lazer)	Programa Ribeira Grande Consolida (Tecnologia e Comunicação)
Ribeira Grande - concelho que potencia as singularidades	Programa Ribeira Grande Potencia (Natureza e Paisagismo)	Programa Ribeira Grande Potencia (Actividades Económicas)	Programa Ribeira Grande Potencia (Turismo, Desporto e Cultura)	Programa Ribeira Grande Potencia (Tecnologia e Comunicação)
Ribeira Grande - concelho de convergência da diáspora e dos micalenses	Programa Ribeira Grande Convida (Ambiente, Natureza e Paisagismo)	Programa Ribeira Grande Convida (Captação de Investidores)	Programa Ribeira Grande Convida (Turismo, Desporto e Cultura)	Programa Ribeira Grande Convida (Inovação e Saber)
Ribeira Grande - concelho que qualifica a vida	Programa Ribeira Grande Vida (Qualificação Urbana)	Programa Ribeira Grande Vida (Relocalização de Actividades)	Programa Ribeira Grande Vida (Desporto, Cultura e lazer)	Programa Ribeira Grande Vida (Inovação, Saber, Ciencia, Tecnologia e Comunicação)
Ribeira Grande - governância participada				

3.2. Vectores Estratégicos de Desenvolvimento

A definição de vectores estratégicos para um determinado território tem como principal intuito a sua orientação segundo agrupamentos de domínios que em fase de caracterização foram relevados como fundamentais. Para o concelho da Ribeira Grande foram considerados quatro grandes vectores estratégicos, nomeadamente o ambiente e paisagismo, as actividades económicas, a animação e o conhecimento. Os pontos seguintes procuram sustentar a escolha efectuada e o conteúdo de cada vector.

Ambiente e Paisagismo

O ambiente e paisagismo corresponde a um dos quatro vectores fundamentais para o desenvolvimento e aplicação do Plano Estratégico da Ribeira Grande, englobando um conjunto de estratégias, programas e acções que visam garantir a sustentabilidade biofísica do território e da paisagem que se lhe associa.

Na base do desenvolvimento destes pressupostos encontra-se uma estratégia de protecção, valorização e dinamização do património natural do Concelho da Ribeira Grande, que, simultaneamente, engloba a consolidação e potenciação dos seus valores, envolvendo a população local num conjunto de iniciativas e acções que contribuam decisivamente para a sua implementação.

Dado o potencial biofísico, económico e turístico subjacente ao território e paisagens do concelho, é, também, na sustentabilidade deste que se procuram as razões do desenvolvimento estratégico futuro, possibilitando valorizar e reabilitar uma paisagem plena de saberes e história que, progressivamente, foi preterida pelo crescimento excessivo e pouco sustentável de usos e práticas agrícolas e industriais e pelo abandono das populações em direcção a outros centros urbanos no interior e exterior da Ilha de São Miguel.

Este vector é fundamental para o desenvolvimento da Ribeira Grande. Contudo não deve ser entendido como um factor de restrição, como muitas vezes é utilizado, antes devendo ser analisado como um vector com um determinado conteúdo (o ambiente e a paisagem característica do território). Conteúdo esse que deve ser explorado de forma a possibilitar um repensar estrutural e funcional do território, reencontrando usos que fizeram a sua história e explorando novos usos que possam ser desenvolvidos.

Actividades Económicas

Da análise efectuada na fase de caracterização e diagnóstico, verifica-se que o concelho da Ribeira Grande tem uma actividade económica diversificada e de certa forma alicerçada, já há várias décadas, num conjunto de sectores, de que o agro-alimentar (em especial a fileira do leite), o industrial (em especial o extractivo e parte do transformador), a construção civil e as pescas são os mais relevantes. Mais recentemente juntou-se-lhes a produção de geotermia, que é uma mais-valia de interesse regional.

Em sectores como o comércio e os serviços o concelho tem uma actividade de menor importância e o turismo revela uma fraquíssima implantação concelhia, em flagrante contraste com o concelho vizinho de Ponta Delgada.

O maior problema detectado, o efectivo grande problema para o concelho e para qualquer outro no seio da ilha de S. Miguel e da RAA, é a dimensão muito pequena do mercado para a colocação dos bens transaccionáveis. Haverá pois que estruturar uma estratégia que garanta a forma de ultrapassar esta fortíssima limitação.

Importa assim intervir nas actividades económicas por duas vias: consolidar a base económica de maior impacto no concelho, garantindo que ela se estruture de forma inabalável, e potenciar as actividades que revelem maior capacidade de desenvolvimento, seja porque abrangem um mercado mais extenso que o da ilha e da RAA, como é o caso dos serviços e do turismo, seja porque podem vir a ter uma sustentabilidade resultante duma nova forma, dum novo enfoque, quer no processo produtivo quer no destinatário final. Importa aqui mencionar que neste vector estratégico, o turismo, por muitos considerado como a panaceia para o futuro do concelho, tem um papel menor. No quadro da estratégia que se apresenta mais adiante, o turismo é considerado um importante sector no que respeita à animação (e como tal tratado noutro vector) e no que respeita à diversificação da oferta de alojamento face a Ponta Delgada, reforçando a oferta em TER e alojamento de natureza, embora se pugne certamente pela existência de estabelecimentos hoteleiros no concelho. Contudo não é nem possível, nem desejável, desenhar uma estratégia de competição com as mais de 4 mil camas de Ponta Delgada. Antes se deverá atender que muitos turistas rejeitam este tipo de oferta de alojamento demasiado urbano, pelo que se poderá optar por uma solução mais amiga dos nichos de mercado alternativos. E por outro lado, deve-se apostar forte numa estratégia de animação concelhia que contribua para que uma parte significativa dos turistas frequente mais o concelho e nele consuma.

Assim o vector das actividades económicas engloba um conjunto de acções e programas que visam consolidar e potenciar a estrutura existente e lançar as bases estratégicas para a fixação da população mais jovem no concelho, oferecendo-lhes novas oportunidades de acordo com os desafios que agora se colocam, de que o conhecimento ligado às actividades pesqueiras e marítimas é um exemplo dum mundo a explorar, aumentando o seu grau de atracção em relação ao investimento exterior e permitindo a solidificação e sofisticação de um tecido empresarial forte e com capacidade de crescimento.

Animação (Turística, Desportiva, Cultural e de Lazer)

Decorrente da fase de caracterização, verifica-se que o concelho da Ribeira Grande dispõe de diversas potencialidades no domínio do desporto e da cultura. São potencialidades naturais (o mar, a costa, os ventos entre outros) e resultantes da actividade humana (equipamentos, instrumentos, associações culturais e outras) que já estão a ser utilizadas no concelho numa óptica principalmente endógena. Contudo, existem outras potencialidades que estão, ainda, por desenvolver, em domínios tão importantes como o turismo e o lazer, para os quais o concelho é um território pleno de recursos.

O desenvolvimento destes domínios tem que assentar numa estratégia. A que propomos assenta na animação turística, desportiva, cultural e de lazer, e ambiciona o desenvolvimento de uma dinâmica própria do concelho, dotando-o de uma apelativa capacidade de atracção e entretenimento relativamente aos seus habitantes e visitantes.

Para atingir este objectivo, é necessário conciliar as dinâmicas próprias dos vários intervenientes no processo, desde o poder regional e local, passando pelos grupos associativos até ao cidadão individual, com propostas novas e estru-

turadas que possibilitem e alarguem a oferta de opções valorizando as actividades que sejam simultaneamente estimulantes para os residentes e para visitantes.

A base da estratégia passa, necessariamente, pela sensibilização da população incentivando-a, não só à participação activa nos diversos eventos, como também à sua organização e promoção, devendo a sua divulgação e existência ser extensiva a todas as zonas do concelho. Contudo a criação dos eventos deverá atender a uma lógica de repetição periódica, de forma a ganhar identidade e imagem interna e externa para que se tornem efectivamente iniciativas qualificadoras e atractivas.

Ambiciona-se, assim, o reforçar de uma identidade, que corresponda a uma cultura de cidadania capaz de envolver a população em actividades que transcendam as suas ocupações diárias, projectando uma imagem de lazer, alargada ao desporto e a actividades lúdicas, que ultrapasse as fronteiras do concelho, sendo atractiva não só aos restantes micaelenses, como também a todos os visitantes externos à ilha ou ao arquipélago.

Conhecimento (Inovação, Saber, Ciência, Tecnologia e Comunicação)

Trata-se porventura do único vector estratégico resultante da avaliação menos positiva, ainda que em alguns domínios não irrelevante, que foi detectada na fase de caracterização do concelho.

No actual estágio de desenvolvimento, todo e qualquer território terá de valorizar e assentar uma parcela significativa do seu desenvolvimento no quadro das actividades do conhecimento. Ambicionando-se o estabelecimento de um pilar de conhecimento enraizado no concelho da Ribeira Grande, o vector estratégico incidirá sobretudo na inovação, no saber, na ciência, na tecnologia e comunicação, e tem por base a agilização e desenvolvimento do processo de captação de sinergias e de saberes para esta região. Procura-se, assim, dotar o concelho da necessária infraestruturação, em termos de estratégias, programas, projectos e acções que possibilitem a oferta atractiva de condições para a instalação e promoção de actividades ligadas ao saber e à investigação tecnológica.

Uma das âncoras para a obtenção deste objectivo relaciona-se com a potenciação dos saberes já presentes no concelho, nomeadamente, através da expansão das ciências relacionadas com energias alternativas, da sismologia ou da vulcanologia, de que é exemplo o Centro de Vulcanologia e Avaliação de Riscos Geológicos (CVARG) correspondente a uma unidade pluridisciplinar de investigação da UA que integra o Centro de Informação e Vigilância Sismovulcânica dos Açores (CIVISA), cimentando um reconhecimento exterior relativamente a uma ciência em expansão num local privilegiado para tal, como é o caso do concelho da Ribeira Grande.

Será ainda no domínio do reforço da instalação de infraestruturas e equipamentos dedicados às novas tecnologias de informação e comunicação (TIC) que o vector do conhecimento se estruturará, garantindo desta forma uma melhor coesão interna no concelho e a abertura do mesmo ao exterior.

Acresce a estes dois grandes pilares, um importante factor que deve nortear a proposta de estratégia: procurar introduzir elementos de inovação no processo de desenvolvimento do saber local, centrando a nova oferta na valorização e potenciação de produtos e manifestações em que a Ribeira Grande é única ou pelo menos diferenciadora.

Para concretização deste vector é imprescindível o desenvolvimento de parcerias com o poder central e regional bem como com a Universidade dos Açores e outras instituições científicas que garantam formas de descentralização do conhecimento e da investigação pela ilha de São Miguel, contribuindo decisivamente para a diminuição das assimetrias regionais que hoje se verificam.

3.3. Objectivos Estratégicos

Os objectivos estratégicos definem as grandes linhas orientadoras das propostas de desenvolvimento do Plano estratégico, ou seja o que se pretende atingir com a sua implementação. Para o concelho da Ribeira Grande foram considerados quatro grandes objectivos estratégicos, nomeadamente: Ribeira Grande - Concelho que cresce solidamente nas raízes/vocações tradicionais, Ribeira Grande - Concelho que potencia as singularidades, Ribeira Grande - Concelho de convergência da diáspora e dos micalenses, Ribeira Grande - Concelho que qualifica a vida.

Ribeira Grande - Concelho que cresce solidamente nas raízes/vocações tradicionais

O concelho da Ribeira Grande tem um historial de desenvolvimento assente em alguns pilares associados aos sectores da actividade económica de que se salientam:

- Na construção civil, a extracção de rocha basáltica (destinada a britas, areia, calçada e pedra serrada), tufos e bagacinas e areias fez do concelho o centro abastecedor de matérias (inertes) para a construção civil.
- A indústria de lacticínios e da carne, de facto em crescimento apenas limitado pelas regras impostas pela União Europeia.
- As actividades piscatórias, de que Rabo de Peixe é obviamente um expoente, uma vez que é o segundo maior porto dos Açores detendo uma importante quota de pescado na ilha.

Contudo o concelho demonstra também, como se indicou no ponto das tendências pesadas, uma particular actividade associada à cultura e às questões sociais. Em especial verifica-se uma dinâmica importante de agentes locais desde instituições privadas de solidariedade social a entidades associativas, que detêm e/ou gerem uma fatia substancial dos equipamentos de apoio social.

No âmbito das actividades culturais, particularmente na área da música e do teatro, o concelho denota um dinamismo bem superior à média na ilha.

Perante um cenário como o acima descrito constitui uma obrigação evidente priorizar as acções, projectos e programas a desenvolver no Plano Estratégico de forma a que as actividades que têm vindo a sustentar o concelho sejam mantidas, senão reforçadas e desenvolvidas, garantindo assim um objectivo estratégico: o de manter a identidade histórica do concelho, dando raízes tradicionais ao seu futuro.

Ribeira Grande - Concelho que potencia as singularidades

Se é verdade que a Ribeira Grande tem como grande desafio a afirmação da sua entidade própria, assente nas suas tradições e riqueza cultural, constituindo-se num pólo aglutinador próprio que potencie e dinamize essa cultura e se

afirme no contexto regional, o que deu origem ao objectivo anterior, também é certo que o concelho dispõe de singularidades que devem ser potenciadas.

O concelho dispõe de recursos únicos que foram referenciados na fase de caracterização e que obrigam a olhar para eles com uma visão diferenciadora e inovadora. Apenas para recordar alguns:

- No quadro da natureza: as lagoas (do Fogo e de S. Brás); as caldeiras (Velha e da Ribeira Grande); o mar; a costa e o seu rendilhado; a paisagem e a floresta.
- No quadro da intervenção humana: a geotermia, as termas, os desportos náuticos e radicais, as produções de chá, maracujá e tabaco, o património construído, o património cultural, o artesanato, as festividades.

Acontece que uma parte daquilo em que a Ribeira Grande é única, ou pelo menos especial, está actualmente confinada a uma procura limitada. Por razões de mercado, sem dúvida, mas também porque o desuso criou hábitos. Há que olhar para esses recursos com um olhar diferenciador e sobretudo assente em moldes novos, que voltem a imprimir-lhes um lugar que não sendo igual ao que já foi, seja pelo menos tão activo.

O segundo objectivo estratégico deste plano é exactamente potenciar as singularidades existentes no concelho, sejam elas as que já se conhecem sejam as que, por via dum olhar diferente, se venham a descortinar.

Ribeira Grande - Concelho de convergência da diáspora e dos micalenses

Ao contemplarmos a história dos Açores, é facilmente perceptível que os movimentos migratórios marcaram todas as gerações até aos nossos dias. Inter-ilhas, para o continente ou para o exterior, as movimentações das gentes açorianas foram uma realidade ao longo dos tempos. Tratou-se de um fenómeno multifacetado – individual, colectivo ou mesmo estatal – que afectou a dinâmica populacional e o evoluir sócio-económico açoriano, bem como a sua identidade de região plural e de fronteira.

Se este fenómeno constituiu durante um período um verdadeiro flagelo para a população (a que ia e a que ficava), hoje em dia a situação pode inverter-se. A diáspora pode constituir uma rede de atracção que facilite a inserção mundial da região.

Compreendendo essa vertente, o concelho da Ribeira Grande começou a dar passos para que a diáspora fosse valorizada. No seio deste Plano Estratégico, o objectivo vai um pouco mais longe: pretende-se que o concelho seja um ponto de convergência de toda a diáspora açoriana, sem que obviamente se retire campo para que os restantes concelhos sejam eles também activos neste domínio. Para este efeito o PE terá de conceber acções, projectos e programas, nos mais diversos domínios, desde os culturais, aos desportivos, aos sociais e económicos, vocacionados para os diversos níveis etários, e ainda inter-geracionais, que atraiam ao concelho não só os concidadãos regionais que emigraram mas também os estrangeiros que possam por eles ser influenciados.

Mas também será importante congregar esforços para que algumas das acções, projectos e programas se construam de forma a atrair os restantes micalenses ao concelho. São eles quem pode constituir um mercado flutuante de mais-valia para a Ribeira Grande.

Será este o terceiro grande objectivo a contemplar pelo Plano Estratégico: o de transformar o concelho num local de convergência da diáspora e dos micalenses.

Ribeira Grande - Concelho que qualifica a vida

Por último importa referir que o Plano Estratégico se estrutura num objectivo qualificador da vida dos que residem, trabalham ou visitam o concelho da Ribeira Grande.

No diagnóstico prospectivo foi amplamente identificado um conjunto de aspectos em que se considerava que a imagem do concelho estava desqualificada. Está desqualificada em zona rural, onde elementos tais como a eliminação da floresta endógena e a substituição por pasto ou floresta de produção ou a grande propagação de espécies exóticas invasoras ou ainda alguma permissividade na ocupação da orla costeira onde também é possível encontrar actividades industriais e zonas de construção degradada. Mas também está desqualificada em zonas urbanas, de que ressalta o desordenamento industrial (proliferação de pequenas zonas industriais pelo território gerando até situações de conflito de usos), o crescimento desenraizado e desordenado dos perímetros urbanos onde predomina a fraca qualidade urbanística, a adulteração das estruturas e formas de ocupação tradicionais e do património edificado e a degradação e o abandono de edifícios e aglomerados.

Outros problemas há, como a degradação das linhas de água e da orla costeira com depósito de entulho e descarga directa de águas residuais domésticas e a proliferação de zonas de extracção de inertes sem recuperação paisagística posterior.

Não é este estado de coisas que se desejam, nem eles contribuem de forma alguma para que a vida dos ribeiragrandenses seja, por eles próprios, considerada ao nível a que aspiram.

A única forma de garantir, com alguma perenidade, que uma intervenção integrada num concelho se mantém e reforça ao longo dos anos é quando ela se preocupa em qualificar a vida das pessoas a quem se destina. Esse é o último objectivo estratégico deste plano.

3.4. Programas Específicos

Para além da visão global, dos objectivos e dos vectores estratégicos propõe-se que o Plano Estratégico se organize em quatro programas que agregam um conjunto de projectos decorrentes dos vários domínios de desenvolvimento. O intuito da criação destes programas é sobretudo o de poder agregar os projectos e acções que são o resultado final do plano em quadros de bordo que também eles sejam clarificadores. Os pontos seguintes descrevem o nome e o conteúdo dos programas.

Programa Ribeira Grande Consolida

Conforme já antes foi referido o concelho da Ribeira Grande tem um conjunto de actividades que constituem pilares do seu desenvolvimento.

No que respeita ao sector produtivo, o concelho de Ribeira Grande apresenta um peso significativo do secundário, de que se salientam as actividades relacionadas com a transformação agro-alimentar e com a indústria extractiva e o sector da construção civil.

A fileira leiteira é também um dos pilares produtivos do concelho, cujo peso é considerável.

Para além disso, foram consideradas como pilares do desenvolvimento do concelho actividades não produtivas em que ele se distingue, como por exemplo as actividades culturais (em especial as musicais e de teatro) e as associativas.

Contudo do diagnóstico resultam debilidades nestes mesmos sectores, como por exemplo as relacionados com a dimensão de várias entidades, produtivas ou associativas, a forma da estrutura produtiva, ou o número excessivo de pequenas unidades produtivas, apenas para mencionar algumas. São debilidades que, não inviabilizando os ditos pilares, os impedem contudo de se estruturar mais acuradamente.

A grande questão pode-se resumir assim: haverá que garantir que os actuais pilares de desenvolvimento se possam transformar também em pilares do amanhã.

O programa Ribeira Grande Consolida tem pois como objectivo a implementação de um conjunto de acções e projectos que visam a consolidação das principais actividades no território do concelho, promovendo a requalificação e adequação das estruturas de suporte para o seu desenvolvimento optimizado.

Programa Ribeira Grande Potencia

O concelho apresenta diversas especificidades que o caracterizam e o distinguem dos restantes concelhos da RAA.

A orla costeira recortada mas dotada de troços de praias, o maciço vulcânico de Água de Pau, reduto da flora autóctone da ilha, dando origem às fumarolas na Caldeira Velha, às Caldeiras de Ribeira Grande e a nascentes diversas de origem mineral, a paisagem única e variada, onde predomina o azul do mar e os diversos tons de verde da vegetação, associada às culturas nas cotas mais baixas, aos pastos localizados nas zonas planas de maior altitude e à floresta das vertentes montanhosas, pontuada pelo branco e cinzento das povoações.

Para além disso o concelho apresenta potencialidades noutras actividades, tradicionais ou vocacionais, como a cultura do chá e de frutícolas, a geotermia, os lacticínios e a fileira da carne, os licores, a pesca e o turismo, este nas vertentes turismo de natureza, turismo náutico, touring cultural e paisagístico, saúde e bem-estar.

As actividades culturais, desportivas e de lazer demonstram também ter forte potencial no concelho, umas já consolidadas, outras apenas carenciadas de algum tipo de incentivo para que desabrochem em todo o seu esplendor.

O programa Ribeira Grande Potencia visa assim realçar as singularidades do concelho, utilizando-as como veículo para a promoção e distinção no contexto de S. Miguel, apresentando um conjunto de acções que contribuem para uma melhor definição e valorização das referidas singularidades.

Programa Ribeira Grande Convida

A área do concelho de Ribeira Grande é rica e variada em valores naturais e culturais, salientando-se a ocorrência da Serra de Água de Pau e da Lagoa do Fogo, da Caldeira Velha e das Caldeiras, da Lagoa de S.Brás, das praias e piscinas naturais, da arquitectura tradicional no centro histórico de Ribeira Grande, das culturas, festividades, gastronomia e arquitectura local ocorrentes nas freguesias mais rurais. Esta variedade, decorrente das singularidades paisagísticas do concelho, permite que este se torne num novo pólo de atracção para quem procura uma alternativa à oferta em espaços urbanos fortemente descaracterizados e congestionados e para quem procura um destino, turístico e de tempos livres, qualificado e diferenciado na ilha de S. Miguel.

Por outro lado, o concelho já deu provas duma forte interligação com a diáspora, criando um museu que a realça e desenvolvendo várias acções tendentes a valorizar o relacionamento com os emigrantes açorianos. Haverá que aprofundar esta vertente, quer no que respeita à ligação directa com os emigrantes, quer com as comunidades que por eles são influenciados, procurando captar para o concelho oportunidades de desenvolvimento, sobretudo assentes nos conhecimentos, saberes e culturas que lhes são inerentes, mas também na angariação de vontades, pessoais, institucionais e de meios, de que se realçam os capitais, para a concretização de acções e projectos de interesse comum.

O programa Ribeira Grande Convida tem como objectivo a concretização de acções que, no seu conjunto, contribuam para o incremento da atractividade gerada pelo concelho nos Micaelenses, nos residentes na RAA, nos emigrantes e nas comunidades que os recebem, procurando ainda criar as bases para atrair e dinamizar o investimento externo em actividades diversificadas, directa e indirectamente relacionadas com o concelho.

Programa Ribeira Grande Vida

A elaboração dum Plano Estratégico com incidência concelhia ficaria certamente incompleto se excluísse ou ignorasse a vertente fundamental, isto é o aumento da qualidade de vida dos residentes, dos visitantes e ainda dos que no território trabalham.

Neste início de século, o concelho de Ribeira Grande posiciona-se de forma determinante para garantir um crescimento sustentado em paralelo com o incremento da qualidade de vida dos seus munícipes, apresentando-se como um concelho apto para a concretização de oportunidades sustentáveis, progressistas e inovadoras.

Mais do que centrado nos sectores produtivos, que no entanto darão o seu contributo, as acções que integram este programa enquadram-se nas políticas ambientais, urbanísticas, sociais, educacionais e culturais do município e contribuem de forma determinante para a obtenção de níveis adequados de qualidade de vida e bem estar quer dos habitantes e quer dos visitantes do concelho, numa perspectiva de melhor inserção urbana, prestação de serviços e imagem pública do município.

Neste âmbito justifica-se uma particular ênfase na implementação das condições de desenvolvimento das novas tecnologias de informação e comunicação, que são meios que permitem uma aproximação interna no concelho e simultaneamente a difusão da sua imagem de marca para o exterior.



O programa Ribeira Grande Vida tem como objectivo proporcionar uma grande vida a todos os que residem, trabalham ou frequentam o concelho, proporcionando condições ambientais, urbanas, sociais, culturais e de saber que qualifiquem o seu dia-a-dia e que permitam uma aproximação dos ribeiragrandenses entre si e com o mundo, por intermédio de meios de comunicação e informação mais poderosos, mais acessíveis e de mais fácil utilização.

4.VOCAÇÕES FUNDAMENTAIS TERRITORIALIZADAS

Num Plano Estratégico de desenvolvimento concelhio é pouco usual procurar apresentar uma visão territorializada, dado que essa função é principalmente atribuída aos instrumentos de gestão territorial e obedece a análises integradas com critérios que não cabem no presente tipo de trabalhos.

Acontece que da apreciação efectuada pela equipa tornou-se evidente a representação das principais vocações do concelho, associadas a características geo-referenciáveis.

Mas trata-se efectivamente e apenas de principais vocações. Pelo que importa referir que neste trabalho, de âmbito estratégico, não se pretende restringir a utilização do solo nem delimitar classes de espaço pelo que as imagens apresentadas têm apenas carácter esquemático constituindo uma das peças do modelo estratégico apresentado. Com as quais a equipa pretende traduzir uma aplicação ao território da sua visão prospectiva do desenvolvimento do Concelho a que chamou - Propostas de Ocupação Territorial Prioritária.

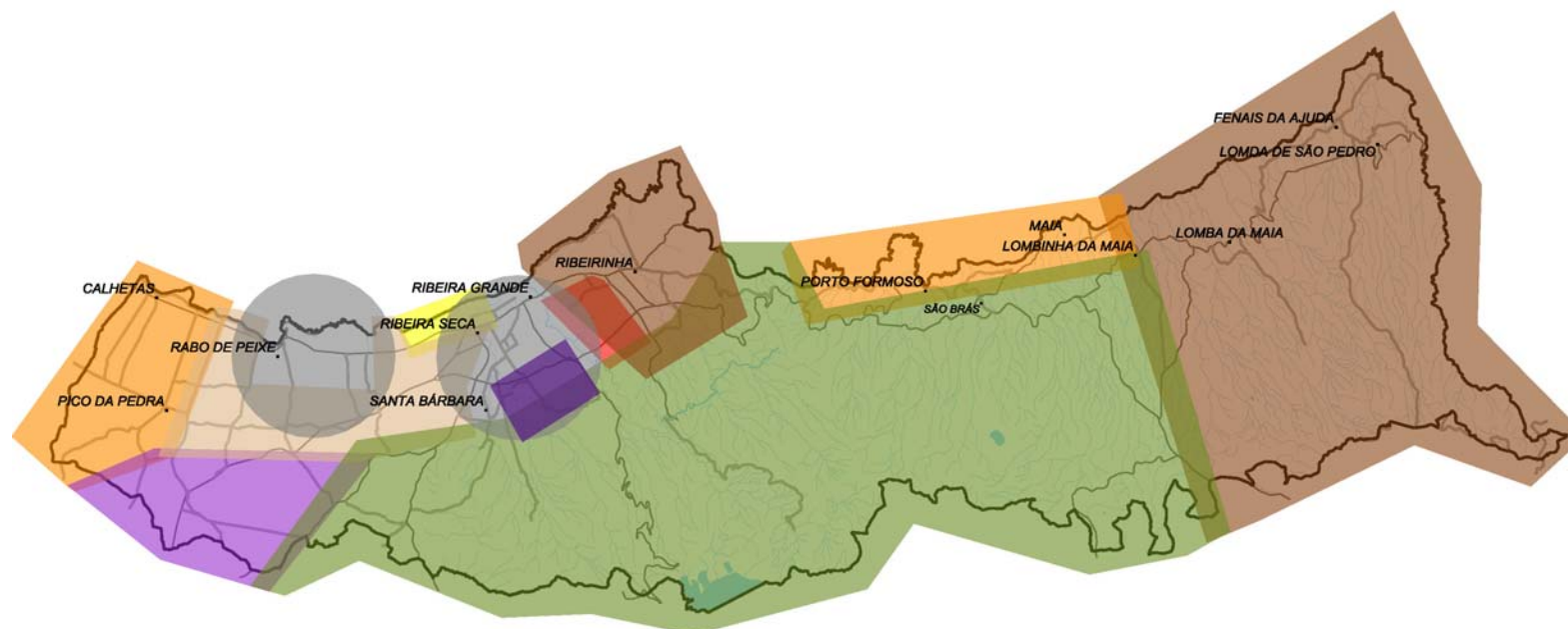
Neste sentido as Propostas de Ocupação Territorial Prioritária correspondem à potenciação das principais vocações do território sendo possível de acordo com estas diferenciar o Concelho em duas grandes zonas:

Ribeira Grande - Poente Intersectorial, onde se propõe o desenvolvimento orientado para a diversificação e expansão organizada das actividades económicas e de valorização das condições de vida do grande potencial humano e urbano.

Ribeira Grande - Nascente Ambiental, para a qual se propõe a valorização da natureza, do homem e das suas tradições em meio rural, alicerçada nas características tradicionais e culturais do território.

A imagem que se apresenta na página seguinte apresenta as Propostas de Ocupação Territorial Prioritária para o Concelho indicando as duas grandes zonas referidas nos parágrafo anterior.

> NASCENTE AMBIENTAL

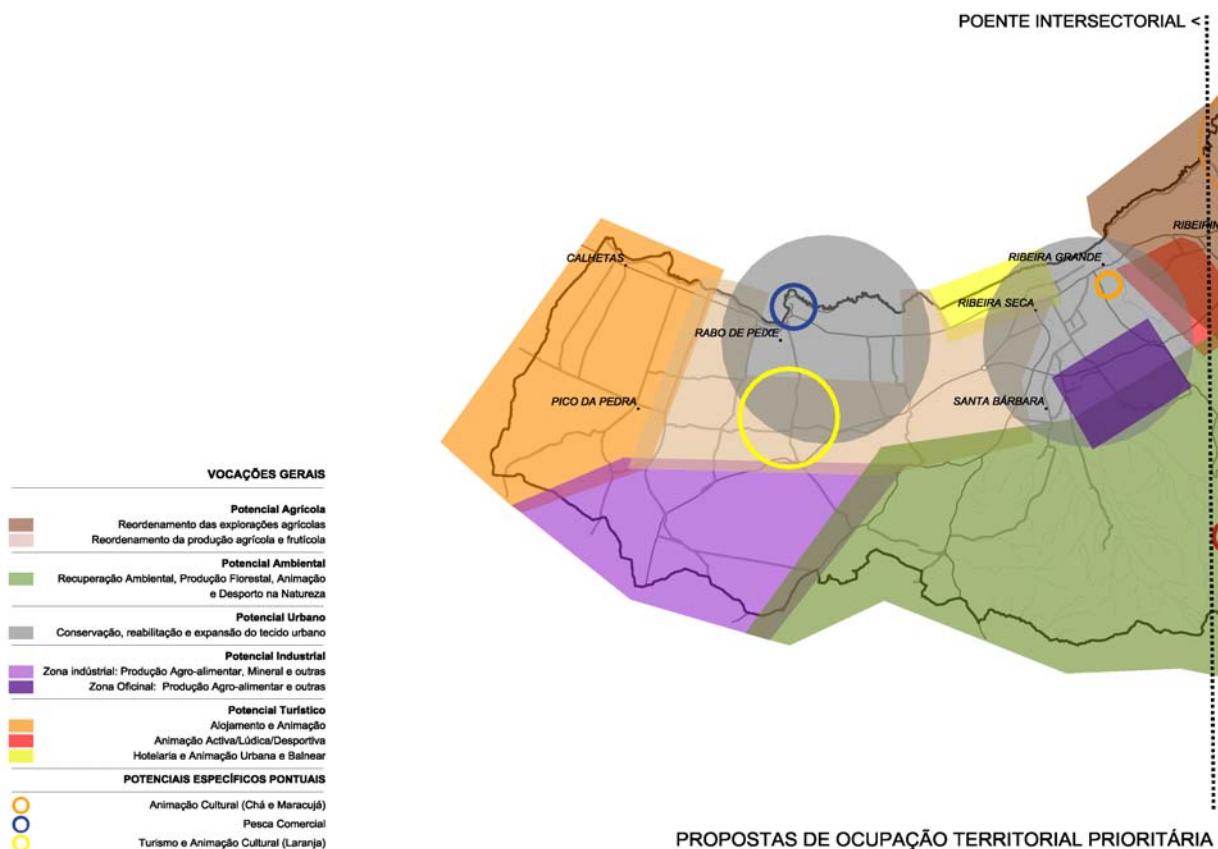


< POENTE INTERSECTORIAL

PROPOSTAS DE OCUPAÇÃO TERRITORIAL PRIORITÁRIA

VOCAÇÕES GERAIS

	Potencial Agrícola
	Reordenamento das explorações agrícolas
	Reordenamento da produção agrícola e frutícola
	Potencial Ambiental
	Recuperação Ambiental, Produção Florestal, Animação e Desporto na Natureza
	Potencial Urbano
	Conservação, reabilitação e expansão do tecido urbano
	Potencial Industrial
	Zona industrial: Produção Agro-alimentar, Mineral e outras
	Zona Oficial: Produção Agro-alimentar e outras
	Potencial Turístico
	Alojamento e Animação
	Animação Activa/Lúdica/Desportiva
	Hotelaria e Animação Urbana e Balnear

Ribeira Grande – Poente Intersectorial

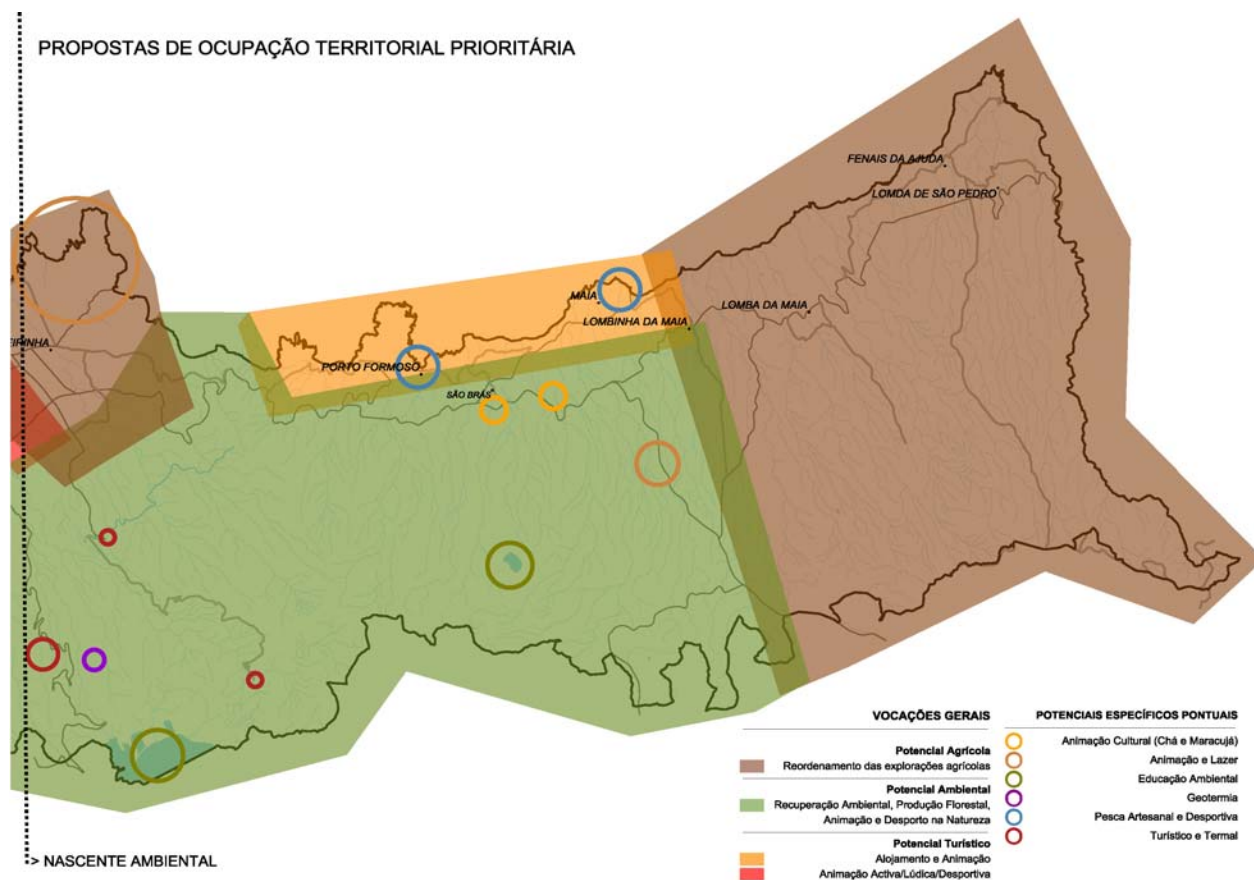
Esta grande zona divide-se em termos de vocações gerais:

- **Potencial Turístico:**
 - o **Alojamento e Animação** associado ao campo de golfe da Batalha procurando adaptar em oferta TER os imóveis inseridos em quintas e em zonas urbanas, com capacidade para o efeito. Sempre que possível deve-se associar ao alojamento soluções de animação diversificada (agroturismo, desporto, etc.);
 - o **Hotelaria e animação urbana e balnear** da Cidade da Ribeira Grande correspondendo à parte mais urbana da vocação turística do Concelho, associando-a às práticas desportivas, como o surf;
 - o **Animação activa/lúdica/desportiva** após reabilitação de antigas explorações de inertes aproveitando a morfologia do terreno.
- **Potencial agrícola:**
 - o **Reordenamento da produção agrícola e frutícola**, através do emparcelamento das propriedades e da retoma em novos moldes de explorações tradicionais frutícolas nomeadamente de laranja.
 - o **Reordenamento das explorações agrícolas** existentes potenciando o emparcelamento e o surgimento de unidades TER associadas.

- **Potencial Industrial:**
 - o **Zona Industrial**, mais vocacionada para a instalação de unidades de maior dimensão, quer na área agro-alimentar quer na extracção/transformação de produtos minerais, embora deva potenciar outros sectores.
 - o **Zona Oficial**, mais vocacionada para a instalação de estabelecimentos industriais de pequena e média dimensão, bem como de oficinas diversificadas.
- **Potencial Ambiental** prevê a recuperação ambiental do território envolvido, incluindo a renaturalização das explorações de inertes, a produção florestal compatível e o desenvolvimento de actividades de animação turística e desportiva, sendo esta última sobretudo ligada a actividades amigas da natureza tais como percursos pedestres, equestres, tracking, e outras do tipo.
- **Potencial Urbano:** são zonas de maior transformação do uso do solo e concentração de população e actividades sociais e culturais, que requerem um forte investimento em conservação, reabilitação e expansão do tecido urbano e nos equipamentos de dinamização da acção social e cultural.

Sobrepõem-se às vocações acima descritas os seguintes **Potenciais Específicos Pontuais** compatíveis:

- **Potencial de Pesca Comercial:** zona envolvente ao porto de Rabo de Peixe, o único de maior potencial para a pesca comercial, já associado à transformação e fileira do pescado, mas com potencialidade de crescimento a localizar em zonas de acolhimento empresarial;
- **Potencial de Turismo e Animação Cultural:** zona integrada nas quintas de laranjais cuja retoma deverá ser equacionada num processo associado ao TER;
- **Potencial de Animação Cultural** que associa as potencialidades produtivas de algumas explorações únicas, como o chá e o maracujá, com a sua interligação turística e comercial.

Ribeira Grande – Nascente Ambiental

Esta grande zona divide-se em termos de vocações em:

- **Potencial Ambiental** em que se prevê a recuperação ambiental do território envolvido, a produção florestal compatível e o desenvolvimento de actividades de animação turística e desportiva, sendo esta última sobretudo ligada a actividades amigas da natureza.
- **Potencial Agrícola** através do reordenamento das explorações agrícolas, potenciando o emparcelamento e o surgimento de unidades TER associadas
- **Potencial Turístico** envolvendo a zona litoral entre Porto Formoso e a Maia, onde se deverá estudar a possibilidade de diversificar a oferta por intermédio de resorts e reforçar a actual oferta TER. Nesta zona deverá ser desenvolvida uma oferta de animação especialmente associada à natureza e a actividades desportivas entre as quais surf.

Sobrepoem-se às vocações acima descritas os seguintes **Potenciais Específicos Pontuais** compatíveis:

- **Potencial de Animação Cultural** que associa as potencialidades produtivas de algumas explorações únicas, como o chá e o maracujá, com a sua interligação turística e comercial.

- **Potencial de Animação e Lazer** que inclui a mata do Dr. Fraga e a sua potencial expansão e ainda a zona da Ponta do Cintrão e do porto de S. Iria, cujas vocações de lazer em associação com actividades desportivas, e de investigação (biológica, ornitológica e outra) devem ser programadas.
- **Potencial de Educação Ambiental** incluindo a zona envolvente da Lagoa de S. Brás e da Lagoa do Fogo, cujo tratamento deve ser vocacionado para a interpretação e o conhecimento ambiental e paisagístico, embora isso não limite a sua utilização em vocações de lazer, desportivas e turísticas.
- **Potencial de Geotermia:** zona condicionada à reserva para exploração energética cuja utilidade regional é simultaneamente um factor de grande relevância, mas em termos locais implica um constrangimento no uso do território.
- **Potencial de Pesca Artesanal e Desportiva** centrado nos portos de Maia e Porto Formoso, deve-se procurar associar os poucos activos nas respectivas frotas à pesca artesanal e desportiva.
- **Potencial de Turismo e Termal:** zona que envolve as caldeiras (Caldeira Velha e Caldeira da Ribeira Grande) bem como a nascente das Lombadas e cuja utilização turística deverá ser estudada e desenvolvida.

5. PLANO DE ACÇÕES

As acções e projectos que se apresentam de seguida estão organizados em fichas individuais por programa específico e dentro destes numa sequência que acompanha os vectores fundamentais antes referenciados.

Para que se torne mais fácil o manuseamento das fichas, elas serão apresentadas como anexo a este relatório permitindo assim a emissão apenas dum caderno que as contém.

Embora assim seja, importa neste relatório apreciar a coerência das propostas apresentadas, pelo que se optou por fazer quatro quadros resumo, um por programa, que permitirá também identificar algumas das questões que se reputam mais importantes. Cada quadro contempla em colunas, o nome e a entidade responsável por desencadear o projecto, o vector estratégico em que se insere, os objectivos que são tocados pelo projecto (subdivididos por estratégicos e complementares) e ainda os domínios de actividade a ele associados.

Os projectos assinalados a verde são considerados como estruturantes, isto é, projectos cuja importância para o sucesso do Plano Estratégico é muito grande senão mesmo decisiva.

5.1. Programa Ribeira Grande Consolida

O quadro abaixo apresenta o conjunto de projectos que integram o programa Ribeira Grande Consolida.

No vector Ambiente e Paisagismo, estão considerados quinze projectos, dos quais:

- ✓ Dois deles são vocacionados para o uso conveniente do solo e do tipo de vegetação que produz;
- ✓ Um para garantir uma gestão integrada dos resíduos, quer sólidos urbanos quer outros;
- ✓ Um destinado a recuperar os edifícios nos núcleos antigos das localidades;
- ✓ Cinco com impacto no sistema de abastecimento de água ao concelho;
- ✓ Três destinados a garantir o sistema de saneamento básico do concelho;
- ✓ Um para valorização dos resíduos urbanos e combate à deposição ilegal de resíduos;
- ✓ Dois destinados à construção e reabilitação do sistema viário.

No vector das Actividades Económicas estão contemplados quatro projectos, nomeadamente dois estudos, um sobre as potencialidades da estrutura produtiva instalada no concelho e dos recursos a ela associados e um segundo sobre a consolidação estrutural dos principais sectores de produção no concelho. Para além destes propõe-se dois outros projectos, um promovendo o emparcelamento agrícola e outro procedendo à valorização turística das quintas já instaladas, sendo este um projecto estruturante.

Neste programa não existem propostas no vector Animação, o que não é de estranhar uma vez que este é um vector por excelência ligado aos restantes três programas.

Programa Ribeira Grande Consolida		Responsável	Vector	Objectivos Envolvidos				Domínios	
1	2			1	2	3	4	Principal	Complementares
1	Plano Integrado de Gestão de Resíduos do Concelho de Ribeira Grande	Município da Ribeira Grande - Gabinete Técnico Ambiental	Ambiente/Paisag.	E			C	Ambiente	
2	Plano de Controlo da Vegetação Exótica Infestante	Secretaria Regional do Ambiente e do Mar (SRAM)	Ambiente/Paisag.	E			C	Ambiente	
3	Uso do Solo Sustentável	Governo Regional	Ambiente/Paisag.	E	C		C	Ambiente	Primário
4	Programa de Recuperação do Edificado nos Núcleos Antigos	Município da Ribeira Grande	Ambiente/Paisag.	E	C	C	C	Qual Urbana	
5	Redes de Abastecimento de Água (em curso)	Município da Ribeira Grande (DOU)	Ambiente/Paisag.				E	Qual Urbana	
6	Reforço de Abastecimento de Água	Município da Ribeira Grande (DOU/DASUEM)	Ambiente/Paisag.				E	Qual Urbana	
7	Reabilitação da Adutora das Caldeiras e Construção do Reservatório	Município da Ribeira Grande (DOU)	Ambiente/Paisag.				E	Qual Urbana	
8	Instalação do Equipamento de Cloragem de Água nos Reservatórios do Concelho	Município da Ribeira Grande (DASUEM)	Ambiente/Paisag.				E	Qual Urbana	
9	Protecção dos Aquíferos e Valorização das Águas Pluviais	Município da Ribeira Grande (DASUEM)	Ambiente/Paisag.				E	Qual Urbana	
10	Rede de Saneamento Básico (em curso)	Município da Ribeira Grande (DOU)	Ambiente/Paisag.				E	Qual Urbana	
11	Novas Redes de Saneamento Básico	Município da Ribeira Grande (DOU)	Ambiente/Paisag.				E	Qual Urbana	
12	Reutilização de Águas Residuais	Município da Ribeira Grande (DOU)	Ambiente/Paisag.				E	Qual Urbana	
13	Valorização dos Resíduos Urbanos e Combate aos Depósitos Ilegais	Município da Ribeira Grande (DOU)	Ambiente/Paisag.				E	Qual Urbana	
14	Reabilitação de Pavimentos (em curso)	Município da Ribeira Grande (DOU)	Ambiente/Paisag.				E	Qual Urbana	
15	Construção e Reabilitação de Pavimentos	Município da Ribeira Grande (DOU)	Ambiente/Paisag.				E	Qual Urbana	
16	Estudo Territorial sobre as Potencialidades da Estrutura Produtiva e dos Respetivos Recursos	CCIPD	Activ. Econ.	E	C			Activ. Econ	
17	Estudo de Consolidação Estrutural dos Principais Sectores de Produção Económica Concelhio	CCIPD	Activ. Econ.	E	C	C		Activ. Econ	
18	Promoção do Emparcelamento de Propriedades Agrícolas e ou Associação de Proprietários	Associação Agrícola de S. Miguel	Activ. Econ.	E			C	Agricultura	
19	Valorização Turística das Quintas	Município da Ribeira Grande	Activ. Econ.	C	E	C		Turismo	Primário
20	Programa de Acções de Formação	Fundação para o Desenvolvimento Sócio-Profissional e Cultural	Conhecimento	E	C			Saber/Ciência	
21	Formulação dum Guia de Boas Práticas	Fundação para o Desenvolvimento Sócio-Profissional e Cultural	Conhecimento	C	E			Saber/Ciência	
22	Cidadania Ambiental na Escola	Município da Ribeira Grande (DAS); Secretaria Regional da Educação e Formação (SREF)	Conhecimento		C	C	E	Saber/Ciência	Ambiente
23	Campanhas de Sensibilização e Educação Ambiental	Município da Ribeira Grande - Gabinete Técnico Ambiental	Conhecimento				E	Saber/Ciência	Ambiente

Nota: Objectivos envolvidos 1 - Ribeira Grande - concelho que cresce solidamente nas raízes/vocações tradicionais; 2 - Ribeira Grande - concelho que potencia as singularidades; 3 - Ribeira Grande - concelho de convergência da diáspora e dos micalenses; 4 - Ribeira Grande - concelho que qualifica a vida; E – objectivo estratégico envolvido; C – objectivo complementar envolvido

No vector do Conhecimento propõem-se quatro projectos, sendo dois destinados a qualificar a intervenção no concelho através da apresentação dum guia de boas práticas em todos os domínios e da criação dum programa de acções de formação. Os restantes dois destinam-se a valorizar o ambiente junto da população (escolar e em geral), através de campanhas de sensibilização e educação ambiental orientada.

5.2. Programa Ribeira Grande Potencia

O quadro seguinte apresenta o conjunto de projectos que integram o programa Ribeira Grande Potencia.

Programa Ribeira Grande Potencia		Responsável	Vector	Objectivos Envolvidos				Domínios	
				1	2	3	4	Principal	Complementares
24	Gabinete Técnico Ambiental	Município da Ribeira Grande	Ambiente/Paisag.		E		C	Ambiente	
25	Plano de Intervenção na Rede Hidrográfica do Concelho de Ribeira Grande	Secretaria Regional do Ambiente e do Mar (SRAM)	Ambiente/Paisag.		E		C	Ambiente	
26	Requalificação Ambiental e Paisagística da Lagoa de S. Brás	Secretaria Regional do Ambiente e do Mar (SRAM)	Ambiente/Paisag.		E	C	C	Ambiente	Turismo/Animação
27	Requalificação da Ponta do Cintrão	Município da Ribeira Grande	Ambiente/Paisag.		C	E	C	Ambiente	Turismo
28	Projecto de Roteiros da Natureza	Município da Ribeira Grande (DASUEM)	Ambiente/Paisag.		E	C	C	Turismo	Animação
29	Avaliação da Evolução do Mercado e das Tendências de Consumo para o Futuro	CCIPD	Activ. Econ.	C	E	C		Activ. Econ	
30	Desenvolvimento Económico Complementar a Ponta Delgada	Município da Ribeira Grande	Activ. Econ.		C	E		Activ. Econ	
31	Promoção de Quintas (e terrenos) Hortícolas em Sistema de Eco-produção	ASDEPR	Activ. Econ.		C		E	Agricultura	
32	Apoio às Espécies de Frutos Subtropicais	Universidade dos Açores	Activ. Econ.	C	E			Agricultura	
33	Instalação de Unidades de Floricultura	ASDEPR	Activ. Econ.		E	C		Agricultura	
34	Avaliação de Sistemas Mistos de Alimentação do Gado Bovino (extensivo e em coberto)	Associação Agrícola de S. Miguel	Activ. Econ.	C	E			Pecuária	
35	Reestruturar a Rede de Frio numa Óptica de Conservação para Exportação	Empresa Municipal Ribeira Grande Mais	Activ. Econ.	C	E	C		Pesca	
36	Portos Polivalentes de Porto Formoso e da Maia	Subsecretaria das Pescas	Activ. Econ.	C	E	C		Pesca	Turismo/Animação
37	Valorização Artesanal e Industrial de Suínos	Secretaria Regional de Economia	Activ. Econ.		E		C	Artesanato/Indústria	
38	Reforço e Valorização da Fileira da Carne Bovina	Associação Agrícola de S. Miguel	Activ. Econ.	C	E		C	Indústria	Primário
39	Avaliação de Potenciais Desenvolvimentos da Fileira do Leite	Associação Agrícola de S. Miguel	Activ. Econ.		E			Indústria	Primário
40	Nichos de Serviços nas ALE	Município da Ribeira Grande	Activ. Econ.	E	C			Serviços	Conhecimento
41	Estímulo à Valorização dos Recursos Endógenos Energéticos	Município da Ribeira Grande	Activ. Econ.	C	E		C	Serviços	
42	Programa Integrado de Apoio ao TER	Município da Ribeira Grande	Activ. Econ.		E		C	Turismo	
43	Resorts Integrados da Faixa Norte/Nascente Litoral	Município da Ribeira Grande	Activ. Econ.	C	E	C		Turismo	
44	Projecto Integrado de Animação	Município da Ribeira Grande	Animação		C	E		Global	Turismo

45	Rota Cultural Urbana	Município da Ribeira Grande	Animação		E	C	C	Turismo	Animação
46	Plano de Valorização da Orla Costeira Urbana	Município da Ribeira Grande	Animação	C	E	C	C	Turismo	Ambiente/Qual Urbana
47	Programa de Recuperação e Valorização do Património Construído	Município da Ribeira Grande	Animação	C	E			Turismo/Cultura	Animação
48	Porto de Pescas e de Recreio de Rabo de Peixe	Secretaria Regional do Ambiente e do Mar (SRAM)	Animação	E	C		C	Turismo/Pesca	Animação
49	Reabilitação das Extracções de Inertes	Secretaria Regional do Ambiente e do Mar (SRAM)	Animação	C	E	C	C	Turismo/Lazer	Ambiente/Animação
50	Concurso Local e Regional de Invenções	Município da Ribeira Grande	Conhecimento	C	E	C	C	Inovação	Animação
51	Valorização da Geotermia	Município da Ribeira Grande	Conhecimento		E		C	Inovação	Indústria
52	Portal Ambiente Local	Município da Ribeira Grande (DASUEM)	Conhecimento		E	C	C	Saber/Ciência	Ambiente

Nota: Objectivos envolvidos 1 - Ribeira Grande - concelho que cresce solidamente nas raízes/vocações tradicionais; 2 - Ribeira Grande - concelho que potencia as singularidades; 3 - Ribeira Grande - concelho de convergência da diáspora e dos micalenses; 4 - Ribeira Grande - concelho que qualifica a vida; E – objectivo estratégico envolvido; C – objectivo complementar envolvido

São vinte e nove os projectos, dos quais cinco do vector ambiente, nomeadamente um que respeita à criação dum Gabinete Técnico Ambiental recorrendo aos meios humanos municipais com apoio de entidades externas, um outro que requalifica a rede hidrográfica do concelho, e dois que procedem à requalificação de duas zonas com grande impacto no concelho, nomeadamente a Lagoa de S. Brás e a Ponta do Cintrão/Porto de S. Iria, sendo este último um projecto estruturante. Para além destes dois, com forte impacto turístico, prevê-se um para os roteiros da natureza cuja importância abrange também o turismo e a animação.

Os projectos do vector Actividades Económicas são quinze. Destes:

- ✓ Dois respondem ao domínio global das actividades económicas e são estudos que permitam determinar a evolução do mercado e as tendências de consumo para o futuro e que definam uma estratégia de desenvolvimento económico que potencie a posição do concelho na geo-estratégia da ilha;
- ✓ Três projectos estão directamente vocacionados para potenciar a agricultura, nomeadamente valorizando a eco-produção, apoiando a expansão dos frutos subtropicais e favorecendo a instalação de floriculturas;
- ✓ Um dos projectos está relacionado com a pecuária, nomeadamente a criação de condições para a diminuição das pastagens de bovinos, através dum sistema misto de alimentação;
- ✓ Dois projectos relacionam-se com a pesca, sendo um deles a adaptação do Porto da Maia bem como o de Porto Formoso para pesca artesanal e desportiva e de lazer, e o outro a reestruturação da rede de frio do concelho numa óptica de exportação;
- ✓ Outros três projectos versam a transformação de produtos pecuários, um de suínos, que inclui o seu tratamento artesanal e industrial, um que desenvolve a fileira bovina e outro ainda que expande a fileira do leite;
- ✓ Os serviços são contemplados com dois projectos, um que procede à instalação de nichos de serviços de apoio às empresas nas novas ALE e outro que valoriza os recursos endógenos energéticos;
- ✓ Por último o turismo tem dois projectos neste programa, um que diz respeito ao apoio ao TER e o outro que promove a instalação de resorts integrados na faixa litoral norte/nascente, sendo este último um projecto estruturante.

O vector de animação tem seis projectos, todos eles relacionados com o turismo, nomeadamente três deles vocacionados para a oferta de equipamentos (porto de pescas e recreio de Rabo de Peixe, rota cultural urbana e

reabilitação das extracções de inertes), dois de valorização de recursos (da costa urbana e do património construído) e um que procura desenvolver um projecto integrado de animação. Destes projectos quatro são estruturantes, nomeadamente o porto de recreio, a reabilitação da extracção de inertes, o plano de valorização da orla costeira urbana e o projecto integrado de animação.

Por último o vector do Conhecimento envolve três projectos, dois dos quais no quadro da inovação, sendo um o concurso de invenções e outro o da valorização da geotermia e por fim um no do saber ambiental, que é o portal ambiente local.

5.3. Programa Ribeira Grande Convida

O quadro seguinte apresenta o conjunto de projectos que integram o programa Ribeira Grande Convida. Ao todo alberga vinte e dois projectos, dos quais quatro do vector Ambiente, cinco das Actividades Económicas, onze da Animação e dois do Conhecimento

Dos quatro projectos propostos no vector Ambiente, três têm ligação com o turismo, nomeadamente o Parque Natureza, que é um projecto estruturante que tira proveito da oferta heterogénea existente na zona envolvente das Caldeiras, das lagoas do Fogo e de S. Brás procurando valorizar o exotismo lá patente num complexo único com diversos tipos de uso ambiental, turístico e desportivo. Associado a este está o projecto da expansão da mata e do jardim do Dr. Fraga, e o plano de sinalética do concelho que é uma lacuna evidente. O projecto restante é a feira internacional de inovação ambiental.

Programa Ribeira Grande Convida		Responsável	Vector	Objectivos Envolvidos				Domínios	
				1	2	3	4	Principal	Complementares
53	Feira Internacional para a Inovação Ambiental	Município da Ribeira Grande; Universidade dos Açores	Ambiente/Paisag.			E	C	Ambiente	Turismo
54	Expansão da Mata e Jardim do Dr. Fraga	Município da Ribeira Grande	Ambiente/Paisag.		C	C	E	Ambiente	Turismo
55	Parque Natureza	Município da Ribeira Grande	Ambiente/Paisag.		E	C	C	Ambiente	Turismo
56	Plano de Sinalética do Concelho	Secretaria Regional da Economia e dos Equipamentos	Ambiente/Paisag.		E	C	C	Turismo	
57	Parceria para Angariação de Investimentos Externos	Município da Ribeira Grande	Activ. Econ.	C	C	E	C	Activ. Econ	
58	Rede de Apoio à Internacionalização da Produção da Ribeira Grande	CCIPD	Activ. Econ.	C	C	E	C	Activ. Econ	
59	Feiras Comerciais Temáticas	Município da Ribeira Grande	Activ. Econ.			E	C	Comércio	Turismo/Animação
60	Concretização de Unidades Hoteleiras Urbanas	Município da Ribeira Grande	Activ. Econ.		C	E		Turismo	
61	Programa de Requalificação da Restauração na Ribeira Grande	Município da Ribeira Grande	Activ. Econ.	C		E	C	Turismo	Animação
62	Percursos pelas Ribeiras de Ribeira Grande	Município da Ribeira Grande – Gabinete Técnico Ambiental	Animação		C	E	C	Turismo	Ambiente/animação
63	Requalificação e Dinamização dos Moinhos de Água	Município da Ribeira Grande	Animação		C	E	C	Turismo	Ambiente/animação
64	Circuitos de Quintas Temáticas	Município da Ribeira Grande	Animação		E	C		Turismo	Primário
65	Requalificação e Dinamização de Miradouros	Secretaria Regional da Ciência Tecnologia e Equipamentos	Animação		E	C		Turismo	Animação
66	Programa de Animação Turística de Base Cultural	Município da Ribeira Grande	Animação	C	E	C	C	Turismo	Animação

67	Programa de Animação do Desporto Radical	Município da Ribeira Grande	Animação		E	C	C	Desportivo	Turismo
68	Programa de Eventos Desportivos com Impacto Regional	Município da Ribeira Grande	Animação		E	C	C	Desportivo	Turismo
69	Concurso Montra Mais	Município da Ribeira Grande	Animação		C	C	E	Comércio	Qualif Urbana
70	Instalação do Centro de Expressões de Arte Contemporânea	Presidência do Governo Regional	Animação			C	E	Cultural	Turismo
71	Município Florido	Juntas de Freguesia	Animação			C	E	Qualif Urbana	Turismo
72	Festival Gastronómico Regional	Município da Ribeira Grande	Animação			C	E	Lazer	Turismo
73	Campeonatos Locais e Regionais do Conhecimento	Município da Ribeira Grande	Conhecimento			E	C	Saber/Ciência	Animação
74	Encontros Temáticos	Município da Ribeira Grande	Conhecimento		C	E		Saber/Ciência	Turismo/Animação

Nota: Objectivos envolvidos 1 - Ribeira Grande - concelho que cresce solidamente nas raízes/vocações tradicionais; 2 - Ribeira Grande - concelho que potencia as singularidades; 3 - Ribeira Grande - concelho de convergência da diáspora e dos micalenses; 4 - Ribeira Grande - concelho que qualifica a vida; E – objectivo estratégico envolvido; C – objectivo complementar envolvido

Dos projectos inseridos no vector Actividades Económicas, dois dizem respeito ao sector como um todo, dos quais um procura criar as condições de suporte financeiro para o desenvolvimento, através da criação de parcerias externas para investimento e o outro lança a vertente da internacionalização do concelho. Dois dos restantes projectos, estão interligados com a oferta turística, nomeadamente a concretização de hotéis urbanos na cidade e em Rabo de Peixe e na requalificação do sector da restauração nestas duas localidades e no concelho. Por último as feiras comerciais temáticas estão vocacionados para convidar os residentes e turistas em S. Miguel a consumirem no concelho.

Os onze projectos do vector Animação podem descrever-se da seguinte forma:

- ✓ Cinco deles estão destinados ao turismo, sendo dois deles a requalificação e visitação de equipamentos (miradouros, merendários e moinhos), dois outros percursos temáticos (ribeiras e quintas) e por fim um que desenvolve um programa atractivo de animação turística com base cultural;
- ✓ Um dos projectos destina-se a qualificar o concelho na imagem de espaços públicos, promovendo o uso de flores e de zonas ajardinadas;
- ✓ Um outro procura dinamizar o comércio recorrendo também à imagem apelativa para o consumidor, através dum concurso da melhor montra;
- ✓ Dois dos projectos são vocacionados para o desporto, sendo de grande impacto turístico, nomeadamente os programas de animação do desporto radical e de eventos desportivos com impacto regional. Para além deles foi ainda previsto um programa de dinamização desportiva que responde à população em geral;
- ✓ Os dois restantes projectos, com impacto turístico elevado, são o Centro de Expressões de Arte Contemporânea, no domínio cultural e o festival gastronómico regional, no domínio do lazer;

Por último, no vector do Conhecimento, propõe-se a concretização de dois projectos, os campeonatos locais e regionais do conhecimento, com o objectivo de evidenciar e aprofundar o interesse pelo conhecimento e ainda a realização de encontros temáticos periódicos que atraiam visitantes ao concelho.

5.4. Programa Ribeira Grande Vida

O quadro seguinte apresenta o conjunto de projectos que integram o programa Ribeira Grande Vida. Ao todo alberga vinte e cinco projectos, dos quais sete do vector Ambiente, três das Actividades Económicas, quatro da

Animação e nove do Conhecimento. Inserido neste programa estão dois outros projectos que pelo seu carácter global não são passíveis de inclusão nos vectores anteriormente referenciados.

Os projectos do vector Ambiente podem ser descritos da seguinte forma:

- ✓ Quatro estão relacionados com a qualificação urbana, nomeadamente a carta de riscos naturais e tectónicos, a requalificação e valorização da orla costeira (complemento do outro projecto relativo à frente urbana) e a valorização urbana das zonas problemáticas e dos centros dos aglomerados rurais.
- ✓ Dois estão associados ao turismo, nomeadamente o lançamento do mercado verde, isto é ecológico, e a requalificação dos espaços exteriores urbanos;
- ✓ O projecto restante tem a ver com o reforço dos equipamentos sociais no concelho, procurando criar respostas aos sectores mais desprovidos, nomeadamente o da terceira idade e da infância.

Dos três projectos das Actividades Económicas, dois deles são estruturantes, e respeitam às duas novas Áreas de Localização Empresariais (ALE) das quais uma se vocaciona para o domínio industrial e a outra para o oficial e serviços. O outro foi concebido tendo em conta a necessária requalificação comercial duma parte significativa dos estabelecimentos comerciais das duas principais localidades do concelho.

Programa Ribeira Grande Vida		Responsável	Vector	Objectivos Envolvidos				Domínios	
				1	2	3	4	Principal	Complementares
75	Requalificação dos Espaços Exteriores Urbanos	Município da Ribeira Grande (DASUEM)	Ambiente/Paisag.		C		E	Ambiente	Turismo
76	Mercado Verde	ONG locais vocacionadas para o Ambiente e Agricultura	Ambiente/Paisag.		C	E	C	Ambiente	Turismo
77	Carta de Riscos Naturais e Tecnológicos do Concelho de Ribeira Grande	Município da Ribeira Grande - Gabinete de Protecção Civil de Ribeira Grande	Ambiente/Paisag.	C			E	Qualif Urbana	
78	Requalificação e Valorização da Orla Costeira	Município da Ribeira Grande - Gabinete Técnico Ambiental	Ambiente/Paisag.	C			E	Qualif Urbana	
79	Valorização Urbana - Zonas Problemáticas	Entidades de solidariedade social.	Ambiente/Paisag.	C		C	E	Qualif Urbana	
80	Valorização Urbana - Centros dos Aglomerados Rurais	Município da Ribeira Grande	Ambiente/Paisag.	C		C	E	Qualif Urbana	Turismo
81	Reforço dos Equipamentos Sociais no Concelho	Município da Ribeira Grande	Ambiente/Paisag.	C	C		E	Equipamentos	Animação
82	Projecto de Dinamização e Ordenamento da Localização Industrial	Município da Ribeira Grande	Activ. Econ.	E	C	C		Indústria	
83	Requalificação Comercial	Empresa Municipal Ribeira Grande Mais, EM	Activ. Econ.			C	E	Comércio	Qualif Urbana
84	Projecto de Dinamização e Ordenamento da Localização Oficial e de Serviços	Município da Ribeira Grande	Activ. Econ.	E	C	C		Serviços	
85	Programa de Animação Intergeracional	Município da Ribeira Grande	Animação	C			E	Global	
86	Campeonato Municipal de Jogos Tradicionais	Município da Ribeira Grande	Animação		C	C	E	Desportivo	Turismo
87	Programa de Animação Desportiva Escolar	Município da Ribeira Grande	Animação	C			E	Desportivo	
88	Programa de Animação Cultural	Município da Ribeira Grande	Animação	C	C	C	E	Cultural	Turismo
89	Retoma de Produções Tradicionais	ASDEPR	Conhecimento	C	E		C	Inovação	A. Económicas

90	Reforço do Apoio às Instituições de Ensino Superior com Intervenção no Concelho	Fundação para o Desenvolvimento Sócio-Profissional e Cultural	Conhecimento		C	C	E	Saber/Ciência	
91	Reforço da Fundação para o Desenvolvimento Sócio-Profissional e Cultural de Ribeira Grande	Município da Ribeira Grande	Conhecimento	C	C		E	Saber/Ciência	
92	Parque Temático do Mercado	Município da Ribeira Grande	Conhecimento		C	E		Saber/Tecnologia	Turismo/Animação
93	O Mundo na Ponta do Dedo	Município da Ribeira Grande	Conhecimento	C		C	E	Tecnologia	
94	Estabelecimento duma Rede Evoluída de Informação e Telecomunicações Digitais	Município da Ribeira Grande	Conhecimento	C	C		E	Comunicação	Serviços
95	Reforço da Cobertura da Rede de todos os Operadores de Telecomunicações Móveis	Município da Ribeira Grande	Conhecimento	C	C		E	Comunicação	Serviços
96	Projecto-piloto de Intervenção no Centro Histórico da Ribeira Grande	Município da Ribeira Grande	Conhecimento	C	C		E	Qualif Urbana	Turismo
97	Concurso de Planeamento "Sustentável"	Município da Ribeira Grande; Particulares	Conhecimento			C	E		
98	Comissão de Coordenação e Acompanhamento do Plano	Município da Ribeira Grande	Global	C		C	E		
99	Implementação da Nova Política da Habitação do Concelho	Município da Ribeira Grande (Ribeira Grande Mais, EM)	Global	C			E		

Nota: Objectivos envolvidos 1 - Ribeira Grande - concelho que cresce solidamente nas raízes/vocações tradicionais; 2 - Ribeira Grande - concelho que potencia as singularidades; 3 - Ribeira Grande - concelho de convergência da diáspora e dos micalenses; 4 - Ribeira Grande - concelho que qualifica a vida; E – objectivo estratégico envolvido; C – objectivo complementar envolvido

Dois dos projectos do vector Animação relacionam-se com o desporto, sendo um o programa de animação desportiva escolar e o outro um campeonato de jogos tradicionais. Acresce a estes dois, um programa de animação cultural cujo conteúdo e forma de funcionamento procura valorizar as associações locais e ainda um programa de animação intergeracional que permita a dinamização dos equipamentos inter-geracionais propostos.

No que respeita ao vector do Conhecimento, os projectos propostos podem descrever-se da seguinte forma:

- ✓ Três dos projectos estão relacionados com o saber, sendo um deles, o parque temático do mercado, um projecto estruturante. Os restantes dois visam o reforço das instituições de ensino, nomeadamente as do superior que estão instaladas ou desejem instalar-se no concelho, e a Fundação para o Desenvolvimento Sócio-profissional e Cultural da Ribeira Grande
- ✓ Dois dos projectos procuram apoiar o reforço da rede de telecomunicações móveis e a criação duma rede moderna de informação e telecomunicação digital;
- ✓ Dos restantes projectos, um procura retomar em formas inovadoras as produções tradicionais em desuso no concelho, outro prevê a instalação dum conjunto de pontos de ligação à Internet que permita trazer o mundo na ponta do dedo para os residentes nas zonas rurais, outro ainda procura lançar um novo modelo de planeamento sustentável e, por fim um, que é considerado estruturante, tem a ver com uma intervenção piloto no centro histórico da Ribeira Grande, que seja demonstrativa.

Por último, como já foi referenciado, são propostos dois projectos de âmbito mais global, nomeadamente a criação duma Comissão de coordenação e acompanhamento do PE e o estudo e implementação duma nova política de Habitação para o concelho.

6. MODELO DE GOVERNÂNCIA

A estratégia delineada neste plano será apenas uma proposta, com maior ou menor mérito, se não for levada à prática. Contudo a capacidade de executar projectos confronta-se hoje em dia com vários escolhos, muitos dos quais limitam a sua concretização. Actualmente é amplamente reconhecido que existem múltiplas dificuldades para se governar activamente, atempadamente e com flexibilidade. Por exemplo o ritmo exigido pelos empreendedores privados, no seu esforço para acompanhar o processo de globalização, em que por vezes o que hoje é uma novidade, amanhã pode não ser mais que uma banalidade, é muitas vezes incompatível com os procedimentos públicos, que seguem regras de transparência muito mais morosas.

Há que enfrentar este problema de forma equilibrada, mas assertivamente, tendo como pano de fundo uma realidade em mutação que não se pode ignorar. Neste capítulo procura-se abordar esta questão de forma modelar.

6.1. Da Governabilidade à Governância

Para enquadramento das propostas que se apresentam em pontos subsequentes, importa sustentar, com alguma filosofia, os parâmetros que assistem aos actuais paradigmas da governância. Para esse efeito, recorreremos ao que está editado no capítulo respectivo do documento “Lisboa – 2020 Estratégia Regional” da responsabilidade da CCDR-LVT, de onde se retira grande parte da informação deste ponto, pois o seu conteúdo parece ser muito actual e aplicável.

De acordo com o referido capítulo, “...entre a fixação de um projecto e a sua efectivação medeia um caminho burocrático altamente arriscado e aleatório, erigido de decisões intermédias, pareceres, autorizações subsidiárias, regulamentos necessários, reformas viabilizadoras, compatibilizações técnicas, etc., que muitas vezes paralisa ou pura e simplesmente inviabiliza a boa marcha e a conclusão dos mesmos. Isto num universo em que os vários responsáveis, seja do Estado (centralizado, desconcentrado ou descentralizado) seja da sociedade civil, se acotovelam no interior de normativos não raro contraditórios, em ordem a deixarem as suas marcas no percurso dos processos de alegada modernização estruturante das sociedades. É aqui que a governabilidade e, sobretudo, a governança periclitam, impedindo ou atrasando as mudanças indispensáveis.”

Com o evoluir dos tempos tornou-se evidente que “...o Estado já não pode tudo, mas a sociedade civil ainda não pode o que devia – este o dilema não resolvido da governança nos nossos dias”. A evolução derivada do processo de globalização, do diminuir de tempos e das exigências criadas pelo ritmo da vida em curso, por vezes um pouco frenético, põe cada vez mais a nu as deficiências do sistema de governabilidade pública que foi sendo montado e que, se porventura era aceitável no terceiro e parte do quarto quartel do século XX, agora já não o é.

“A noção e a prática da governança surgiram precisamente a partir da crise da governabilidade, isto é, face à verificação da incapacidade dos governos para responderem aos problemas que lhes são submetidos e para se adaptarem a diferentes formas de organização social, económica, e política. Governar, numa acepção que parecia fixada para sempre, era tomar decisões, resolver conflitos, produzir bens públicos, coordenar os comportamentos privados, regular os mercados, organizar eleições, promover a exploração de recursos, cobrar impostos, afectar despesas. Ora a diferenciação

das sociedades, a sofisticação dos interesses e da economia, a europeização e a globalização transformaram essa realidade que dir-se-ia imutável. Novas realidades suscitam novas necessidades e, logo, a teorização das novas questões emergentes”.

A Comissão Europeia descreve a governância como o *“conjunto das regras, dos procedimentos e das práticas que caracterizam a maneira como os poderes são exercidos no seio da União Europeia. A justo título, a governança é também...um modelo horizontal de cooperação e de participação”*. De acordo com o documento já citado da CCDR, a governança europeia, no entender de Anne Marie Sigmund *“...deve, antes do mais, assegurar a representação oficial dos interesses dos cidadãos pelo reconhecimento de direitos concretos de participação dos seus representantes, melhorando e modificando, se necessário, a colaboração entre as instituições existentes, a fim de garantir uma transparência, uma eficácia e uma obrigação acrescida de prestar contas.”*

Não é fácil caracterizar a realidade para poder chegar a uma definição abrangente e clarificadora. Ainda assim, segundo Patrick Le Galès, a governança pode ser definida como *“um processo de coordenação de actores, de grupos sociais, de instituições, em ordem a atingir objectivos discutidos e definidos colectivamente”*. É ainda ele quem acrescenta que *“a governança tem a ver com o conjunto de instituições de redes, de directivas, de regulamentações, de normas, de práticas políticas e sociais, de agentes públicos e privados que contribuem para a estabilidade de uma sociedade e de um regime político, para a sua orientação, para a sua capacidade de dirigir, de fornecer serviços e de assegurar a sua legitimidade”*.

Ao afirmar que a *“...governança não é uma solução milagre para resolver problemas...”*, é o próprio Le Galès que lhe confere um peso relativo, a que se associa a indefinição do rumo da sociedade em que nos inserimos. Mas, segundo ele, o *“...interesse actual por estas questões de governança deriva da transformação do papel do Estado e dos modos de regulação política que estavam ligados a esse papel”*.

Por isso importa dar resposta efectiva ao problema, sem contudo cair no erro de estratificar soluções que possam vir a constituir entraves num futuro, que pelo evoluir constatado, tende a ser sempre mais próximo que remoto.

De acordo com João Cabral *“a questão da governabilidade dos territórios e, portanto, da implementação das políticas urbanas adequadas, estará assim associada ao crescente desajustamento na relação entre as estruturas tradicionais de regulação e de representatividade das comunidades e os agentes económicos e sociais implicados, obedecendo a lógicas mais diferenciadas e abertas, quando não conflituais, com consequências positivas ou negativas para os modelos de desenvolvimento dos territórios”*. Acrescenta o mesmo autor que *“neste contexto, o conceito de governança tem sido utilizado para definir formas de governo mais abertas e participadas, e relações de cooperação entre Estado e parcerias económicas ou cívicas.”*

Pode-se pois concluir que importa transitar para um modelo de governância em que a cooperação impere, produzindo um modelo de coordenação negociada, em que o voluntarismo dos agentes assenta nos seguintes vectores:

- Na convicção de que a própria cooperação é uma mais-valia inequívoca;
- No reconhecimento deste modelo, pelos níveis superiores de governação, como o que melhor se ajusta ao momento;

- Na mobilização dos agentes envolvidos com base num projecto galvanizador assumido por uma liderança reconhecida.

6.2. A governância para o desenvolvimento da Ribeira Grande

O desenvolvimento da Ribeira Grande implica a participação de numerosos agentes interessados, bem como envolve a mobilização de meios financeiros avultados. Acresce ainda que alguns dos agentes fulcrais, isto é, parte dos que têm competências importantes na concretização do Plano Estratégico, dispõem de meios financeiros limitados, normalmente muito inferiores aos que seriam necessários para um razoável cumprimento das suas obrigações. Torna-se pois necessária uma concertação entre agentes, com base num modelo institucional adequado, que esteja ancorado num sistema de engenharia financeira compatível com as possibilidades de cada qual, isto é, um inovador esquema de participação em custos de investimento.

É destas questões que tratam os pontos seguintes.

6.2.1. Os Agentes a Envolver

A proposta estratégica definiu uma série de projectos em relação aos quais vários agentes devem ser considerados como parceiros. Em cada projecto o número de parceiros deve ser contido porque a governância não é compatível com um funcionamento em sistema muito aberto e participado, pois isso dificulta a execução.

Embora os parceiros variem em cada projecto, alguns têm uma presença mais assídua, tornando-se pois aquilo que se pode chamar como parceiros privilegiados. Nesse grupo de principais agentes interventores no terreno consideram-se imprescindíveis os seguintes:

- Câmara Municipal da Ribeira Grande
- Provedor da Santa Casa da Misericórdia (da Ribeira Grande e/ou da Maia)
- Director da Fundação para o Desenvolvimento Sócio Profissional e Cultural da Ribeira Grande
- Representante da Universidade dos Açores (ou da Universidade Aberta)
- Presidente da Associação Agrícola de S. Miguel
- Representante da Câmara do Comércio e Indústria de Ponta Delgada
- Representante dos proprietários de imóveis no concelho
- Representante dos investidores locais
- Representante das Associações Locais Culturais
- Representante das Associações Locais Desportivas
- Representante do Governo Regional

A selecção de entidades acima descrita teve em conta o potencial envolvimento das mesmas nos projectos a integrar o PE, embora a participação do representante do Governo Regional, que pode ser institucionalmente difícil se faça num pressuposto diferente, o de permitir um interface com o nível administrativo do poder regional.

Um eventual alargamento de entidades não deverá resultar num forte aumento de assentos, caso em que a dinâmica de funcionamento poderá vir a sofrer com isso.

Este conjunto de entidades deveria poder avaliar as propostas de programas e de projectos e acções a desenvolver em especial aqueles em que se espera tê-los como parceiros. Para esse efeito deverá ser realizado um conjunto de sessões de trabalho, antes da aprovação final do PE, em que os projectos sejam apresentados, discutidos e eventualmente aprofundados e concertados.

6.2.2. Os Investimentos Potenciais

O Plano Estratégico configura um nível de análise em que os dados relativamente ao investimento são ainda muito limitados. Mais ainda quando, como é o caso, parte dos projectos que o constituem não estão ainda completamente definidos.

Neste capítulo apenas se pretende abordar uma ordem de grandeza que permita definir um escalão mínimo e máximo de investimento associado ao conjunto de projectos que nele irão ser considerados. Para esse efeito recorreu-se a um sistema que passa pela delimitação da aplicação de verbas no Plano Plurianual de Investimentos Municipal e a partir daí tentar determinar os valores que podem vir a ser afectos ao Plano Estratégico.

Investimentos Previstos e Executados no Plano Plurianual de Investimentos da Ribeira Grande

Programa	2008		2009		2010 Prev. PPI
	Prev. PPI	C. Gerência	Prev. PPI	C. Gerência	
111 – Funções Gerais – Administração Geral	607.548	542.693	1.513.655	992.148	125.000
121 – Protecção Civil e Luta contra Incêndios	150	0			
Total objectivo 1	607.698	542.693	1.513.655	992.148	125.000
211 – Ensino não Superior	5.150.442	3.704.265	2.691.496	441.387	2.242.786
232 – Acção Social	80	89			
241 – Habitação	928.660	1.311.246	4.921.545	5.143.909	3.683.151
242 – Ordenamento do Território	1.612.024	451.615	1.088.989	217.640	1.305.249
243 – Saneamento	6.998.053	2.037.240	4.615.649	1.209.715	2.228.392
244 – Abastecimento de Água	6.076.989	2.047.582	6.005.680	3.199.889	1.752.108
245 – Resíduos Sólidos	179.265	162.275	169.700	119.980	0
246 – Meio Ambiente e Conservação Natureza	724.551	447.560	660.751	385.403	1.380.800
251 – Cultura	881.701	453.649	247.456	139.113	3.092.457
252 – Desporto Recreio e Lazer	1.751.626	877.254	1.944.804	1.063.152	133.750
253 – Outras actividades cívicas e religiosas	180.000	6.500	538.064	369.275	0
Total objectivo 2	24.483.391		22.884.134	12.289.467	15.818.693
320 – Indústria e Energia	31.000	13.612	54.000	31.020	0
331 – Transportes rodoviários	6.854.262	3.870.214	7.523.811	4.841.054	2.813.453
341 – Mercados e Feiras	5.000	0			
342 – Turismo	0	0	25.000	29.711	25.000
Total objectivo 3	6.890.262	3.883.826	7.602.811	4.901.786	2.838.453
Total Geral	31.981.351	15.925.800	32.000.600	18.183.401	18.782.146

Da análise do quadro acima verifica-se em primeiro lugar que o PPI de 2008 foi elaborado com um investimento previsto de 32 milhões de euros, mas que só foi efectivamente realizado em metade. O valor do PPI de 2009 é sensi-

velmente idêntico ao de 2008, sendo que a execução orçamental foi um pouco mais elevada que em 2008, embora não atingindo os 60%. Para 2010 estão previstos cerca de 19 milhões, possivelmente um valor que não irá ser atingido, uma vez que a crise instalada não o deve permitir. Pelo que se pode apontar para um valor mínimo assegurado para investimento municipal para o PE de 15 milhões por ano e um valor máximo de 20 milhões também por ano.

Para além deste montante haverá que considerar ao nível do Plano Estratégico o contributo do sector público regional e ainda do sector privado, isoladamente ou por intermédio de parcerias público-privadas. Neste momento não é possível senão estimar um valor indicativo, mas parece admissível que o valor anual seja de um mínimo de 5 milhões e um máximo de 10 milhões.

Assim considerou-se que o limiar mínimo de investimento para implementação do PE, num período de 10 anos seria de 200 milhões de euros, sendo possível que o limiar máximo se situe nos 300 milhões. Vai-se contudo assumir o valor inferior como a base de formulação dos projectos, de forma a que se possa garantir a sua exequibilidade.

6.2.3. O Modelo Institucional Adequado

As indicações determinadas nos pontos anteriores permitem apontar para a criação dum modelo institucional específico para a implementação do PE. Um modelo que tenha em conta os seguintes pressupostos:

- Uma implementação do PE faseada e coordenada;
- Uma entidade assente em sistemas eficazes, flexíveis e de sustentabilidade aceitável;
- Uma participação adequada dos diversos agentes;
- Um envolvimento financeiramente activo de todos os promotores.

Para concretização destes pressupostos a entidade que vier a gerir o PE deve ter um perfil dinâmico, que garanta o envolvimento de parcerias, muitas das vezes público-público, mas também público-privado, que consiga mobilizar vontades, bem como possa agilizar mecanismos financeiros que acelerem a intervenção.

O quadro seguinte apresenta três modelos teóricos, refere a qualificação que imprime a cada função considerada importante e ainda indica algumas vantagens e inconvenientes de cada qual. Importa antes disso referir que:

1. O modelo municipal pressupõe que os agentes externos à autarquia se envolvem no processo por convite para cada projecto, em função duma avaliação que cabe ao executivo municipal;
2. O modelo de conselho/comissão pressupõe a criação duma entidade do tipo consultiva para o desenvolvimento do PE, o que assegura uma participação de todos nos projectos a concretizar, embora não exista uma autonomia administrativa e financeira;
3. O modelo da entidade empresarial estrutura-se numa pessoa colectiva nova, onde terá assento a autarquia bem como outros agentes interventores, de acordo com regras definidas entre as partes, embora exista uma proposta base apresentada pela autarquia.

A avaliação dos três modelos que se apresenta no quadro seguinte é obviamente subjectiva e sujeita a apreciações diferentes. Para a equipa do PE, apesar de existirem algumas diferenças de intensidade, qualquer uma das soluções permite um faseamento adequado, bem como a coordenação e a eficácia do processo. A sustentabilidade é também garantida em qualquer uma das soluções.

A flexibilidade do processo é que será mais afectada, uma vez que o modelo municipal obriga a um sistema decisório mais pesado, cumpridor as regras legais impostas, as de transparência e de igualdade de oportunidades. Fundamentalmente são de evitar cenários institucionais que tornam longo e difícil o processo de decisão. Em qualquer um dos outros modelos a flexibilidade é mais garantida.

De igual forma, o modelo municipal incentiva menos a participação dos agentes e o envolvimento financeiro destes, sobretudo porque será natural que alguns projectos, por razões financeiras, de oportunidade, ou de hierarquização passem para segundo plano, desviando por essa via a dinâmica e a credibilidade do sistema, potenciando pois o afastamento gradual dos agentes envolvidos.

	Modelo		
	Municipal	Conselho/Comissão	Entidade Empresarial
Faseamento	Razoável	Bom	Bom
Coordenação	Razoável	Razoável	Bom
Eficácia	Razoável	Razoável	Bom
Flexibilidade	Pequena	Razoável	Boa
Sustentabilidade	Garantida	Garantida	Garantida
Participação Agentes	Reduzida	Boa	Boa
Envolvimento Financeiro	Menor	Menor	Maior
Vantagens	Maior independência Modelação das acções	Maior envolvimento Maior nº de acções	Compromisso Global Acções concertadas
Inconvenientes	Menor envolvimento Menor concretização	Menor independência Parco apoio Financeiro	Partilha de iniciativa Implantação

As vantagens do modelo municipal contudo medem-se numa maior independência por parte da gestão autárquica, que permite uma modelação de acções de acordo com critérios coerentes que lhe são próprios. Contudo, para além do inconveniente da menor envolvimento dos agentes, é natural que o PE verifique, nos dez anos para que está concebido, uma menor concretização que a desejável.

As vantagens do sistema empresarial são quase diametralmente opostas. Isto é obriga à existência dum compromisso global entre os parceiros quanto aos projectos a encetar e à respectiva concertação entre as partes. Esta partilha da iniciativa pode vir a constituir um inconveniente para o município, uma vez que lhe pode condicionar a mobilidade dos meios financeiros. Contudo o maior inconveniente é uma das tendências pesadas apresentadas neste relatório: a dificuldade em obter uma participação financeira dos agentes, que tendem a deixar esse encargo para o sector público, procurando apenas ficar com o que em termos de rendibilidade é seguro.

O modelo da Comissão é um misto dos dois anteriores, que procura esbater os maiores inconvenientes e valorizar a maioria das vantagens.

Na verdade o modelo municipal é, de todos os apresentados, à luz do quadro acima apresentado o que responde pior ao novo conceito de governância.

Admita-se contudo que a opção passaria por um envolvimento dos agentes no quadro dum conselho ou duma comissão para o desenvolvimento, criada para o efeito pela autarquia, onde eles tenham assento. Embora este modelo seja obviamente mais participado e sobretudo mais institucionalizado que o municipal, a verdade é que não resolve de forma nenhuma boa parte dos pressupostos desejáveis e em especial a questão da utilização dos meios financeiros, dado que eles continuariam a ter a sua sede em orçamento municipal.

Teoricamente, parece pois conveniente apontar para uma solução institucional próxima da empresarial, nomeadamente tendo em conta a possibilidade de se criarem parcerias necessárias para o desenvolvimento do PE. De notar que à autarquia neste modelo caberá sempre a definição dos projectos e acções que pretende desenvolver por iniciativa própria, embora não seja aceitável que nesse rol caibam os que abertamente implicam a participação de agentes inseridos na entidade a criar.

Poderá ser que este modelo venha ainda a ser concretizado no desenrolar do PE. Contudo não parece prudente nesta primeira etapa queimar uma alternativa que não se tem por segura.

Por isso a proposta que se formula é a seguinte:

1. O modelo a aplicar inicialmente será o municipal, criando-se uma Comissão de Coordenação e Acompanhamento do PE, presidida por um eleito da Câmara Municipal, composta por entidades da órbita municipal, nomeadamente serviços mais envolvidos, empresas municipais, e representantes dos restantes órgãos não executivos.
2. A Comissão determinada em 1 deverá ter reuniões periódicas com os agentes a envolver (indicados no ponto 6.2.1) tendo em vista ir consubstanciando a transição do modelo misto de Conselho/Comissão.
3. Assim que se vier a considerar possível instituir o modelo empresarial, então ele deve ser implementado.

Admitindo ser este o modelo escolhido, quando se atingir a fase 3 da evolução, de entre as várias soluções disponíveis, aponta-se desde já a possibilidade da criação duma entidade à luz da Lei nº 53-F/2006 de 29 de Dezembro, nomeadamente uma agência de desenvolvimento em forma de sociedade anónima em que a autarquia se associa a outras entidades públicas e privadas para promover a concretização do PE. Esta solução assegurará um leque completo de intervenção financeira, na medida em que uma parte significativa dos programas de apoio em curso se destinam a beneficiários públicos ou similares (autarquia, IPSS, associações) ou a entidades privadas, o que seria assegurado pela empresa ou agência de desenvolvimento a criar.

6.2.4. Bases Regionais do Sistema de Engenharia Financeira

O conjunto de projectos a inserir no PE implicará um investimento total bastante elevado, para o qual se terão de criar bases financeiras que os possam contemplar. Assim sendo, embora os contornos dos projectos possam vir a implicar um alargamento dos programas e medidas financeiras aplicáveis, importa desde já focar as que seguramente poderão vir a intervir na concretização do Plano.

O PROCONVERGÊNCIA

Um dos recursos financeiros a utilizar é obviamente o Programa Operacional dos Açores para a Convergência (PROCONVERGÊNCIA), com execução na Região Autónoma dos Açores para o período de programação 2007-2013.

De acordo com o DREPA, a estratégia definida pelo PROCONVERGÊNCIA assenta em grandes prioridades que estruturam uma intervenção no âmbito da economia, dos recursos humanos e da valorização do território, bem como uma dotação específica atribuída no âmbito dos apoios para compensação dos sobre custos nas Regiões Ultraperiféricas.

Os eixos temáticos operacionais, que são seis dos quais cinco operacionais, organizam-se da seguinte forma:

1. Dinamizar a Criação de Riqueza e Emprego nos Açores – trata-se dum eixo que pretende atingir seis objectivos: qualificar o investimento empresarial, dinamizar as redes de infra-estruturas e de serviços de apoio às empresas, apoiar a investigação nos Açores, fomentar iniciativas de I&D de contexto empresarial, melhorar a acessibilidade e a utilização das TIC e melhorar a eficiência administrativa. Qualquer um destes objectivos estará consignado no PE, pelo que será sempre um dos eixos a utilizar.
2. Qualificar e integrar a sociedade açoriana – neste eixo são considerados cinco objectivos, nomeadamente: modernizar a rede de equipamentos escolares; valorizar o património cultural; melhorar a rede de equipamentos de animação local; modernizar equipamentos de saúde; modernizar a rede de equipamentos de protecção social.
3. Melhorar as redes regionais de infra-estruturas de acessibilidades – vocacionado para a requalificação da rede regional de infra-estruturas rodoviárias e marítimas e para melhorar a eficiência e a segurança dos sistemas, este eixo organiza-se apenas nestes dois objectivos.
4. Valorizar e qualificar o sistema ambiental – é um eixo que envolve quatro objectivos específicos, nomeadamente: ordenar o território; aumentar a cobertura da rede de infra-estruturas ambientais; valorizar recursos e promover o equilíbrio ambiental; melhorar sistemas de prevenção e gestão de riscos.
5. Compensar os sobrecustos da ultraperifericidade – este eixo desenvolve-se em dois objectivos específicos, nomeadamente: compensar os custos de funcionamento dos sistemas de transportes no arquipélago e compensar os custos de investimentos dos sistemas de transporte do arquipélago.
6. Assistência Técnica – é um eixo que se dedica ao apoio financeiro à estrutura de governação do próprio programa e das entidades que dela fazem parte. Não sendo um eixo de acesso franqueado pode contudo

vir a ser útil para o desenvolvimento de projectos como eventuais estudos ou consultoria de apoio a acções a desenvolver.

PRO - EMPREGO

Outro programa com potencial utilização é o PRO – EMPREGO, que organiza o apoio concedido pelo Fundo Social Europeu entre o período de 2006 a 2013.

Os objectivos deste programa são os seguintes:

1. Apoiar processos de modernização do tecido produtivo através do fomento do emprego qualificado, da aprendizagem ao longo da vida e do empreendedorismo. Neste objectivo estão previstos domínios de intervenção como a empregabilidade de jovens, a consolidação das condições de empregabilidade no sector privado e a modernização do tecido produtivo e apoio ao empreendedorismo;
2. Apoiar a estruturação do sistema de ciência e tecnologia e criar condições para a sua crescente aproximação ao tecido empresarial. Neste objectivo estão previstos domínios de intervenção como a empregabilidade e empreendedorismo com base em I&D e a competitividade regional na sociedade da informação e do conhecimento;
3. Fomentar a empregabilidade de públicos vulneráveis a partir da promoção das suas condições de inclusão social. Neste objectivo estão previstos domínios de intervenção como a inclusão social por via da qualificação, do emprego e do empreendedorismo.

Deste conjunto de projectos são beneficiários entidades várias, como as autarquias, as empresas municipais, as entidades formadoras acreditadas, as escolas, a universidade, as empresas, associações e IPSS e ainda os parceiros sociais.

PRORURAL

Outro programa com potencial utilização é o PRORURAL, que organiza o apoio concedido pelo Fundo Estrutural de Organização e Garantia Agrícola entre o período de 2006 a 2013.

Os eixos deste programa são os seguintes:

1. Eixo 1 – Aumento da Competitividade dos Sectores Agrícola e Florestal – composto por 11 medidas, das quais são particularmente relevantes para o PE as seguintes: 1.1 – Formação profissional e acções de informação; 1.2 – Instalação de jovens agricultores; 1.4 – Serviços de gestão e aconselhamento; 1.5 – Modernização das explorações agrícolas; 1.6 – Melhoria do valor económico das florestas; 1.7 – Aumento do valor dos produtos agrícolas e florestais; 1.8 - Cooperação para a promoção da inovação; 1.9 – Criação e desenvolvimento de novos instrumentos financeiros; 1.10 – catástrofes naturais e 1.11 – Melhoria e desenvolvimento de infra-estruturas.

Neste último estão incluídas acções de abastecimento de água e energia eléctrica às explorações agrícolas e apoio aos caminhos agrícolas e rurais, bem como ao ordenamento agrário e estruturação fundiária e às infra-estruturas de apoio à actividade florestal.

2. Eixo 2 – Melhoria do Ambiente e da Paisagem Rural – composto por quatro medidas, das quais duas se subdividem em acções: 2.1 – Manutenção da actividade agrícola em zonas desfavorecidas; 2.2 – Pagamentos agro-ambientais e Natureza 2000, que inclui três acções; 2.3 – Apoio a investimentos não produtivos; 2.4 – Gestão do espaço florestal, que se subdivide em duas acções, uma de investimentos para utilização sustentável das terras florestais (acção 2.4.1) e outro para valorização da utilização sustentável das terras florestais (acção 2.4.2).

A medida 2.2 subdivide-se na promoção de modos de produção sustentáveis (acção 2.2.1), na protecção da biodiversidade e dos valores naturais e paisagísticos (acção 2.2.2) e nos pagamentos Rede Natura 2000 (acção 2.2.3)

3. Eixo 3 – Qualidade de Vida nas Zonas Rurais e Diversificação da Economia Rural – inclui três medidas, nomeadamente: 3.1 – Diversificação da economia e criação de emprego em meio rural, que se organiza em três acções, diversificação de actividades não agrícolas na exploração (acção 3.1.1), criação e desenvolvimento de microempresas (acção 3.1.2) e incentivo a actividades turísticas e de lazer no espaço rural (acção 3.1.3); 3.2 – Melhoria da qualidade de vida nas zonas rurais, que se diversifica em serviços básicos para a economia e população rurais (acção 3.2.1) e conservação e valorização do património rural (acção 3.2.2), por último a 3.3 – Formação e informação.
4. Eixo 4 – Abordagem LEADER – inclui três medidas, sendo a primeira 4.1 – Execução de estratégias locais de desenvolvimento; a segunda 4.2 – Cooperação LEADER, que inclui duas medidas, a cooperação interterritorial (acção 4.2.1) e a cooperação transnacional (acção 4.2.2); e por último a 4.3 – Funcionamento dos GAL, aquisição de competências e animação dos territórios.

De notar que neste segundo semestre de 2010 o Governo Regional anunciou que irá proceder a uma revisão dos sistemas de incentivos pelo que será importante poder aprovar o PE a tempo de sugerir eventuais propostas que garantam a concretização dos projectos mais importantes nele previstos.

6.2.5. Bases Nacionais do Sistema de Engenharia Financeira

Para além dos programas e medidas financeiras atrás indicados, que se revelam os mais volumosos e que respondem ao processo de territorialização a que o QREN foi sujeito, no que às Regiões Administrativas respeita, importa indicar dois, de incidência nacional que poderão vir a intervir na concretização do Plano. São os que se apresentam de seguida:

Programa Operacional Temático Valorização do Território

O programa Valorização do Território estará em vigor entre o período de 2006 a 2013. Organiza-se em 10 eixos prioritários, dos quais um, o eixo prioritário IV – Redes e Equipamentos Estruturantes na Região Autónoma dos Açores,

tem aplicação no arquipélago. Envolve dois objectivos estratégicos, nomeadamente melhorar os níveis de eficiência e de segurança do transporte marítimo no arquipélago (portos da Horta, da Madalena e das Velas) e aumentar os níveis de protecção ambiental no domínio dos recursos hídricos (lagoas dos Açores) e dos resíduos (Flores, Graciosa e S. Jorge), e do desenvolvimento sustentável, pelo aproveitamento dos recursos renováveis na produção de energia eléctrica.

Programa de Intervenção do Turismo

Este Programa de Intervenção do Turismo (PIT) destina-se a apoiar investimentos em infra-estruturas que contribuam para concretizar os novos produtos, destinos e pólos turísticos do Plano Estratégico Nacional do Turismo (PENT). Actualmente só está em vigor uma das duas Linhas de Apoio, uma vez que a que apoiava os eventos com potencial de projecção do destino Portugal foi encerrado.

Assim a linha de Apoio I - Território, Destinos e Produtos Turísticos, destinada a projectos que visem o desenvolvimento dos novos pólos turísticos, dos produtos turísticos estratégicos e a requalificação de destinos turísticos, cujo prazo de candidaturas termina em 2009, embora se pense que possa ser estendido a mais anos, ou em alternativa substituído por outro programa.

Nos municípios integrados em pólos turísticos, como é o caso da Ribeira Grande, são financiados os projectos que concretizem os produtos turísticos estratégicos definidos no PENT para as regiões onde os municípios se localizam. São promotores destas candidaturas as entidades públicas que desenvolvam os projectos ou quaisquer outras entidades jurídicas que se proponham a realizar projectos elegíveis, desde que uma, ou mais, das entidades públicas exerça uma influência dominante na sua gestão.

Financiamento Privado e em Parceria

Para além de projectos de iniciativa e carácter público, existem no seio do PE vários projectos e acções de interesse e promoção privada, bem como outros que têm um carácter misto.

Aos projectos de carácter claramente privado deverá corresponder uma responsabilidade e cobertura financeira integralmente privada. No entanto, nos projectos e acções em que exista um carácter misto, a cobertura financeira deverá ser também ela partilhada. Levanta-se porém a questão da formatação dessa partilha, isto é, em cada um destes projectos que parcela deve ser assegurada pelos privados envolvidos e, consequentemente, qual a que deve ser assumida pelo sector público.

Acresce ainda que algumas das propostas de projectos revestem um carácter público, mas constituem uma clara mais valia para os promotores privados que se localizam na respectiva área de influência, contribuindo assim para o desenvolvimento do negócio.

Haverá pois que criar um sistema de engenharia financeira que permita contemplar uma participação privada no suporte financeiro de alguns dos projectos públicos que se irão desenvolver no PE. Os critérios de base para essa participação devem ser definidos no seio do plano da acção do PE e no decorrer da sua concretização, nomeada-

mente a partir da fase em que o envolvimento dos privados passe a ser mais institucionalizado. Contudo sugerem-se desde já os seguintes pressupostos:

1. Os projectos que envolvem a criação de soluções de alteração do uso do solo para fins económicos com interesse privado devem ser integralmente suportados por meios privados, mesmo que incluam fases do processo de responsabilidade exclusivamente pública.
2. Os PMOT propostos no PE, para além dos encargos definidos no respectivo quadro legal devem prever participação na cobertura financeira em investimentos complementares, localizados dentro ou fora do território abrangido, desde que respeitem a equipamentos que constituam uma mais-valia para atracção ao concelho.
3. As participações privadas em investimentos de parceria devem permitir um acesso privilegiado ao objecto financiado, nomeadamente criando modelos de acesso a custos diferenciados, a atribuição de quotas de frequência ou outros que, eventualmente, sejam considerados mais adequados pelos parceiros.
4. A participação privada em projectos desenvolvidos em parceria pode recorrer a modelos de financiamento assentes em fundos imobiliários, desde que os parceiros públicos considerem essa modalidade ajustada ao investimento em causa.
5. Os Planos de Actividades da entidade gestora do PE (quando ela se institucionalizar) devem contemplar para cada projecto o sistema de cobertura financeira previsto, bem como as condições complementares a ele associado, os quais devem ser alvo de concertação prévia com as entidades envolvidas. No entanto a concertação prévia só poderá ser considerada como efectivamente concretizável após a aprovação do instrumento de gestão pela entidade com competência para o efeito.

6.2.6. Modelo de Programação

Resta ainda abordar a questão da programação na governância do PE, quando a institucionalização do modelo empresarial se vier a concretizar. Na verdade o modelo concebido no seio do PE só terá um efeito global aceitável no desenvolvimento do concelho da Ribeira Grande se os projectos nele previstos vierem a ser concretizados de forma concertada. Essa concertação implica vários pressupostos:

1. O primeiro pressuposto é que a credibilidade da entidade gestora do PE venha a ser reconhecida pelos parceiros detentores de capacidade administrativa efectiva;
2. Será ainda necessário que os projectos previstos no PE, bem como outros que venham a ser geridos pela entidade a criar possam ser apreciados de forma expedita, concertadamente, sendo de avaliar a vantagem duma análise conjunta das propostas apresentadas, que facilite as aprovações de cada entidade de per si;
3. O calendário de concretização dos diversos projectos deverá ser determinado pela entidade gestora, ficando com ele comprometidas as entidades da administração pública que o aprovarem. As falhas de concretização do calendário devem ser alvo de sanção a determinar pelo conjunto dos membros da entidade a criar;

4. A entidade gestora do PE poderá e deverá ter delegação de poderes para a concretização dos projectos da responsabilidade das entidades públicas. Para esse efeito deverão ser efectuados protocolos específicos ou contratos-programa de concretização que prevejam os direitos e deveres de todas as partes envolvidas;
5. Sempre que se vier a calendarizar um projecto da responsabilidade duma qualquer entidade da administração pública, cujo apoio financeiro não venha a ser disponibilizado atempadamente, caberá à entidade gestora prover a soluções de financiamento alternativas que permitam viabilizar a sua concretização. Competirá à entidade da administração pública apreciar a proposta alternativa apresentada e decidir em conformidade;
6. A entidade gestora do PE poderá vir a apresentar propostas de concepção/investimento/gestão de parte ou da totalidade dos projectos afectos a uma determinada zona, da responsabilidade de entidades públicas, mediante a celebração de acordos de exploração que garantam o retorno dos meios investidos. Neste caso, a entidade terá de garantir a aceitação prévia da entidade pública que substitui, bem como a posterior aprovação dos termos acordados pelos restantes participantes, de acordo com as regras de aprovação em vigor a cada momento;
7. Por último, a entidade gestora do PE deverá ter competência para estabelecer acordos de gestão dos investimentos que vier a promover, sejam eles de responsabilidade pública ou privada, desde que eles se justifiquem. Nesse caso, caberá à entidade gestora ou a quem vier a exercer a gestão assegurar a manutenção, conservação e reparação dos espaços e imóveis debaixo da sua gestão.

Em sede de estudo específico, que não tem cabimento no presente, deverá ser dado corpo ao conjunto de pressupostos aqui apresentados, nomeadamente procedendo aos estudos técnicos que a legislação obriga para a concretização de entidades mistas de carácter empresarial.

LISTA DE ACRÓNIMOS

ALE – Área de Localização Empresarial
AMISM – Associação de Municípios da Ilha de S. Miguel
ATL – Actividades Tempos Livres
ATM – Automated Teller Machine
CAE – Classificação Actividades Económicas
CAO – Centro de Actividades Ocupacionais
CAOP - "Carta Administrativa Oficial de Portugal"
CMRG – Câmara Municipal de Ribeira Grande
COS - Carta de Ocupação do Solo
DGA – Direcção Geral do Ambiente
DGEMN – Direcção Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais
DGOTDU – Direcção Geral do Ordenamento do Território e Desenvolvimento Urbano
DRH – Direcção Regional de Habitação
DROTRH – Direcção Geral do Ordenamento do Território e dos Recursos Hídricos
EDA – Electricidade dos Açores
EFTA – European Free Trade Association
EMQA – Estação de Monitorização da Qualidade do Ar
ETAR – Estação de Tratamento de Águas Residuais
ETRS – Estação de Tratamento de Resíduos Sólidos
FEDER – Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional
IBA – Important Bird Area
IGT – Instrumentos de gestão territorial
IIM – Imóvel de Interesse Municipal
IIP – Imóvel de Interesse Público
INE – Instituto Nacional de Estatística
IPIA – Inventário do património imóvel dos Açores
IROA - Instituto Regional de Ordenamento Agrário
IT – Indústria Transformadora
MAOT – Ministério do Ambiente e do Ordenamento do Território
MDT - Modelo Digital do Terreno
NUTS - Nomenclatura Comum das Unidades Territoriais Estatísticas.
PDM – Plano Director Municipal
PE – Plano Estratégico da Ribeira Grande
PEGRA – Plano Estratégico de Gestão de Resíduos dos Açores
PERHA – Plano Estratégico dos Resíduos Hospitalares dos Açores
PME – Plano Municipal de Emergências

PME – Pequenas e Médias Empresas
PMOT – Plano Municipal de Ordenamento do Território
PNPOT – Programa Nacional da Política de Ordenamento do Território
POOC – Plano de Ordenamento da Orla Costeira
POTRAA – Plano de Ordenamento Turístico da Região Autónoma dos Açores
PPSZHRG – Plano de Pormenor de Salvaguarda da Zona Histórica da Ribeira Grande
PRA RAA – Plano Regional da Água da Região Autónoma dos Açores
PRECEFIAS – Plano Regional de Erradicação e Controlo de Espécies de Flora Invasoras em Áreas Sensíveis
PROTA – Plano Regional de Ordenamento do Território
POTRAA – Plano de Ordenamento Turístico da Região Autónoma dos Açores
PSRN2000 RAA – Plano Sectorial da Rede Natura 2000 da Região Autónoma dos Açores
RAA – Região Autónoma dos Açores
RAR - Reserva Agrícola Regional
REA – Relatório de Estado do Ambiente
REN - Reserva Ecológica Nacional
REOT – Relatório sobre o estado do ordenamento do território
RER - Reserva Ecológica Regional
RGA – Recenseamento Geral da Agricultura
RJUE – Regime jurídico da urbanização e edificação
RSU – Resíduos Sólidos Urbanos
SAU – Superfície Agrícola Utilizada
SCUT – Sem Custo para os Utilizadores (auto-estrada)
SCM – Santa Casa da Misericórdia
SIC – Sítio de Interesse Comunitário
SMGE – Sistema Municipal de Gestão de Emergências
SMPC – Sistema Municipal de Protecção Civil
SOGEO – Sociedade Geotérmica Dos Açores
SPRHI – Sociedade de Promoção e Reabilitação de Habitação e Infra-Estruturas
SRA – Secretaria Regional do Ambiente
SRAM – Secretaria Regional do Ambiente e do Mar
SREA – Serviço Regional de Estatística dos Açores
TER – Turismo em Espaço Rural
TIC – Tecnologias de Informação e Comunicação
UOPG – Unidades Operativas de Planeamento e Gestão